

# RAÍZES E RUMOS

ISSN: 2317-7705 online

As contribuições da Extensão Universitária para a (re)construção de uma comunidade política hoje.

v.10, n.1, janeiro / junho 2022





**REITOR**

Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

**VICE-REITOR**

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA**

Prof. Dr. Jorge de Paula Costa Avila

**DIRETOR DE EXTENSÃO**

Prof. Me. Julio Cesar Silva Macedo

**COORDENADORA DE CULTURA**

Ana Carolina Carpintéro

**EDITORES**

Prof. Me. Julio Cesar Silva Macedo  
Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

**EDIÇÃO DE TEXTO**

Camila Pereira Montovani e Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

**CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Fernanda Coutinho Sabino Scoralick



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



# RAÍZES E RUMOS

v.10 n.1 janeiro/junho 2022

Rio de Janeiro

ISSN 2317-7705 (online)

Raízes e Rumos	Rio de Janeiro	v.10	n.1	p.1 - p241	Jan./Jun.2022
----------------	----------------	------	-----	------------	---------------



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



---

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raízes e rumos. — Vol. 1, n. 1 (2013- ). — Rio de Janeiro :  
UNIRIO, 2013- .  
v. : il.

Semestral.

Revista oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Inicialmente publicada em formato impresso pelo Departamento de Extensão, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ISSN 0104-7035 (impresso).

ISSN 2317-7705 (online)

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. ENSINO. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Ficha catalográfica elaborada por Naira Silveira – CRB-7 6250



## SUMÁRIO

### Editorial

- As contribuições da Extensão Universitária para a (re)construção de uma comunidade política hoje.....07 a 08**  
*Jorge de Paula Costa Avila, Julio Cesar Silva Macedo, Fernanda Coutinho Sabino Scoralick*

### Artigos Originais

- A práxis extensionista de cursinhos pré-vestibulares enquanto modelo de emancipação dos sujeitos.....09 a 29**  
*Fabio Lanza, Ursula Boreal Lopes Brevilheri, Carolina de Almeida Silva, Luan Prado Piovani, José Wilson Assis Neves Jr, Tamara Vieira, Óscar Sousa Domingos*

- Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas.....30 a 52**  
*Virginia Martins Fonseca, Raquel Faria Scalco, Diego de Macedo Araujo*

- Extensão universitária (CAP-UERJ) como potência política: ciclo de lives formativas.....53 a 70**  
*Camila Costa Gigante, Ana Lúcia de Souza, Letícia Santiago Frazão Souza*

- A extensão como educação: percepções de estudantes extensionistas como promotores de diálogos sobre políticas públicas municipais.....71 a 91**  
*Clóvis Henrique Leite de Souza, Carolina Soares Mendes*

- Exercício Profissional e Serviço Social: os desafios de uma proposta extensionista.....92 a 111**  
*Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira, Renata Gomes da Costa, Marta Cláudia da Silva de Oliveira, Rebeca Moraes*

### Relatos de Experiência Extensionista

- Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus: a extensão universitária inserida em um trabalho de educação popular.....112 a 123**  
*Leonardo Paes Niero, André Pereira da Silva, João Pedro Nogueira Leroux*

- Educação Feminista em Direitos Humanos: da literatura à litigância estratégica.....124 a 133**  
*Raisa Duarte da Silva Ribeiro, Ariel Linda Gomes de Oliveira, Nathália dos Santos Machado da Silva*



**O uso da internet no combate à violência infantil: relato de experiência em tempos de pandemia.....134 a 146**

*Isabella Carolina Roma Campos da Costa, Júlia Ribeiro Cavalcante, Lia Leão Ciuffo, Ana Leticia Monteiro Gomes, Tania Vignuda de Souza, Marialda Moreira Christoffel*

**Ciclo de Debates "5ª com NEsCaFe das Cinco": carnaval, saberes e prazeres da folia brasileira.....147 a 158**

*Helenise Guimarães, Clark Mangabeira, Leonardo Augusto de Jesus, Carlos Carvalho*

**Formação continuada transformadora com docentes alfabetizadores que ensinam matemática.....159 a 173**

*Andréa Thees, Ana Maria Carneiro Abrahão, Leo Akio Yokoyama*

**O desatar da imaginação sociológica com a juventude alfenense..... 174 a 184**

*Marcelo Conceição, Lucas Costa Nagahiro, Mateus Aires dos Santos*

**Evento virtual interdisciplinar em universidade pública no Brasil: reflexões e saberes na temática HIV/AIDS.....185 a 196**

*Tiago de Melo Silva, Eduarda Guimarães, Yara da Silva Teodoro Rangel, Valentina Verginea da Costa Lopes, Lívia da Silva Oliveira, Geani de Oliveira Marins, Ana Paula Medeiros Menna Barreto, Lismeia Raimundo Soares, Silvia Thees Castro*

**Rodas de conversas virtuais no cuidado em saúde: um relato de experiência no contexto do pós Covid-19 em território de favela.....197 a 207**

*Alessandra Choqueta de Toledo Arruda, Carla Máximo Prado, Fernando Eduardo Zikan, Verônica Garcia Tavares, Beatriz Rodrigues Italo de Paula Prata, Laura Alvoim Corrêa, Renan Vicente da Silva, Isabella da Silva Melo*

**Brasil em foco: articulando ensino, pesquisa e extensão num mesmo evento.....208 a 217**

*Thiago Antônio de Oliveira Sá*

**A Facilitação de Aprendizagem como ferramenta de acessibilidade no contexto do ensino superior: ações desenvolvidas e resultados.....218 a 230**

*Mylena Pacheco Santolin de Oliveira, Luiza Teles Mascarenhas*

**A influência da extensão universitária na criação de habilidades e competências durante a graduação.....231 a 240**

*Luisa Colares Ribeiro, Thalia Jardim Dourado, Andressa Teoli Nunciaroni, Cristiane Rodrigues da Rocha, Vinicius Pinheiro Israel, Édira Castello Branco de Andrade Gonçalves*



## Editorial

Esta edição da Raízes e Rumos chega até você, leitor/a, pautada por uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária: Impacto e Transformação Social. É esta diretriz que enfatiza a potência transformadora da Extensão a partir da relação entre universidade e outros setores sociais, com foco nos interesses e necessidades da maioria da população, no desenvolvimento social e regional e no aprimoramento de políticas públicas. Importante destacar que a transformação social, conforme preconiza esta diretriz, não diz respeito apenas às comunidades extramuros mas, também, à própria universidade pública, enquanto uma das esferas da sociedade. Neste sentido, a Extensão Universitária pode e deve fazer parte da solução dos grandes problemas sociais do país e esta diretriz imprime à atividade extensionista um caráter essencialmente político, capaz de contribuir para o processo de (re)construção de uma comunidade política.

O diálogo entre academia e sociedade evidencia fragilidades, desigualdades, complementaridades e potências que podem ser trabalhadas conjuntamente buscando uma realidade mais justa, sustentável e democrática, mais diversa, ética e menos excludente. Na Extensão Universitária docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidades participantes de suas ações podem desenvolver e fortalecer uma consciência política que norteie sua atuação social no presente e para o futuro. A construção de pontes entre a universidade e os diversos setores da sociedade criam possibilidades para que seus participantes vivenciem a experiência de uma ação transformadora.

Este número da Raízes e Rumos tem o objetivo, portanto, de dar visibilidade às atividades extensionistas que favorecem o debate e a participação política e social de seus envolvidos, numa perspectiva ampla e transversal, o que, de algum modo, acabará por ser refletida na urna, no voto e, conseqüentemente, na conformação comunitária regional e/ou nacional.



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



O resultado apresentado aqui é fruto do trabalho e da dedicação de autores/as das mais diversas instituições de ensino de país, que nos enviaram sua preciosa colaboração para compor esta edição do nosso periódico. Também contamos com o trabalho primoroso dos/as pareceristas que contribuíram para a avaliação e curadoria dos manuscritos.

Excelente leitura!

**Jorge Ávila - Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

**Julio Macedo - Diretor de Extensão e editor da Raízes e Rumos**

**Fernanda Sabino - Produtora Cultura e editora da Raízes e Rumos**





## A práxis extensionista de cursinhos pré-vestibulares enquanto modelo de emancipação dos sujeitos

*The extensionist praxis of vestibulares preparation courses as a model for the emancipation of subjects*

Fabio Lanza<sup>1</sup>  
Ursula Boreal Lopes Brevilheri<sup>2</sup>  
Carolina de Almeida Silva<sup>2</sup>  
Luan Prado Piovani<sup>3</sup>  
José Wilson Assis Neves Jr<sup>4</sup>  
Tamara Vieira<sup>5</sup>  
Óscar Sousa Domingos<sup>6</sup>

### Resumo

O presente artigo busca explicitar as metodologias de trabalho e propostas de cursinhos populares vinculados à extensão universitária, a partir das experiências do projeto *Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações vulneráveis*, em dois de seus núcleos nas cidades de Cambé e Londrina, no Paraná. Para além do ensino formal, visões de educação e discussões sobre a autonomia dos sujeitos e de práticas pedagógicas que impulsionam o nosso público-alvo à continuidade dos estudos, a ação extensionista descrita revela também o potencial destas práticas enquanto projetos emancipatórios, que conduzem cada estudante (dos cursinhos e/ou universitários extensionistas) ao local de protagonismo de suas próprias vidas. Com apoio das discussões de Paulo Freire e demais contribuições teóricas, traça-se o encontro entre a prática de extensão e as discussões da teoria, em um movimento de retroalimentação que, em consonância com o título do projeto, remonta o conceito de práxis.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - lanza@uel.br;

<sup>2</sup> Discentes de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - urse.brevilheri@gmail.com; carolinasociaisuel@gmail.com;

<sup>3</sup> Discente do mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Campinas (Unicamp) - luan.piovani98@gmail.com;

<sup>4</sup> Pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Campinas (Unicamp) - nevesjr1991@gmail.com;

<sup>5</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - tamaravieira87@gmail.com;

<sup>6</sup> Discente do mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - oscarsousa28@hotmail.com.



**Palavras-chave:** Educação. Sociologia. Extensão Universitária. Cursinho pré-vestibular.

## Abstract

The present article seeks to explain the working methodologies and proposals of popular courses linked to university extension, based on the experiences of the Itinerant Praxis project: new perspectives for youth and vulnerable populations, in two of its centers in the cities of Cambé and Londrina, in Paraná. In addition to formal education, visions of education and discussions about the autonomy of subjects and pedagogical practices that drive our target audience to continue their studies, the described extensionist action also reveals the potential of these practices as emancipatory projects, which lead each student (from the extension courses and university students) to the place of protagonism in their own lives. With the support of Paulo Freire's discussions and other theoretical contributions, the meeting between extension practice and theory discussions is traced, in a feedback movement that, in line with the project's title, goes back to the concept of Praxis.

**Keywords:** Education. Sociology. University Extension. Pre-university preparatory course.

## 1 Introdução

Tendo como base estruturante um modelo assente na tríade ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 1988, Art. 207), a Universidade Pública não busca apenas estabelecer, de forma coerente, uma relação com as comunidades acadêmicas local, regional, nacional e internacional. Ao contrário, o próprio conceito de extensão faz pensar justamente o lugar onde a ação universitária adquire aspecto amplo, em seu diálogo com a sociedade, estendendo seus braços para além do ambiente acadêmico. É justamente neste ponto, na ruptura com as estruturas internas de discussão endógena, que o saber produzido pela academia se coloca à prova.

Como apontam Ramos e Fietz (2018, s/p), ao permitir que “[...] todas as partes envolvidas ensinem, aprendam e se (re)construam” a atividade extensionista funciona “[...] como elo com a sociedade e orientador da pesquisa e do ensino”. Para Scheidemantel, Klein e Teixeira:



A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A extensão universitária deve funcionar como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades. (SCHEIDEMANTEL, KLEIN, TEIXEIRA 2004, p. 2).

É neste sentido que Moita e Andrade (2005) apontam que, além de contribuir para as produções das universidades, a referida tríade permite que a universidade assuma diante da sociedade um papel solidário, social e cultural, e se firme junto “[...] à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes” (SCHEIDEMANTE; KLEIN; TEIXEIRA, 2004, p. 1).

Ao buscar explicitar as metodologias de trabalho e propostas de cursinhos populares vinculados à extensão universitária, a partir das experiências do projeto “*Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações vulneráveis*”, em dois de seus núcleos nas cidades de Cambé e Londrina, no Paraná entre os anos de 2018 e 2020, o percurso metodológico deste trabalho partirá da revisão da literatura - com o apoio das discussões de Paulo Freire e demais contribuições teóricas. Por fim, traça-se o encontro entre a prática de extensão e as discussões da teoria, em um movimento de retroalimentação que, em consonância com o título do projeto, remonta o conceito de práxis.

A equipe foi composta por aproximadamente 20 educadores, sendo estudantes de graduação, pós-graduação, professores do quadro permanente da UEL ou colaboradores externos à comunidade universitária da Universidade Estadual de Londrina. Ao longo das experiências apresentadas no presente texto, as ações integradas (extensão e ensino) foram organizadas em alguns momentos de forma interdisciplinar (grupo de estudos, oficinas, saraus, roda de conversa, dentre outros) e de forma específica, no Colégio Estadual Vista Bela, também foram organizadas turmas de cursinho pré-vestibular sob a perspectiva disciplinar apoiada em materiais didáticos oriundos das parcerias com o Cursinho Especial Pré-Vestibular da



Universidade Estadual de Londrina (CEPV UEL) ou Colégio e Curso Sigma de Londrina.

## 2 Práxis Itinerante: modelo de extensão universitária

Mais do que simplesmente averiguado, em um movimento epistemológico de falseamento de certa teoria, a ação extensionista literalmente choca as perspectivas teóricas – muitas vezes limitadas em seu olhar – com a realidade prática da complexa vida social. No movimento em que a teoria é confrontada pela vivência, a prática também é questionada a partir dos pressupostos teóricos, de forma que se produz um constante ciclo de retroalimentação: ao quanto que a teoria sustenta a ação, essa por sua vez passa por processos de reflexão e crítica, produzindo as perspectivas da infinita complexidade da vivência social, que passam a fundamentar nova teoria, em um ciclo epistemológico em movimento constante. De maneira a produzir uma representação gráfica das reflexões acima, houve a formulação do logotipo elaborado pela equipe (Figura 1) e que compõe os materiais de disseminação do projeto Práxis Itinerante:

Figura 1 – Logotipo do projeto Práxis Itinerante



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto Práxis Itinerante (2021)



Tal é a direção que se toma na ação do projeto “*Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações vulneráveis*”, vinculado à Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade da Universidade Estadual de Londrina (PROEX/UEL), registrado sob o número 02240.

Entre seus múltiplos núcleos, se destaca neste relato dois em específico, o cursinho do Colégio Estadual Antônio Raminelli (no Bairro Jardim Ana Rosa, em Cambe/PR) e o cursinho do Colégio Estadual Vista Bela (no Residencial Vista Bela, Zona Norte de Londrina/PR) que, apesar de tomarem ambos o conceito de “cursinho”, em muito se diferenciam com o que tradicionalmente se associa a estes modelos.

### 3 Cursinhos Pré-Vestibular: aspectos históricos e sociais

Os Cursos Preparatórios para o Vestibular, conhecidos popularmente como “Cursinhos Pré-Vestibular”, possuem suas raízes no surgimento dos exames vestibulares, enquanto prática de seleção para o Ensino Superior Público, no contexto de sua implementação no Brasil. No processo histórico de expansão das Universidades Públicas, a partir dos anos de 1970, ocorre a consolidação das práticas de Cursinhos, e temos sua associação aos movimentos populares e até mesmo projetos de Extensão Universitária que faziam suas práticas no ambiente dos Cursos Pré-Vestibular, prestando apoio à comunidade (DE CARVALHO, 2015).

Segundo Whitaker (1983), o vestibular foi criado para ser um instrumento de política educacional, utilizado para ajustar as barreiras do ingresso aos Cursos Superiores. O enrijecimento da barreira que o vestibulando precisa transpor sinaliza dois elementos: a saturação do mercado de trabalho - decorrente de crises econômicas -, e a expansão das redes de Ensino Superior Privadas, que constantemente aumentam os valores das mensalidades e necessitam de alunos dispostos a pagar. A falta de investimentos na expansão do Ensino Público e as grandes dificuldades para ingressar nas Universidades Públicas são um projeto político (WHITAKER, 1983), que tem como base as ações neoliberais que, invariavelmente, caminham para a diminuição da presença do Estado na condução da vida socioeconômica de determinado país



(LAVAL; DARDOT, 2013). Os cursinhos populares visam a transpor as barreiras levantadas pelos vestibulares, para assim garantir a democratização do ensino e amenizar as desigualdades sociais (BONALDI, 2018).

Para Whitaker (2010), a existência de Cursinhos Pré-Vestibulares pode ser vista como um paradoxo que evidencia o fracasso dos sistemas de ensino, públicos e privados, em preparar os jovens para o exame admissional. A autora também identifica o “efeito cursinho”, em que candidatos com um ou dois anos de estudos nestas instituições aumentam suas chances de ingressar no Ensino Superior Público. Este “efeito cursinho” evidencia a importância dos Cursinhos Populares por garantir a preparação para o vestibular aos setores populares que não possuem os recursos para acessar aos sistemas privados.

Importante destacar as debilidades pedagógicas dos Cursinhos que, ao ter seu enfoque principal na preparação para os exames admissionais, deixa o processo de ensino-aprendizagem em segundo plano (WHITAKER, 2010).

No contexto em que se pensa a estrutura educacional como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais (BOURDIEU; PASSERON, 1975), encontrar respostas para o paradoxo da questão antipedagógica torna-se ainda mais complexo. A prática de uma educação não-conteudista, vinculada à proposta de emancipação de grupos subalternizados (FREIRE, 1992) é deixada de lado por conta da necessidade produtivista de preparar para o vestibular. Porém, os cursinhos populares possuem ainda um caráter emancipatório por ter seus esforços voltados para garantir aos setores populares, carentes de recursos e meios necessários para ingressarem nas Instituições de Ensino Superior Públicas<sup>7</sup>.

A partir das experiências acumuladas por parte da equipe de extensionistas (e co-autores) junto aos cursinhos (seja no meio universitário, popular ou privado) foi possível organizar as ações integradas (pesquisa-ensino-extensão) do projeto “*Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações*” sob duas perspectivas: 1) enquanto assessoria prestando apoio (material, indicação de colaboradores/as,

---

<sup>7</sup> Para maior aprofundamento ver: COSTA, 2015.



informações sobre o sistema de cotas da UEL, dentre outros) para os cursinhos populares da região de Londrina-PR; 2) constituir equipe de estudantes universitários associada com colaboradores externos para iniciar e consolidar novas salas de cursinho pré-vestibular em colégios públicos nas cidades de Cambé e Londrina PR.

Por último, antes de expor a seguir nossas reflexões acerca das experiências nos dois colégios que a equipe do Práxis Itinerante atuou, de forma direta, há que se destacar que os cursinhos populares e/ou universitários não possuem os mesmos recursos e estruturas das grandes redes particulares de cursos preparatórios para o vestibular, por isso, enfrentam maiores dificuldades com as crises - como a sanitária e econômica da atualidade - que evidenciam a já existente desigualdade social e colocam “[...] muitos em situação de maior vulnerabilidade” (LIMA; MELO; PERPETUO, 2021, p. 60).

#### 4 Nova metodologia para os Cursinhos Extensionistas

A primeira experiência relatada enfatizará as atividades no Colégio Estadual Antônio Raminelli (Cambé - PR) que ocorreram no 2º semestre de 2018<sup>8</sup>. Segundo o próprio site da instituição, o perfil socioeconômico do bairro Jardim Ana Rosa, onde o colégio está inserido, é composto por estudantes de classe baixa à média. Enquanto a escolaridade dos pais/responsáveis, a maioria destes estudou até a 4ª série, muitos concluíram o Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio Estadual Antônio Raminelli é o único colégio estadual do bairro, ministrando o nível Fundamental e Médio. Durante o ano de 2020, a escola passou por um processo de militarização, se integrando ao projeto de escolas cívico-militares impulsionado pelo governo do estado do Paraná. Esta instituição escolar foi escolhida para constituir o programa devido ao caráter popular do bairro<sup>9</sup>. Ademais, este

---

<sup>8</sup> Com apoio e autorização da Direção da Escola e (co)coordenação da professora Ana Cláudia Rodrigues de Oliveira, que atuava como docente da disciplina de sociologia no colégio em questão.

<sup>9</sup> Segundo o artigo 13º da Lei Estadual 20.338/20, que instituiu o Programa de Escolas Cívico-militares, um dos critérios que seriam avaliados para a seleção seria: “as instituições devem apresentar as seguintes características: a) alto índice de vulnerabilidade social”.



processo afetou gravemente a comunidade por encerrar o ensino noturno<sup>10</sup>, afetando os estudantes que trabalham no período diurno e estudam no turno noturno.

O Colégio Estadual Antônio Raminelli foi escolhido para ser o início do projeto dos cursinhos da rede *Práxis* devido às suas potencialidades e particularidades. A ideia inicial e que motivou os trabalhos ao longo da experiência seria motivar os estudantes a seguir nos estudos e buscar o ensino superior público.

As ações foram iniciadas com o apoio da professora Ana Cláudia que convidou todas as turmas do Ensino Médio no período matutino para participarem de um encontro semanal do cursinho no período noturno. A partir dessa estratégia, foi promovida a aula inaugural, mediante a apresentação dos educadores e educandos, e tendo como questão inicial a intencionalidade do curso para o qual estes gostariam de prestar o vestibular e se entre eles - em seu ciclo familiar - havia algum familiar que tivesse concluído o ensino superior. Na aula inaugural realizada pela Equipe de Extensionistas e a Profa. Ana Cláudia (já citada em nota de rodapé), foram expostas as etapas burocráticas que compõem os processos seletivos e vestibulares públicos, tais como: a realização das inscrições; solicitação de isenção da taxa de inscrição; e, principalmente, o funcionamento das cotas raciais e sociais (destinadas aos estudantes oriundos do Ensino Médio em escola pública).

A aula inaugural constituiu um ponto de partida na medida em que possibilitou identificar que os jovens não tinham contato com informações sobre as etapas do processo seletivo e conseqüentemente as etapas do processo burocrático os impossibilitavam de acessar as vagas destinadas a esta franja da população. Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>11</sup> (IBGE), apenas 4,6% dos filhos de pais sem instrução conseguem concluir o ensino superior, evidenciando assim a desigualdade de oportunidade educacional existente no país. É neste sentido que constitui um dos objetivos centrais do projeto *Práxis Itinerante: novas perspectivas*

---

<sup>10</sup> No artigo 13º, II seção, inciso d, está previsto que as escolas que participarem do programa não terão oferta de ensino no período noturno.

<sup>11</sup>Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101459>>





*para as juventudes e populações vulneráveis*, permitir que esta população específica tenha acesso gratuito a conteúdos e informações relevantes sobre o acesso à Universidade Pública, além de auxiliar na produção de uma outra realidade social na periferia urbana que possa alterar, a médio e longo prazo, as estatísticas que nos demonstram um país com alto déficit de acesso à educação superior.

A perspectiva desenvolvida neste núcleo de extensionistas no respectivo colégio estadual, nos meses em que a equipe esteve em atuação, era de promover reuniões de estudos dirigidos com temáticas específicas com recortes interdisciplinares que, conseqüentemente, contemplavam as discussões sobre os vestibulares e outras provas. Por meio de encontros semanais, os integrantes do projeto desenvolviam um esquema de bate-papo inicial com temas selecionados no processo de preparação e, ao final dos encontros, era distribuído entre os participantes um instrumento impresso composto por 3 ou 4 questões objetivas e uma discursiva<sup>12</sup>, para que os estudantes respondessem em determinado tempo e a seguir eram debatidas e apresentadas as respostas corretas acerca dos referidos temas.

Esta estratégia de aprendizagem tem como um de seus principais objetivos romper com o tradicional modelo de avaliação educacional pautado em testes padronizados e voltado para obtenção de resultados, ou produtos educacionais (concepção objetivista de avaliação). Parte-se do princípio de que esta forma tradicional de avaliação atua tanto no favorecimento do controle e regulação estatal quanto “como mecanismo de introdução da lógica do mercado, visando a maior competição e desempenho, além de reforçar valores como individualismo, meritocracia e competência” (LIBÂNEO, 2012, p. 263).

Neste sentido, é pertinente expressar nossa concordância com Paulo Freire (1996) no que tange ao reconhecimento do processo de ensino como criação de possibilidades para a (re)construção e produção do conhecimento por meio da interação entre educadores/as e educandos/as – e não como uma mera transferência

---

<sup>12</sup> Selecionadas no processo de preparação e planejamento a partir de provas de vestibulares públicos ou das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



de conhecimento entre partes hierarquicamente estabelecidas. Seria, portanto, por meio de processos, como o exemplificado na prática deste núcleo extensionista (abaixo representado pela figura de uma das discentes integrantes), que tornar-se-ia possível o incentivo da gradual e dinâmica transformação, em meio ao corpo discente, da “curiosidade ingênua” para a “curiosidade epistemológica”<sup>13</sup> – fomentando, assim, o cultivo de práticas autônomas de pesquisa, reflexão e construção complexa do conhecimento na vida cotidiana dos/as educandos/as.

**Figura 2** – Organização da biblioteca de materiais didáticos apostilados



**Fonte:** bolsista e co-autora Carolina de Almeida Silva (trabalho na Biblioteca do Colégio Estadual Vista Bela). Arquivo do Projeto Práxis Itinerante (fev.2020).

A metodologia central que regeu os trabalhos dos extensionistas foi garantir uma autonomia dos estudantes dentro da discussão, buscando construir uma dinâmica de debate que impulsionasse o processo de ensino-aprendizagem. A correção dos materiais consistiu em uma exposição aberta sobre os acertos e erros dos

---

<sup>13</sup> Segundo Freire (1996), uns dos principais objetivos do processo de ensino aprendizagem deve ser justamente o fomento desta transição entre uma perspectiva de recorrer ao senso comum e explicações simplistas dos problemas enfrentados no cotidiano da vida social (característica da curiosidade ingênua) para o desenvolvimento gradual de uma percepção cada vez mais complexa, científica e crítica das múltiplas configurações que perpassam uma problemática da realidade (entendida como decorrente da curiosidade epistemológica).



alunos, motivando as suas correções e buscando uma melhor assimilação dos conteúdos trabalhados.

Os trabalhos da rede *Práxis* busca tentar sanar parte das desigualdades educacionais que estão presentes no ambiente escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975), dando acesso aos estudantes ao capital cultural em profundidade com materiais preparados pelo Cursinho Especial Pré-Vestibular da Universidade Estadual de Londrina (CEPV-UEL) e pela rede Sigma de Londrina. O ensino preparatório para o vestibular também visa a dar ânimo e impulsionar os estudantes para o ensino superior, uma vez que os resultados dos estudos e vivências extensionistas possuem esta potencialidade de aumentar as chances de ingresso dos discentes (WHITAKER, 2010).

Os trabalhos desenvolvidos pelo projeto de extensão buscaram garantir certa autonomia do estudante como parte do processo de ensino-aprendizagem, buscando inspiração na metodologia freiriana (FREIRE, 1996) e, mesmo com as limitações de um curso preparatório, os extensionistas buscaram contribuir com a formação humana, social e política dos discentes.

## **5 A extensão universitária: desafios, estratégias e parcerias**

As ações desenvolvidas no núcleo extensionista intitulado Cursinho do Vista Bela visou a ofertar práticas de extensão universitária em novos espaços com estratégias que estimulassem a interação educador/a e educando como parte indispensável no processo de aprendizagem e fomento para novos sonhos e perspectivas às juventudes das regiões periféricas ou vulneráveis.

A compreensão da necessidade de políticas públicas educacionais, de lazer, de saúde, entre outras, em áreas de risco e vulnerabilidade, levou-nos a uma ação de extensão que objetivava intervir em umas dessas regiões, mais especificamente, em um colégio localizado na periferia da região norte de Londrina. A unidade se localiza no Residencial Vista Bela, um dos maiores empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida, com 2.712 unidades habitacionais, entre apartamentos e



casas. O Residencial, que conta com imóveis adequados a deficientes físicos, tem atualmente em torno de 12 mil habitantes (ALVES; BETTIOL LANZA; AMARAL, 2018).

Apesar do tamanho do empreendimento, observamos a falência da intervenção das políticas públicas atuando de forma conjunta e anterior à mudança das famílias para as novas moradias, o que foi identificado em pesquisa documental. Esse aspecto foi corroborado pelas moradoras na época da inauguração do colégio: “O posto de saúde daqui do (jardim) Padovani nem sempre tem médicos e a gente tem que ir para o posto do (jardim) Leonor (zona oeste)’, queixou-se a dona de casa Edy Furquim” (SARIS, 2017). “Falta segurança para a população daqui do Vista Bela e precisa de mais projetos para as crianças que funcionem fora do período escolar para que as crianças não fiquem na rua’, cobrou a balconista Lilian dos Santos<sup>14</sup>” (SARIS, 2017).

Os moradores do Residencial Vista Bela são sujeitos sociais que se encontram em vulnerabilidade social, resultado, em especial, da ausência do poder público em fornecer condições necessárias de moradia aos moradores do Vista Bela, pois “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2004, p. 20). Destaca-se que, apesar de tratar-se de um conjunto habitacional vinculado ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida, a edificação e inauguração de equipamentos públicos (como Unidade Básica de Saúde, Escolas, Unidade de Segurança Pública, dentre outros) não ocorreram na mesma época da transferência da população para o novo bairro - produzindo dessa forma novas formas de vulnerabilidade social.

Neste caso, os moradores do Vista Bela foram deslocados para um novo espaço que não garantia sua fixação, obrigando-os a se deslocarem para outros espaços

---

<sup>14</sup> Destaca-se que os nomes aqui citados (Edy Furquim e Lilian dos Santos) são de pessoas entrevistadas em uma reportagem do Jornal Folha de Londrina. Os dados são públicos e podem ser acessados em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apos-espera-de-seis-anos-primeira-escola-do-vista-bela-e-inaugurada-994152.html>.



da cidade afim de terem suas necessidades sanadas, o que ainda reflete no sentimento de pertencimento dos moradores com o bairro, o que podemos estender para o campo da educação, em que não há o pertencimento dos estudantes ao espaço do Colégio, bem como a possibilidade de mudança propiciada pela educação. No que diz respeito à educação, destacamos o fato de o centro de convivência ter se tornado Centro de Educação Infantil e de o Colégio ter sido inaugurado no final do ano de 2017 com o início das atividades em 2018, seis anos após a inauguração do bairro.

As ações do Práxis Itinerante no Colégio Estadual Vista Bela iniciaram também no segundo semestre de 2018. As ações se estenderam e foram apoiadas pelo Jornal Folha de Londrina<sup>15</sup> que publicou em 2019 uma matéria informando sobre a demanda por novos educadores (colaboradores externos) e destacando os resultados positivos que o grupo de extensionistas alcançara a partir do trabalho já realizado nos meses anteriores.

Dada à projeção das atividades, para inaugurar as novas vagas disponíveis no Cursinho do Vista Bela, realizou-se então um Festival de Talentos<sup>16</sup>, que contou com apresentações de bandas, danças e grafite nos muros do colégio - além do convite para comunidade participar das aulas do cursinho. Registrou-se uma grande adesão da comunidade escolar e seu entorno ao festival. A seguir, tem-se um material de divulgação vinculado a este evento.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/cursinho-do-vista-bela-precisa-de-professores-voluntarios-2957270e.html>>

<sup>16</sup> Disponível

<[http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&id=27065](http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=27065)>

em:



Figura 3 - Flyers digital publicitário do Festival Vista Bela, em 2018



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto Práxis Itinerante (2018)

Dentro desta perspectiva, é relevante indicar que o processo de integração da comunidade interna (educandos/as, educadores/as, gestores/as e demais funcionários técnico-administrativos) e a comunidade externa é um dos princípios basilares de fomento de uma cultura organizacional pautada em um projeto de escola democrática-participativa (LIBÂNEO, 2004). Enfatizando, ainda, que:

A criação de um sistema nacional articulado de educação, de forma que o Estado, a sociedade e as diferentes esferas administrativas atuem de maneira organizada, autônoma, permanente, democrática e participativa, tem sido uma das principais pautas dos movimentos organizados de educadores, cujas conquistas têm sido marcadas por avanços e recuos (LIBÂNEO, 2012, p. 318).

Assim, o Práxis Itinerante reitera sua proposta de contribuir com ações práticas que viabilizem avanços para a consolidação e desenvolvimento da cultura participativa em suas áreas de atuação, objetivando colaborar com as propostas de articulações progressistas que se pautam na luta pelo fortalecimento das instituições e princípios democráticos que norteiam o Estado e sistema educacional brasileiros.



Ademais, deve-se indicar o particular destaque do Festival para a recepção dos novos educandos, permitindo assim a continuidade das atividades iniciadas sob a perspectiva da práxis – que em muito contribuiu para a efetivação da tríade que norteia a Universidade Pública. Sob essa perspectiva, “de práxis em práxis” os desafios foram enfrentados para implementação das ações do cursinho com encontros diários no período noturno na sala cedida no Colégio Estadual Vista Bela, dentre as dificuldades enfrentadas, destaca-se a ausência de política universitária que conte com apoio e suporte às equipes extensionistas.

No sentido de superar as ausências, a equipe do Práxis Itinerante buscou parcerias junto à comunidade externa, seja com colaboradores que ministravam parte das aulas ou com instituições e empresas parceiras. No contexto de 2019, as ações contaram com acordos formalizados junto ao ITEDES<sup>17</sup> (logotipo abaixo) e com o Colégio e Curso Sigma de Londrina<sup>18</sup> (logotipo abaixo) - esse último prestou apoio pedagógico e recursos financeiros que subsidiaram os custos de transporte da equipe extensionista (universitário e colaboradores) para locomoção ao Colégio, que se localiza aproximadamente 9 km da região central de Londrina.

---

<sup>17</sup> “O ITEDES - Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social - criado em dezembro de 1994, caracteriza-se por ser uma instituição privada e sem fins lucrativos, reconhecida como órgão de Utilidade Pública pelos Governos Estadual e Municipal; com credenciamento junto ao Ministério das Cidades e Portal de Convênios – SICONV”. Disponível em: <https://www.itedes.org.br/>.

<sup>18</sup> Empresa da área de Educação que possui como mantenedora a Família Hatti e de maneira especial com destaque ao Prof. Jamil, que ao longo de décadas fomentou a trajetória de estudantes (desprovidos de condições financeiras) com a oferta de bolsas de estudo para acompanhar seus cursos pré-vestibulares para ingressarem em universidades públicas.



Figura 4 - Logotipo do ITEDES



Fonte: <https://www.itedes.org.br/>, acessado em 27.05.2022

Figura 5 - Logotipo do SIGMA



Fonte: <https://www.sigmacursoecolegio.com.br/>, acessado em 27.05.2022

No entanto, as atividades de extensão no Núcleo Vista Bela foram interrompidas pela pandemia da Covid-19 em março de 2020, quando ocorria o início do terceiro ano de atuação no respectivo colégio.

Tendo perseguido a continuação dos estudos formais e informais sobre o vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de forma geral, destaca-se que, entre outras, as atividades ocorreram por meio de ações interdisciplinares, oficinas de sensibilização, reuniões de estudo e cursos. Neste sentido, como público-alvo, obteve-se não apenas os vestibulandos mas, também, toda a comunidade circunscrita a região do Colégio Estadual Vista Bela, em Londrina/PR.

(...) não é possível ao (à) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola (...) partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. (...) partir do





“saber de experiência feito” para superá-lo não é ficar nele (FREIRE, 1992, p. 59, 70-71).

Buscou-se ainda desenvolver metodologias de extensão que, de acordo com Paulo Freire (1975, p.13), representa uma: “invasão cultural através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam que se superpõe à daqueles que passivamente recebem”. Ou seja, aqueles que ainda estão no processo educando-educador, ressaltam diversas vezes entre os educandos que o aprendizado vem das práticas cotidianas, que podem ser transmitidas dentro do processo escolar. Tem-se, então que:

(...) educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1996, p. 25).

Diante do exposto, sugere-se que os desafios em fazer parte de um projeto voltado para o sonho - não somente do educando, mas de toda sua família que vê na educação a possibilidade de ascensão social, econômica e cultural -, é demonstrar que as universidades públicas são, não apenas fomentadoras de grandes trabalhos científicos e acadêmicos que buscam a excelência dos seus futuros profissionais e educadores mas, também, promotora de todo tipo de emancipação. É nesta perspectiva que através da Práxis promoveu-se, permanentemente, discussões sobre a necessidade da efetivação de uma educação gratuita, de qualidade e, acima de tudo, libertadora.

Deste modo, as ações do Práxis têm como fundamento a contraposição frente à ideologia fatalista que caracteriza a concepção neoliberal de modelo educacional – que, sob pressupostos de pós-modernidade, buscam imobilizar a processo educativo a partir de princípios de uma única via de atuação: a adequação dos sujeitos à uma sociedade sem possibilidades de mudança (FREIRE, 1996).



Tomando a perspectiva integrada - e remontando a lógica da práxis -, foram produzidas diferentes análises, desde estudos de caso (SILVA, LANZA, 2019) levando em conta diversos desafios presentes nas práticas desde o ano de 2019, até pesquisas vinculadas aos processos associados a questões maiores - como a pandemia do Novo Coronavírus -, que impactaram diretamente as atividades e práticas desenvolvidas (BREVILHERI, LANZA, 2020).

No entanto, o Governo do Estado do Paraná implementou uma política autoritária alinhada com as ações do Governo Federal junto ao sistema estadual de educação e promoveu a implantação do modelo de gestão cívico-militar, que dentre outros prejuízos à comunidade do Colégio Estadual Vista Bela apontam-se o sofrimento com essa transição e o encerramento das atividades no período noturno. As escolas estaduais cívico-militares no modelo de gestão paranaense não possuem oferta de ensino contrário ao horário comercial (08:00h às 18:00h), o que impôs aos jovens trabalhadores que cursavam o Ensino Fundamental, Médio ou Educação de Jovens e Adultos no período noturno a necessidade de deslocamento para outro bairro ou a evasão escolar. Dessa forma, as atividades de extensão da equipe do Práxis Itinerante no respectivo colégio não puderam ser retomadas com o contexto de abrandamento da pandemia da Covid-19.

## 6 Considerações finais

Através de suas metodologias de ação, o projeto Práxis Itinerante impulsionou a ação de diversos estudantes que, entre provas e vestibulares, desenvolveram o desejo pela continuidade dos estudos, além do envolvimento da família e da comunidade no processo de aprendizado e educação.

Os fundamentos que nortearam as ações desenvolvidas pela equipe do Práxis foram o de consolidação de uma cultura escolar pautada em princípios de gestão democrática (LIBÂNEO, 2012) e do desenvolvimento de uma autonomia crítica e intelectual que favorecesse um processo de (re)construção contínua e dinâmica do conhecimento (FREIRE, 1996).



Desta forma, partindo de premissas diferentes das tipicamente associadas à lógica dos Cursinhos Pré-Vestibular, o projeto visou, em cada instância, a preocupação com a autonomia e esperança (como destacado por Paulo Freire) em cada um de seus educandos. Além disso, tal ação extensionista propiciou o contato dos próprios universitários com diferentes demandas e instâncias da organização e vida social, contribuindo para suas formações enquanto cientistas sociais.

## Referências

BETTIOL LANZA, L.M.; ALVES, J. M.; AMARAL, W. R. (Orgs). **A Lógica Territorial na Gestão das Políticas Sociais**. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2018. v. 1. 228p.

BONALDI, EDUARDO VILAR. Tentando -chegar lá-: as experiências de jovens de um cursinho popular. **Tempo Social**, v. 30, p. 259-282, 2018.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BREVILHERI, U. B. L.; LANZA, F. Práxis Itinerante e o “Cursinho do Vista Bela”: os desafios multi(dimensionais) disciplinares da extensão universitária. In: **Encontro Anual de Extensão Universitária**, 3., 2020, Londrina PR, 2020. p. 434-437.

COSTA, A. R. A educação popular em contexto pré-vestibular uma vez mais em debate: há alternativa! In: **Anais do XVII Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire**. Santa Maria RS, 2015, p. 1-12.

DE CARVALHO, M. F., & DE FREITAS, M. C. **Perspectivas e desafios dos cursinhos populares da Zona da Mata Mineira**. Revista ELO – Diálogos Em Extensão, 2(1), 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAVAL, C; DARDOT, P. **La Nueva Razón del Mundo.** Gedisa Editora, Barcelona, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** Goiania: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, J. L.; MELO, A. B. de; PERPETUO, C. L. Pandemia e a exacerbação das vulnerabilidades sociais: impactos na saúde mental. **Akrópolis**, Umuarama, v. 29, n. 1, p. 59-74, jan./jun. 2021.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação. **Olhar de Professor.** Ponta Grossa v. 8, n. 2, p. 77-92 Jul./Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1441>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RAMOS. V. R; FIETZ, V. R. Importância das atividades extensionistas no ensino aprendizagem e incremento curricular. **X Congresso Ibero-americano de docência universitária: “o envolvimento estudantil”**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.aidu-asociacion.org/importancia-das-atividades-extensionistas-no-ensino-aprendizagem-e-incremento-curricular/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SARIS, S. Após espera de seis anos, primeira escola do Vista Bela é inaugurada. Folha Cidades in **Folha de Londrina**, 24 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apos-espera-de-seis-anos-primeira-escola-do-vista-bela-e-inaugurada-994152.html>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SCHEIDEMANTEL, S. E; KLEIN, R; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos5.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, C. A; LANZA, F. Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações vulneráveis – Os desafios da educação pública na periferia. In: **Encontro Anual de Extensão Universitária**, 2., 2019, Londrina, Anais... Londrina, 2019, p. 1213-1220.

WHITAKER, D. Universidade, Vestibulares e Ideologia. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol. 6, p. 123-131, 1983.



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



WHITAKER, D. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, vol. 11, No. 2, p. 289-297, 2010.



## Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas

*Extensive initiative in pandemic times to nature: beyond concessions, for other types of partnerships in protected areas*

Virginia Martins Fonseca<sup>1</sup>  
Raquel Faria Scalco<sup>1</sup>  
Diego de Macedo Araujo<sup>2</sup>

### Resumo

Objetivamos fomentar um diálogo com servidores e terceirizados de unidades de conservação (UC) de Minas Gerais acerca das parcerias que podem ser estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Atualmente, a concessão de serviços e áreas em UCs para viabilizar atividades de apoio à visitação tem sido implementada com prioridade. No entanto, além desta, estão a(s): permissão, autorização, co-gestão e parcerias com organizações da sociedade civil como possibilidades para formalizar iniciativas socioeconômicas alternativas, com maior envolvimento e possibilidade de benefícios para as comunidades do território. O tema, incipiente e necessário, repercutiu positivamente diante da inscrição de mais de 70 interessados. Este curso, online, gratuito e com duração de 80 horas, adotou como metodologia os pressupostos de um grupo de estudos. Como resultados, contamos com a participação efetiva de 12 participantes de diversas áreas de conhecimento, o que favoreceu um debate interdisciplinar e de expressiva representatividade regional.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação. Curso Online. Uso Público. Comunidades locais. Políticas públicas.

### Abstract

We aim to promote a dialogue regarding partnerships among both private and public, for-profit and nonprofit institutions, including either servers or outsourced workers from protected areas (PAs) in Minas Gerais. Currently, the concession of services and regions in PAs to enable activities which support visitation has been preferentially implemented. Nevertheless, in addition, we find: permission, authorization, co-

<sup>1</sup> Docentes do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - virginia.martins@ufvjm.edu.br; raquel.scalco@ufvjm.edu.br;

<sup>2</sup> Discente do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - diego\_macedo100@hotmail.com



management and partnerships with civil society organizations as possibilities to formalize alternative socio economic initiatives, providing greater involvement and benefits for the communities in the territory. This topic, incipient and necessary, has had a positive impact on the registration of more than 70 interested people. This one online, free of charge course which lasts 80 hours, has as methodology the assumptions of a study group. As a result, we have the effective participation of 12 participants from different knowledge areas, favoring an interdisciplinary debate with expressive regional representation.

**Keywords:** Protected areas. Online course. Public Use. Local communities. Public policy.

## 1 Introdução

As áreas protegidas (AP), como espaços destinados à conservação ambiental têm como intuito manter a integridade dos atributos cênicos, autênticos e endêmicos de determinado bioma, bem como claros interesses de provocar sentimentos de pertencimento, orgulho e identidade nacional. A complexidade percebida nos processos de patrimonialização da natureza transpassam tais pressupostos pois envolvem, muitas vezes, atores sociais que compreendem o território desde outras óticas ou perspectivas.

Considerando a política institucional brasileira, a definição das AP é regida pela Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Segundo o Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP, 2020), para que as AP sejam geridas de forma a atingir seus objetivos de conservação do patrimônio ambiental e cultural, diretrizes foram delineadas no contexto jurídico relacionadas ao planejamento e implementação de diferentes instrumentos de parcerias para a gestão territorial. Assim, as parcerias podem ser estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Ainda segundo o OPAP (2020), estas visam diferentes objetivos, tais como ao apoio à conservação da AP, à prestação de serviços para visitação em contato com a natureza, à realização de atividades de educação ambiental e pesquisa, dentre outros.



As motivações e os objetivos que fundamentam estas parcerias são diversos e, dependendo do entendimento de como se deve dar a gestão da coisa pública, os argumentos podem seguir uma vertente que evidencia a carência e a fragilidade da esfera pública, fomentando a dependência de recursos privados em virtude de sucessivos cortes orçamentários em áreas como ambiente, educação e cultura. Nesse contexto, o enfraquecimento das instituições ambientais, em termos qualitativos e quantitativos, evidencia o caráter neoliberal da gestão do patrimônio público, tomando as parcerias como um fim e não como um meio para apoiar a gestão da coisa pública (OPAP, 2020, p. 2).

Em dezembro de 2020, um contrato foi formalizado entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de elaborar estudos para analisar a viabilidade de concessão, por tempo limitado, da área de uso público de sete AP de Minas Gerais, com vistas à concessão de serviços turísticos relacionados à visitação e melhoria das condições de infraestrutura de visitação e recreação para o público em geral (IEF-MG, 2021a).

O contrato prevê a prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos visando à concessão dos serviços de visitação, para a revitalização, modernização e manutenção das atividades turísticas nos parques que foram selecionados, a saber, Parque Estadual: do Rio Doce; do Itacolomi; da Serra do Rola Moça do Ibitipoca; do Rio Preto; do Biribiri; do Pico do Itambé (IEF-MG, 2021a).

Neste contexto, faz-se essencial o desenvolvimento de iniciativas extensionistas que busquem integrar a temática do meio ambiente, em especial, as AP e a universidade, no intuito de compreender qual é a conjuntura atual assim como a necessidade de identificar estratégias para acompanhar, de modo constante, como se darão tais tendências na realidade de influência do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), posta a necessidade eminente de contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural da região em que o curso está inserido.





Diamantina se distingue no cenário mineiro por diversas características, dentre elas, sua localização privilegiada em relação à capital mineira, bem como a presença da atividade turística de forma incipiente, o que garante certa autenticidade frente a outros destinos turísticos semelhantes que integram como atrativos diferenciais os patrimônios natural, cultural e arquitetônico.

No tocante à presente proposta, frisa-se que em um raio de 150 km de Diamantina existem sete parques, sendo um nacional (PARNA Sempre Vivas), cinco estaduais (Biribiri; Rio Preto; Pico de Itambé; Serra do Intendente e Serra Negra) e um municipal (Parque Natural Municipal do Tabuleiro), dos quais três foram priorizados como objetos de estudo pelo IEF-MG/BNDES.

Portanto, esta iniciativa foi aprovada no edital PROEXC 05/2021 - Cursos online, e foi inspirada na atuação do OPAP, que reúne docentes e pesquisadores de universidades brasileiras, com a intenção de promover o conhecimento sobre o tema, a partir da pesquisa, do ensino e da extensão.

O curso online denominado “Parcerias em Áreas Protegidas: pela efetiva conciliação entre uso público e comunidades locais” teve como principal objetivo envolver servidores e terceirizados, interessados e vinculados às AP mineiras, com foco naquelas inseridas na região de Diamantina, assim como docentes, estudantes de pós-graduação e graduação interessados pela temática. O curso objetivou promover um diálogo na busca pela compreensão do que são as parcerias em AP e suas possibilidades de implantação, com especial atenção aos temas relacionados ao uso público (UP) e envolvimento das comunidades locais.

O curso contou com a procura de mais de 70 interessados, diante da oferta de 20 vagas, contando com 12 participantes de diversas áreas de conhecimento, como: turismo, biologia, ecologia, geografia, sociologia, administração, entre outras, proporcionando um debate interdisciplinar, com expressiva representatividade regional.

Os encontros aconteceram quinzenalmente, de forma online, por meio da plataforma do Google Meet, entre 16h e 18h. Considerando a realidade das diversas UCs, o debate foi enriquecedor pois foi perceptível como cada área protegida lida com



os desafios cotidianos da gestão, em que algumas das deficiências podem ser consideradas convencionais, visto que a maioria das AP têm conflitos semelhantes, mas também há desafios que são particulares àquele território. Destacamos que os temas discutidos se referiram tanto na importância da comunidade do território se apropriar dos processos de gestão do turismo, como à importância da mobilização para a implementação do turismo de base comunitária (TBC). Neste sentido, foi consenso entre os participantes a necessidade de sensibilizar tais atores quanto à temática, uma vez que a constituição de associações e/ou cooperativas pode potencializar parcerias diversas entre gestores de AP e comunidades locais (guardiãs ancestrais destes territórios).

## 2 Revisão de literatura

É notório que a criação de AP é de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação do meio ambiente. O uso público (UP), segundo a Portaria ICMBio nº 289, de 2021, é o termo utilizado que considera desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas UC como o desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental, entre outras ações (BRASIL, ICMBIO, 2021, art. 2º, I).

Nesta seara, é importante destacar que a perspectiva de UP nos parques nacionais brasileiros é otimista, pois aumentou 245% entre 2007 e 2019, sendo que neste último ano foram contabilizados quase 9,8 milhões de visitantes, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2021).

Martins Fonseca e Bustos Cara (2021) apontam, no entanto, que há grande concentração de visitantes (79%) em apenas cinco parques nacionais, e que tal demanda pode ser justificada devido à localização dos mesmos, que contam com maior facilidade de acesso e pelo reconhecimento internacional como destinos turísticos. Os autores destacam que os demais parques nacionais mantêm muitos



desafios para promover o turismo em seus territórios, pois além dos requisitos mínimos como um plano de UP na UC, está a ausência de acessibilidade segura (principalmente terrestre, mas não somente) e a fragilidade dos meios de hospedagem, alimentação e serviços turísticos receptivos. Estes últimos, em especial, são considerados “frágeis” por não darem conta de atender um expressivo contingente de turistas já que, segundo Maragliano, Impemba e Martins Fonseca (2021), o turismo desenvolvido seria aquele que proporciona o efeito de transborde econômico nas localidades, ainda que não muito esclarecido para quem.

Assim, para Martins Fonseca e Bustos Cara (2021) tal concepção de turismo “eficiente” é bastante contraditória quando associado à natureza, pois há de se mencionar as limitações para a prática de atividades recreativas, turísticas, educativas, atentas à integridade do ambiente, segurança e qualidade, inclusive, da experiência do visitante. Por fim, não se pode ignorar a inexistência de normativas que tratem da prestação de serviços nas AP de modo mais interconectado com sua realidade e comunidades do território. Para os autores, o cenário atual não é positivo, já que está em tela a “necessidade emergencial” de conceder à iniciativa privada estes territórios. Portanto, para estes autores tais narrativas da concessão de UP ignoram a importância de um debate ampliado sobre aspectos positivos e negativos, complexos e contraditórios, dentre as quais deveriam considerar ações efetivas, não só de envolvimento das comunidades que estão no entorno de tais territórios, como pela prioridade em zelar pela qualidade de vida das mesmas.

[...] desde dezembro de 2019, com a publicação pelo governo federal no Programa Nacional de Desestatização (PND), evidencia-se a situação delicada de desmonte, de enfraquecimento das instituições, e de desinvestimento que o país tem sofrido, com especial enfoque para os setores ambiental, cultural, educacional e de saúde. Neste caso, o PND, evidentemente, contempla aquelas APs que já possuem uma demanda significativa para atender aos interesses de um mercado neoliberal (MARTINS FONSECA; BUSTOS CARA, 2021, p. 26).

Concomitante, o Programa de Concessão em Parques Estaduais, lançado pelo Governo de Minas em 2019, menciona a necessidade de contribuir para a inovação na



gestão das AP em MG, atraindo investimentos, gerando empregos, ampliando os recursos humanos e financeiros que devem ser utilizados na conservação ambiental com o intuito de sensibilizar grande parcela da sociedade quanto à real importância de manutenção das áreas verdes para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Seu principal objetivo é desenvolver e implantar modelos de parcerias e concessões ambientais voltados para o aprimoramento e diversificação dos serviços turísticos ofertados nas UCs estaduais de forma a garantir o cumprimento de seus objetivos de criação, o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas existentes, a maior eficiência na gestão e na conservação da biodiversidade, bem como a geração de benefícios sociais e econômicos para as comunidades do seu entorno (IEF-MG, 2021b). Cabe salientar que, dentre os instrumentos utilizados, a concessão de serviços e áreas para viabilizar atividades de apoio à visitação tem sido implementada com prioridade em UC, sobretudo em parques. No entanto, além da concessão, estão a permissão e a autorização como possibilidades para formalizar a parceria com a iniciativa privada com fins lucrativos. Entendemos, inclusive, que seriam estas últimas as mais apropriadas à realidade das AP do entorno de Diamantina.

Nesta seara, o OPAP (2020) entende por parcerias os diferentes arranjos institucionais adotados pelos órgãos gestores ambientais para viabilizar a participação pública e privada, com e sem fins lucrativos, no apoio à criação, implementação e gestão de AP. Ainda assim, mesmo que não tão visibilizadas como a concessão, estão as atividades em parceria com entidades sem fins lucrativos, no qual os instrumentos utilizados são regulados no contexto da participação das organizações da sociedade civil, tais como termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.

Portanto, enquanto atividade extensionista, esta iniciativa potencializa o debate e a participação política e social do público-alvo diretamente envolvido nesta problemática, numa perspectiva que pode nortear uma atuação social e diferenciada no cotidiano, justificando a importância das conexões que devem ser estabelecidas entre a universidade e demais setores da sociedade. Neste contexto, entendemos que ações extensionistas que busquem difundir a importância da preservação ambiental nunca foram tão necessárias como atualmente em nosso país, já que o desmatamento



tem batido recordes no Brasil, enquanto o poder Executivo avança na agenda de flexibilização das regras de proteção ambiental junto ao poder Legislativo, como o denominado “Pacote da Destruição” socioambiental, que se refere aos projetos de lei que favorecem a grilagem de terras (PL 2.633/2020 e PL 510/2021); a liberação de agrotóxicos (PL 6.299/2002); a anulação do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004); a demarcação de terras indígenas (PL 490/2007); e a mineração em terras indígenas (PL 191/2020).

### 3 Metodologia

No dia 01 de julho de 2021, por meio da plataforma oficial da UFVJM, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) tornou público o edital 05/2021, que teve como objetivo ofertar cursos de forma totalmente online, de curta duração. Diante da aprovação desta iniciativa, demos início às atividades de organização para a realização do curso. A equipe coordenadora contou com duas docentes e um discente bolsista do curso de Turismo da UFVJM, assim como outros três discentes de pós-graduação e graduação (membros do OPAP). A divulgação do curso ocorreu pelas redes sociais, assim como foram enviados e-mails a mais de 40 gestores de parques naturais de MG, considerando a disponibilidade de informações dos mesmos na internet.

Foi criado também um perfil no Instagram chamado “@pupap.mg”, em que a sigla é equivalente a Parcerias para Uso Público em Áreas Protegidas de Minas Gerais, com o objetivo de associar este perfil às UCs, assim como outros interessados, bem como, no decorrer das atividades previstas, divulgar as referências que pautariam o conteúdo programático de estudos.

Identificaram-se 40 inscritos que se enquadravam no perfil desejado, e foram selecionados 20 inscritos para a primeira chamada, no qual diante da confirmação da maioria, foi realizada a segunda chamada para as vagas restantes. Neste sentido, considerando que o objetivo do curso era engajar participantes que estivessem atuando nas UCs de MG sob a forma de um grupo de estudos, optou-se pelo início das atividades com 15 inscritos, diante do perfil de estar diretamente vinculado à temática.



A estratégia metodológica adotada pela coordenação para potencializar a aprendizagem da turma foi a metodologia ativa que, segundo Sobral e Campos (2012), é o método educativo que instiga o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, uma vez que o estudante deve ser participativo e comprometido com seu aprendizado, já que faz uso de situações de problemáticas e/ou reflexão para gerar uma aproximação crítica do estudante com a realidade, no intuito de despertar a curiosidade acerca do tema, desenvolver a autonomia, a disponibilidade e uso de recursos para analisar o contexto, levantar hipóteses e buscar soluções para os questionamentos.

Para Borges et al (2014), há a compreensão que o ensino se torna eficaz quando os estudantes são envolvidos e se tornam ativos durante o processo; as aulas tornam-se dinâmicas, vivas e interessantes com a participação e questionamentos realizados por todos. Assim, a busca de solução para os problemas e as indagações suscitadas pelos estudantes incentiva a pesquisa e envolve a atuação dos estudantes e mediação da coordenação, na função de tutorias, o que é fundamental para a construção do conhecimento. Diferentes estratégias metodológicas são adotadas na metodologia ativa, dentre elas a aprendizagem baseada em problemas (ABP):

[...] o professor destaca o protagonismo do estudante na construção do conhecimento em um processo de interação entre sujeito (aluno em atividade) e objetos dos conhecimentos (diferentes saberes), sob a orientação do professor, também protagonista, que organiza e conduz a ação do sujeito diante do objeto, articula teoria e prática e 'ajusta a condução' para o alcance dos objetivos de aprendizagem definidos pelos estudantes na primeira sessão do tutorial (SILVA, 2016, p. 1083).

Para Oliveira-Junior (2018), na ABP a construção do conhecimento ocorre mediante a busca de solução para os problemas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades e atitudes que são relevantes para a atuação profissional, a exemplo da autonomia, do senso crítico, da responsabilidade, da criatividade, das habilidades necessárias às interações e relações interpessoais e profissionais.



O primeiro encontro ocorreu na data prevista, dia 19 de agosto, em que a equipe coordenadora se apresentou e evidenciou os objetivos e cronograma de atividades, bem como as ferramentas do Google Sala de Aula, plataforma adotada para disponibilizar as referências e canal de comunicação oficial. Foi destacado que os encontros síncronos não seriam gravados e que seria importante os participantes consultarem as referências, para potencializar o debate e fundamentar as análises, direcionando-as às especificidades de cada território. Neste sentido, para a elaboração deste trabalho, foi adotada a técnica da observação participante, considerando as anotações do relatório final.

## 4 Resultados e discussão

### 4.1 Interface do curso enquanto ação extensionista

Consideramos, na concepção do curso, as diretrizes para as ações de extensão universitária que, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, FORPROEXC 2012), podem contribuir, desde que articuladas em conjunto, para a superação das três crises da Universidade Pública (SANTOS, 2010) quais sejam: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional.

Neste sentido, para alcançar a *interação dialógica* da comunidade acadêmica com a sociedade, foi estabelecido que um terço da carga horária seria definida de modo articulado com os participantes, a partir das especificidades de sua atuação profissional e AP a que estariam vinculados. Para Lima, Azevedo e Amorim. (2015, p. 6), “essa prática acadêmica pode ser uma forma de aproximação para promover um diálogo com outros setores da sociedade, viabilizando uma produção de conhecimentos de forma colaborativa”.

Já para evidenciar a importância da *interdisciplinaridade e interprofissionalidade*, como o curso envolveu atores sociais relacionados às AP, a formação de ensino superior, além de heterogênea, considerou a própria responsabilidade e atuação profissional de cada um que, interligadas, apresentaram particularidades importantes. Este contexto enriqueceu os debates dos encontros síncronos assim como favoreceu a



análise de soluções aos problemas sinalizados, já que permitiu a integração de perspectivas sistêmicas na composição de um olhar holístico quanto à temática de parcerias em AP. Para Flores e Mello (2020, p. 7):

[...] os alunos percebem e já associam que os conhecimentos teóricos da sala de aula podem ser transformados em ação, e a partir do momento em que são socializados com as comunidades e Instituições podem influenciar e promover a transformação destes ambientes.

No tocante à *indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão*, a iniciativa foi vinculada como atividade extensionista do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); assim mesmo como vinculada às disciplinas relacionadas do Curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades; e ao Programa de Extensão “Encontro de Saberes: construindo pontes e ações entre os saberes de matrizes indígenas, afrodescendentes e populares com a produção do conhecimento científico”. Assim, corroboramos com Santana (1998) que afirma que a conexão de saberes permite que o estudante forme conceitos próprios da realidade vivida, da maneira como se sentiu, mesclando o conhecimento científico com suas experiências prévias, dando significado aos dados recebidos como percepção, transformando-o em informação.

Quanto ao *impacto na formação do estudante*, frisamos que além da temática se tratar de uma proposta bastante inovadora e necessária, a expectativa é que os estudantes envolvidos possam trazer esta experiência para a sala de aula. Nela, será fomentado o debate e serão compartilhados os saberes adquiridos com outros colegas, seja no intuito de sensibilizar os demais quanto à importância da participação em atividades extensionistas, seja quanto à sua própria aprendizagem bastante diferenciada, seja quanto às possibilidades de os docentes apropriarem-se de tal intercâmbio e experiência para ações futuras relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, a partir do envolvimento de um discente como bolsista, além deste estar adquirindo uma experiência quanto a esta frente de atuação





profissional, poderá ser um importante articulador junto a outros estudantes quanto à importância do protagonismo estudantil na realização de atividades extensionistas. Ainda de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, as atividades de extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam.

Por fim, a diretriz *impacto e transformação social* trouxe a expectativa - com a realização deste curso online, com este público em especial, considerando a conjuntura dos ambientes natural, político-institucional, socioeconômico e histórico-cultural - de contribuir de maneira diferenciada para o debate relacionado ao UP em AP e a efetiva inclusão social por meio do envolvimento das comunidades locais como protagonistas de ações relacionadas à importância das parcerias nestes territórios.

## 4.2 Da seleção dos participantes

A seleção dos participantes foi baseada em um formulário, com oito questões, incluindo respostas curtas e longas, múltipla escolha e caixa de seleção. As inscrições ficaram abertas de 04 a 12 de agosto de 2021, e obteve um total de 72 inscritos, sendo 35 servidores e terceirizados de UC e 37 vinculados a outros órgãos ou entidades.

Com esse dado, conseguimos perceber a carência e a necessidade de abordar temas acerca das parcerias e que não interessam apenas aos servidores e terceirizados, uma vez que muitos inscritos não estavam vinculados à nenhuma AP, e sim interessados em compreender o assunto. Destacamos que os inscritos eram de 5 estados brasileiros: MG (46); SP (10); Rio de Janeiro (5); Mato Grosso (1); e Mato Grosso do Sul (1). Outros nove inscritos não identificaram seu estado de origem. Neste sentido, constatamos que a procura pelo curso ultrapassou nossas expectativas, evidenciando o quanto o tema é incipiente, e quiçá, tal demanda tenha ainda sido potencializada pelo atual momento de expansão das concessões de UP no território nacional. Por fim, frisamos a procura de representantes de 21 UC mineiras: APA das Águas Vertentes, PARNA Sempre-Vivas, PE Lapa Grande, Parque Natural das



Andorinhas, PARNA Serra do Cipó, PE Biribiri, PE Serra do Brigadeiro, PE Serra do Intendente, Parque Natural Municipal Templo dos Milagres, Parque Natural Municipal do Tabuleiro, PE Pico do Itambé, PARNA Chapada dos Guimarães, APA Rio Picão, PE Turístico do Alto Ribeira, APA São José, PE Ilha Anchieta, PE Intervalos, APA Cachoeira das Andorinhas, PE Serra do Papagaio e PE Sagarana.

### 4.3 Da operacionalização

A partir dos diálogos realizados nos encontros síncronos foi possível perceber algumas deficiências das UC, mas também foram avistadas parcerias potenciais que seriam benéficas tanto à AP como as comunidades do território. Neste contexto, seguem os principais pontos discutidos nos módulos propostos. Cabe destacar que eram planejados três cenários de ABP, considerando participação online. Assim, para potencializar o debate, a turma era dividida e cada uma direcionada para outra sala virtual, com membros da equipe coordenadora para moderação. Ao final, apresentávamos em plenária os resultados obtidos no debate. Destacamos os principais apontamentos dos participantes, considerando as partilhas de conhecimento e experiência, suscitados pelos debates propostos no cenário de ABP adotados no encontro online. Assim mesmo, considerando a necessidade de autoavaliação ao final de cada módulo, os participantes tiveram possibilidade de compartilhar outras aprendizagens no formulário on-line, em um prazo determinado.

O módulo 1 teve como tema a “Crise Socioambiental e Diálogo de Saberes – uma introdução”, em que houve o entendimento do quão é visível a fragilidade das comunidades do território diante de várias questões, onde destacamos que o próprio poder público, órgão que teria o papel de gerir e diminuir as desigualdades, termina por subsidiar a mercantilização pelas grandes empresas privadas, dirimindo as possibilidades de circulação de renda na localidade e, corroborando para um entendimento de que o Estado não tem competência para promover o UP nestes territórios, assim mesmo como distanciando as possibilidades protagonistas da comunidade atuar em sua realidade.



Para Maragliano, Impemba e Martins Fonseca (2021) é necessário se repensar o tão falado desenvolvimento do turismo e promover um debate sobre o papel do Estado e a promoção do setor privado – estimulado, principalmente, pela fixação de grandes investimentos estrangeiros no setor dos serviços, em vez de promover os pequenos e médios empreendimentos e iniciativas locais.

Neste contexto, quando adotado como referência a modelagem da concessão, a UC, muitas vezes, para os participantes, é tratada como mercadoria, e o UP passa a ser pensado exclusivamente pelo prisma econômico, levando o território a uma elitização que impede que diversos públicos, dentre eles aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, possam frequentar a AP. O discurso de “salvar” a AP exclui, inclusive, moradores do entorno, sabotando a função social do UP como um bem comum. Assim, dentre as soluções pensadas inicialmente foram enaltecidas as políticas públicas com vistas a garantir que as comunidades do território sejam protegidas por lei. Tal prática já se faz presente em alguns territórios, tratado por Zaoual (2009) como “Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento”, já que ocorrem trocas simbólicas diversas (de crenças, de conhecimentos, de comportamentos e de práticas sociais) que irão determinar o processo de desenvolvimento econômico. Portanto, reconhecer a comunidade, assim como a natureza, é reconhecer o conhecimento tradicional como de fundamental importância para a efetiva inclusão das mesmas nos processos de gestão.

Já o módulo 2 teve como tema “O envolvimento das comunidades locais na gestão de UP em AP”, no qual foi entendido que a percepção sobre o espaço e tempo entre as populações tradicionais, o mercado financeiro e a gestão pública são vistos de forma distinta, pois o sistema em que estamos postos, que prioriza o mercado, encurta a noção de espaço e acelera a noção de tempo, enquanto as populações tradicionais têm seus costumes e cultura priorizando o seu bem-estar. Os participantes destacaram, diante das problemáticas suscitadas, que esse conflito entre o mercado e as comunidades gera novos desafios, principalmente quando a gestão decide priorizar o mercado, dificultando o diálogo junto às comunidades e minimizando os direitos já



garantidos, dificultando assim as possibilidades do TBC como alternativa socioeconômica para as comunidades locais.

Para os participantes, para que o UP seja solidário é de fundamental importância que haja um diálogo com a população local, caso contrário, pode-se desencadear problemas para gestão, uma vez que a comunidade pode entender, novamente, que está sendo excluída tal qual quando houve o reconhecimento da AP. Frisaram, neste sentido, que dentre os discursos para aceitação quando da criação da AP estava o de que a comunidade iria se beneficiar pela prática do turismo que seria fomentado no território. De acordo com Alves et al (2010), os principais problemas enfrentados pela gestão das UCs estaduais são: falta de regularização fundiária, carência de recursos humanos, materiais e financeiros, falta de capacitação das equipes gestoras, ausência ou desatualização de planos de manejo, UCs criadas sem a participação da comunidade, ausência ou precariedade de infraestrutura, conflitos com as comunidades, incêndios florestais, dentre outros. Assim, tal contexto de exclusão da comunidade poderia se conformar como mais um desafio futuro dos gestores de tais territórios. Portanto, dentre as soluções debatidas foi pontuada a demanda de compreender as necessidades dos moradores e suas potencialidades, incentivando o protagonismo para que os mesmos possam deliberar quem serão seus aliados durante esse processo e qual turismo almejam promover.

O terceiro módulo teve como tema “Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em AP”, e foi dividido em duas partes.

No primeiro encontro online houve uma aula expositiva acerca do Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil (MROSC), suas modelagens de parcerias para o turismo nas AP e esclarecimento de dúvidas. Para os participantes, para alcançar um ideal favorável, é importante compreender a natureza enquanto direito público, e um passo para isso é o fortalecimento do Conselho por meio de grupos de estudos que permitiriam um conhecimento aprofundado acerca das parcerias e UP, visibilizando possibilidades para atrair recursos financeiros ao território. Neste contexto, é necessário compreender como as modelagens de parcerias seriam implementadas. No caso das concessões, o discurso de geração de emprego e



renda dificilmente se cumpre, podendo gerar ônus para a gestão da UC, tanto pela pressão da comunidade como pela função de fiscalizar o serviço prestado. Os participantes entenderam que talvez, efetivamente, o MROSC seja o modelo mais próximo do almejado, exatamente por envolver todos os atores locais. Para corroborar, segundo Botelho e Rodrigues (2016), a comunidade como protagonista do UP proporciona vários benefícios, viáveis diante de alguns modelos de parcerias, onde a participação é diversa: individual (autorização); consórcio com outras iniciativas de base comunitária; parceria com empresas, entre outras. Neste sentido, para os participantes, o incentivo, por parte da gestão, para que as comunidades se organizem como associações ou cooperativas, e conseqüentemente possam se conformar como Organização da Sociedade Civil (OSC) se faz necessário.

Na segunda parte no terceiro módulo, sob o tema “Parcerias e concessões no desenvolvimento do turismo em AP”, um dos principais desafios apontados foi o sucateamento, no que se refere às UCs, que para Kuczach (2014), evidencia a falta absoluta de planejamento e investimento de longo prazo. Para os participantes, o sucateamento é entendido como um projeto que potencializa a privatização do território, visibilizado inclusive pelo programa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), “Adote um Parque”. Foi constatado pelos participantes que, além da concessão ser uma forma de monopolização dos serviços relacionados ao UP, devido ao grande período temporal, potencializa a própria concessão ambiental, diante da prerrogativa do lucro como prioridade e marginalização da preservação da fauna e flora. Houve consenso entre os participantes quanto ao papel dos conselhos e a gestão da UC para fiscalizar e questionar a implementação de parcerias impostas verticalmente, uma vez que é necessário descolonizar a forma de pensar o mundo que deveria pautar pela relação harmônica do ser humano com a natureza, desmitificando a mesma enquanto recurso natural.

O quarto módulo, sob o tema “Reflexões acerca das concessões e parcerias dos serviços turísticos no Brasil nas AP”, também foi dividido em duas partes, e iniciou ressaltando a necessidade de incluir as comunidades locais nas atividades previstas no âmbito da UC, considerando o disposto no Art. 57 da Lei que institui o Sistema



Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas” (BRASIL, Lei nº 9985, 2000, art. 57).

Porém, ainda que o SNUC enfatize a necessidade de atuação articulada com as comunidades, há o incentivo que vultuosos empreendimentos privados atuem no interior das UCs, evidenciando a dificuldade de estabelecer parcerias formais com os moradores locais. Ademais, para os participantes, ainda que tais parcerias sejam informais, é importante que a gestão se esforce para que elas aconteçam, no intuito de fortalecer laços entre as partes, unindo esforços para mitigar projetos que, para além de não beneficiarem as comunidades locais, deveriam garantir a democratização do lazer para todos. Assim, mesmo que o processo de organização da comunidade para firmar a parceria no MROSC seja burocrático, é um bom caminho a seguir, com a comunidade no epicentro, certificando que a AP e a cultura não são mercadorias, e que a renda econômica arrecada pelo UP seja das comunidades do território. Neste sentido, alguns participantes identificaram algumas iniciativas de parcerias que acontecem no âmbito das UCs na qual representavam, a saber: amigos do parque; autorização de venda de artesanatos; oferta de cursos no âmbito do parque; termo de conduta entre moradores e gestão; entre outros.

O segundo e o terceiro encontros foram, essencialmente, de conteúdo expositivo. Neste sentido, foi consenso entre os participantes que a realização de algumas parcerias pode ser percebida como simples, a exemplo de um evento junto à comunidade, mas tem impacto importante frente à aproximação da comunidade com a gestão, despertando nos moradores seu potencial, e evidenciando o protagonismo de uma gestão público-comunitário, diante da prática do gestor-morador. Para Brumatti e Rozendo (2021), a comunidade pode buscar investimento em programas de empoderamento social que têm bastante aderência às diversas realidades do entorno de AP, no qual para os autores, se configuram iniciativas relacionadas à qualificação de serviços, produtores e produtos locais e regionais (artesanato, gastronomia, condutores ambientais), o conhecimento e aproveitamento dos saberes e tecnologias



locais de manejo dos recursos referentes aos serviços ambientais, a formação de redes de cooperação e aprendizagem, de capacitação individual e coletiva. Neste contexto, para os participantes, ampliar a gestão compartilhada junto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), também são potentes para fortalecer atores locais, como principais beneficiados nas parcerias.

Por fim, o quinto módulo foi pensado para ser dialógico, de modo que os participantes compartilhassem suas experiências. Um dos relatos referia-se à modelagem de autorização para pessoas físicas e jurídicas, para locação de bicicletas no interior do parque, por um período de dois anos, podendo ser prorrogado. O limite de 200 bicicletas para locação, divididas em 10 prestadores de serviços (cada um ofertando 20) foi percebida como uma estratégia que agrega maior quantitativo de parceiros e impede a monopolização do serviço. Em contrapartida, esses parceiros têm como obrigação realizar mutirões para a manutenção das trilhas frequentadas pelos ciclistas, bem como a instalação dos bicicletários e sinalização dos percursos. Outro relato tratava da autorização para prestação de serviços de locação de canoa, que deveriam potencializar inclusive a educação ambiental para estudantes das escolas locais. Pode-se afirmar que uma parceria como esta, articulada entre três atores (prestador de serviço, gestão do parque e Secretaria Municipal de Educação) destaca-se como uma ação diferenciada e coerente com a função social da UC.

Outro relato de experiência compartilhado, com vistas a uma aproximação efetiva entre gestão e comunidades, foi referente à formatação de uma rota de cachoeiras que integram diversas comunidades no entorno da UC. Tal iniciativa prevê o incentivo ao empreendedorismo dos moradores, em suas próprias residências, por meio da oferta de serviços de TBC, diante da previsão de aumento do fluxo de visitantes na região. Tal iniciativa pode mitigar diversos impactos negativos do turismo desordenado, dentre os quais foram destacados: a falta de regularização fundiária, a presença de moradores no interior do parque, e especulação imobiliária. Assim, o relato mencionou acerca das parcerias com escolas como de fundamental importância, sensibilizando aspectos da relevância da AP para a região, por meio de contação de história e música, importância das abelhas nativas, dentre outras ações



educativas. Este módulo foi bastante propositivo, considerando experiências ora institucionalizadas, ora não, entre comunidades locais e gestores, que fortalecem vínculos de forma orgânica, consolidando a senso de pertencimento em todos os envolvidos. Para finalizar a iniciativa extensionista, já em 16 de dezembro, foi realizado um amigo coletivo poético, ação de acolhimento, assim como a entrega dos certificados, avaliação do projeto e agradecimentos pela partilha de aprendizagens que totalizaram uma ação de 80 horas com muito êxito, mesmo num cenário de tanto esgotamento de distanciamento social e atividades virtuais diante do contexto da pandemia da Covid-19.

## 5 Considerações finais

As parcerias em AP é um tema incipiente, sendo que o conhecimento sobre o assunto está em construção. Neste sentido, iniciativas extensionistas com o objetivo de construir e difundir este conhecimento são de suma importância para que os atores locais tenham conhecimento suficiente para opinarem, participarem e exporem suas opiniões, desejos e demandas de forma assertiva.

Entendemos que o modelo de concessões pode se adequar à realidade de algumas UCs do Brasil, mas que a grande maioria delas possui especificidades que favorecem outras modelagens de parcerias mais inclusivas, e conseqüentemente mais benéficas para as comunidades locais. Tais especificidades referem-se ao quantitativo de visitantes, à presença das comunidades locais, às possibilidades de oferta de serviços de TBC pelos moradores desses territórios, dentre outras.

Desta forma, a realização dessa ação extensionista, voltada para gestores e funcionários de APs em MG, contribuiu para popularizar o conhecimento sobre outros modelos de parcerias para o UP em AP, para além da estratégia adotada pelo Estado, centrada nas concessões. Entendemos que as parcerias por meio da Autorização, Permissão, Co-Gestão ou Termo de Parceria; Termo de Colaboração; Termo de Fomento; e Acordo de Cooperação têm maior aderência à realidade da maior parte das APs de MG, já que potencializam o engajamento e o protagonismo das comunidades





locais, contribuem para a imagem da UC, favorecem a articulação entre a gestão da AP e comunidades do território, entre outros, contribuindo no alcance da função social para a qual foram criadas estas AP.

Concluimos que os objetivos dessa ação extensionista foram alcançados e a metodologia utilizada, baseada na ABP, amparada pelas referências adotadas, superou as expectativas de todos os envolvidos, contextualizando aspectos teóricos, práticos e contemporâneos sobre o assunto. Por fim, entendemos que o curso foi importante para fomentar o debate sobre o tema, sensibilizar os participantes para se envolverem nos processos de parcerias, instigando um olhar crítico, reflexivo e sensível. A partir das discussões e debates realizados nos encontros síncronos e nas atividades assíncronas foi possível perceber as deficiências e problemas enfrentados pelas APs e o desconhecimento da maioria dos participantes sobre tais modelagens de parcerias. Igualmente, foram avistadas parcerias potenciais que seriam benéficas para a UC e para as comunidades do território. Esperamos que estes participantes tenham a possibilidade de replicar esse conhecimento para outros atores locais, bem como fomentar a criação de Organizações da Sociedade Civil, para o efetivo fomento destas outras modalidades de parcerias.

Por fim, dado o sucesso desta iniciativa e a importância de ampliar o debate, foi proposta uma segunda edição da mesma, já aprovada no edital PROEXC 05/2022 – Cursos On-line. Desta vez, a iniciativa tem como público-alvo os membros de conselhos gestores de APs do estado de MG, posto que é essencial que os conselhos possam atuar como locus de discussão, reflexão crítica e proposição de outras modalidades de parcerias para o UP em AP, efetivamente mais inclusivas e benéficas para as comunidades, considerando suas particularidades, tão locais como únicas.

## Referências

ALVES, R.G.; REZENDE, J.L.P.; BORGES, L.A.C; FONTES, M.A.L.; ALVES, L.W.R. Análise da Gestão das Unidades de Conservação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais. In. **Espaço & Geografia**, Vol.13, No 1. Brasília, 2010 (1-35).



BORGES, M.C; CHACHÁ, S.G.F; QUINTANA, S.M.; FREITAS, L.C.C; RODRIGUES, M.L.V. Aprendizado baseado em problemas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v.47, n. 3, 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 3ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 2014.

BRASIL. Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília, 2016.

BRASIL, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria ICMBio nº 289, de 03 de maio de 2021. Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais. Brasília, 2021.

BRASIL, FORPROEXC. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/ AM, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). 2021. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>>. Acesso em 15/03/2022.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2. 2016.



BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 15(3), e-2119, set./dez. 2021.

FELICIANO DE LIMA, L.; RAMOS DE AZEVEDO, M. A.; DOS SANTOS AMORIM, M. V. Extensão Universitária na UEG: Interação Dialógica na formação de professores. **Revista UFG**. Goiânia, v. 15, n. 17, 2017.

FLORES, L.F.; MELLO, D.T. O Impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. **Revista Conexão UEPG**, vol. 16, núm. 1, pp. 01-13, 2020.

Kuczach, A. Grupo **Promete Ações Judiciais para Salvar Nossos Parques da Extinção**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida à Revista Época – Blog do Planeta em 21 de março de 2014. Disponível em <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/03/para-bsalvar-nossos-parquesb-da-extincao.html>>.

MARAGLIANO, M.G.; IMPEMBA, M.H.; MARTINS FONSECA, V. Turismo no contexto da covid-19: crise de um modelo ou nova normalidade? In: Magnani, M. C. A. O.; Ferreira, M. L.; Heleno, C. T.; Varajão, G. F. D. C.; Scalco, R. F.; Martins Fonseca, V. (ORGS). (2021). **Turismo consciência: diálogos em tempos de pandemia**. 1. Ed. Diamantina/MG: UFVJM, 2021. V. 1. 201p.

MARTINS FONSECA, V. BUSTOS CARA, R.N. Os Parques Nacionais da Argentina e do Brasil: Aspectos Contemporâneos do Uso Público. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 9, nº 14, 2021.

MINAS GERAIS. INSTITUTO ESTADUAL DAS FLORESTAS (IEF). **PARC - Programa de Concessão de Parques Estaduais**. Última atualização (Sex, 09 de abril de 2021 15:43). 2021(a).

MINAS GERAIS. INSTITUTO ESTADUAL DAS FLORESTAS (IEF). **Contrato de estruturação de projeto n 20.2.0483.1**: celebrado entre IEF e BNDES, 2021(b).

OLIVEIRA-JUNIOR, F. A Metodologia Ativa no Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia, Neurociências e Educação. R. **Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira**, v. 09, n 23, set/ dez 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>. Acesso em 15/03/2022.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM AREAS PROTEGIDAS (OPAP). **Projeto de Pesquisa e Extensão do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas - OPAP**, 2020. (Mimeo)



SANTANA, M. J. A. **UFBA em Campo. 1996 -1998**: uma experiência de articulação ensino, pesquisa e sociedade. Salvador: UFBA, 1998.

SILVA, E.F. Relação pedagógica no grupo tutorial: desafios e possibilidades das metodologias participativas (ativas). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 50, out./dez. 2016.

SOBRAL, F.R.; CAMPOS, C.J.G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Rev Esc Enferm, USP**. 2012; 46(1).

SANTOS, B.S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. - São Paulo. Cortez. Santana 2010.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.55-75.



## Extensão universitária (CAp-UERJ) como potência política: ciclo de *lives* formativas

*University extension (CAp-UERJ) as a political power: formative lives cycle*

Camila Costa Gigante<sup>1</sup>

Ana Lúcia de Souza<sup>1</sup>

Letícia Santiago Frazão Souza<sup>2</sup>

### Resumo

A produção universitária tem grande contribuição em políticas educacionais, reconhecendo as três dimensões que a constitui: ensino, pesquisa e extensão. O projeto de extensão “Dialogia: proposta de interação sobre ideias-força da docência” vincula-se ao CAp-UERJ e se produz por meio de pesquisa sobre os processos formativos da comunidade escolar envolvida no fazer educacional. O objetivo deste artigo é apresentar o projeto realizando sua divulgação científica e metodológica que se desenvolve por meio de dinâmicas que fomentam propostas de atividades que envolvem a prática educacional. Compreendemos isso como um fazer político no campo da educação, visto que educação e sociedade não são compreendidas como desarticuladas. Como resultados deste primeiro ano de projeto apontamos os diálogos oportunizados durante nossas práticas, considerando o compartilhamento de ações transformadoras na práxis docente, tornando a prática pedagógica mais política e a política mais pedagógica, buscando a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Extensão universitária. Práticas docentes.

### Abstract

University production has a great contribution to educational policies, recognizing the three dimensions that constitute it: teaching, research and extension. The extension project "Dialogia: proposal for interaction on ideas-strength of teaching" is linked to the CAp-UERJ and is produced through research on the formative processes of the school community involved in educational practice. The objective of this article is to present the project carrying out its scientific and methodological dissemination, which is developed through dynamics that foster proposals for activities that involve educational practice. We understand this as a political action in the field of education, since education and society are not understood as disjointed. As a result of this first year of the project, we point out the dialogues provided during our practices,

<sup>1</sup> Docentes do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - camilagiga@hotmail.com; analucia.eja@gmail.com

<sup>2</sup> Discente de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - letsantiago.31@gmail.com



considering the sharing of transforming actions in the teaching praxis, making pedagogical practice more political and politics more pedagogical, seeking the construction a more just and democratic society.

**Keywords:** Continuing education. University extension. Teaching practices.

## 1 Introdução

O projeto de Extensão “Dialogia: proposta de interação sobre ideias-força da docência” nasce do desejo de 4 professoras do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) em trabalhar com a formação continuada de professores, de forma a socializar as experiências e práticas desenvolvidas nessa instituição em um projeto de extensão universitária com a comunidade externa por meio de diferentes atividades ofertadas pelo corpo docente participante do projeto. Acreditamos na extensão universitária como uma potente forma de alcance aos mais diversificados públicos de estudantes e docentes do campo da Educação.

Bernadete Gatti (1992) sinaliza a vocação formativa das universidades e nos explica que não há um comprometimento com o rigor desejado na formação inicial e tampouco na formação continuada de professores, ainda que percebamos algumas iniciativas. A seu ver, essas propostas seriam pontuais e descontínuas. A autora compreende que as universidades devem estar comprometidas com sua responsabilidade social e se abrirem às competências dos professores como formadores. (GATTI, 1992, p. 72)

Ela também propõe uma reflexão sobre a formação oferecida pelas universidades no sentido de percebermos que a principal questão envolvida no processo da educação brasileira não é exatamente a hegemonia que as universidades têm mantido nesta área, mas sim a dificuldade de trazer os profissionais que atuam na prática educacional para pensarem juntos, dialogarem e produzirem novos conhecimentos e experiências para o campo. A autora aponta para a necessidade de a universidade pensar em outros modelos de formação como uma estratégia importante



para auxiliar no desenvolvimento de novas ideias de pensar a prática educacional sobretudo na capacitação de formadores. Caso contrário, insistiremos em modelos de formações com falas rebuscadas e distantes da realidade docente.

Glat e Pletsch (2010) dizem que a Universidade tem uma grande contribuição em políticas de inclusão educacional, reconhecendo as três dimensões que a constitui: ensino, pesquisa e extensão. De acordo com as autoras:

É na dimensão da extensão que se faz a tão necessária *relação teoria-prática*, que se manifesta em diversas formas: cursos, capacitações, seminários, consultorias, projetos aplicados e outros projetos desenvolvidos pela universidade em diferentes comunidades. (GLAT; PLETSCH, 2010, p. 352)

A formação continuada de professores é um espaço potente de trocas e construção de saberes sobre a prática docente. Não há uma valorização unilateral entre o momento do estudo e o da prática docente por meio da produção de atividades porque consideramos que essas ações não podem ser compreendidas de maneira estanque, elas são interdependentes e ocorrem por meio de um investimento radical (LACLAU, 2011), ou seja, sem garantias e sem uma execução previamente estipulada sobre como realizar, em qual momento ou contexto.

Entretanto, a universidade pode e deve estar à frente dessa dinâmica por meio da proposta de diferentes ações que potencializem a produção de conhecimentos, provocando discussões, encaminhando subsídios para um diálogo consistente capaz de provocar transformações e novos sentidos para os fazeres escolares. Dialogar sobre essas práticas é urgente e necessário.

Em Guedes (2018, p. 219), concebemos a possibilidade da “pesquisa-formação como metodologia central de investigação” prevendo a dialogia com pesquisadores que também são professores e mantêm a curiosidade, vontade de aprender, de produzir novos sentidos para o fazer docente a partir de suas práticas e prosseguirem contagiando seus estudantes no sentido de auxiliar na construção e no compartilhamento de significações que envolvem o contexto educacional.



Compreendemos que é possível pesquisar a partir de nossa própria prática com a finalidade de reorientá-la ou retroalimentá-la, como diz a autora, tornando-a o “ponto de partida e de mergulho exploratório”, mantendo o registro de todas as experiências para serem observadas criticamente (GUEDES, p. 219).

Porém, pensamos também ser importante considerar que a cada movimento de reinserção de uma prática para produção de sentidos produzimos um movimento outro que acarreta novas significações e ações. Dessa forma, compreendendo a ação como potente para o pensar e fazer educativo, ao reorientar e retroalimentar nossa prática, estamos fazendo um movimento de orientação e alimentação, fazendo menção a uma ideia de prática como novas possibilidades de pensamentos e fazeres no contexto em questão, sempre no presente, sempre com uma ideia de movimentação, sem interrupções ou pausas pré-determinadas.

Nóvoa (2019) defende formações voltadas para o exercício da profissão e afirma que a ligação entre formação e profissão é fundamental na elaboração de programas de formação para professores e para a renovação da profissão docente.

O autor trabalha com a perspectiva da indução, ou seja, do apoio do professor a outro professor para a troca constante de experiências e diz: “Não é possível aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores” (NÓVOA, 2019, p. 6).

Corroborando com a fala dos estudiosos citados, nos apresentamos como professores da UERJ que atuam com educação básica e pretendemos falar de nossas experiências e produções com base no que é pensado e vivenciado no contexto educacional do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira.

Desejamos encaminhar a formação continuada promovida por professoras da UERJ com a perspectiva de construirmos novos saberes tanto para nossas pesquisas quanto para a produção dos professores cursistas nas escolas. Dessa forma, pretendemos contribuir com novos contextos de produção de sentidos para a prática docente por meio da partilha de experiências e possibilidades de pensar a ação educativa de formação de estudantes, compreendendo que a formação dos docentes





também se configura em um movimento que se pretende ininterrupto e com múltiplas maneiras de produção de conhecimentos.

Deste modo, a forma de desenvolvimento deste projeto de extensão é promover encontros formativos dialógicos com profissionais da educação dos anos iniciais e da educação infantil, assim como com os estudantes dos cursos de licenciatura, sobre temas referentes à prática docente que classificamos como “ideias-força da docência” com intuito de ouvir seus enunciados, refletir sobre os textos encaminhados e inclusive buscar propor novas ações que contribuam ao fazer docente, por meio de diálogos sobre os diferentes contextos possíveis de se pensar a educação.

Com base em Giroux (1988), é muito importante entendermos todo esse movimento considerando as dimensões reflexiva e ativa que envolvem o trabalho docente e o fazer curricular. A questão passa a não ser uma espera por mudanças, mas sim trabalhar e fazer uma busca por elas com foco em uma possibilidade de emancipação, pensando em uma relação entre o fazer pedagógico mais político e o fazer político mais pedagógico. Assim, entendemos, neste estudo, nossas atividades pedagógicas como políticas, como possibilidade de luta contra uma imposição social de economia e sentidos hegemônicos que excluem classes sociais. Objetivamos assim tornar a política mais pedagógica por considerar o desenvolvimento da pedagogia como uma ação que favorece a emancipação, através de uma escuta ativa e formação de estudantes e docentes focada na aprendizagem e experiências desenvolvidas no contexto escolar, porém que são ampliadas socialmente. Parágrafo muito longo.

Como ideias-força da docência, em Candau (2016) nós as compreendemos como princípios que fortalecem uma ação, considerando a energia transformadora e a interação entre pessoas. Essa energia nos permite pensar em uma perspectiva de movimento, de potência formativa, de produção ininterrupta de sentidos que permeiam o processo educacional.

Caminhando na mesma perspectiva Abraham Magendzo nos explica que ideias-força são ideias e pensamentos que se convergem, contudo não supõem semelhanças, pois são complexos. Ele diz que estão enraizados no tempo histórico,



“entendido como criação, como produção de diferentes e diversidades, como transformação, como devir, enfim, como processo” (MAGENDZO, 2009, p. 5).

As autoras Suliveres & Morán (2009) mencionam ideia-força como:

[...] formas de consciência que nos libertam, movem e motivam para a ação. São princípios fundamentais que não só incorporam uma força social externa, mas constituem em si mesmos, pela sua intensidade, pela sua natureza ética e pelo seu potencial de ação, uma enorme energia dinâmica e transformadora. [...] As ideias-força tendem a lançar as bases para ordenar as tensões em nosso imaginário social e harmonizar a ideologia de vários movimentos na esfera social e política (SULIVERES; MORÁN, 2009, p. 278).

Em teorias curriculares que focalizam práticas e cotidianos de espaços educativos, muitas vezes é possível observar uma tendência ao trabalho com uma realidade que se pretende concreta e que deve ser compreendida e acessada, e que isso será possível por meio de uma pesquisa a ser realizada tendo o professor como pesquisador deste processo.

Por meio de ações como descrição, captação e narração, entre outras, há uma constante busca pela compreensão de uma verdade que se pretende absoluta e calculável, a ser acessada por dados científicos e referenciais teóricos previamente estipulados que dialoguem com a pesquisa a ser desenvolvida.

Reforçamos que nossa compreensão de pesquisa e prática se opõe a essa perspectiva ao considerar que os diferentes atores envolvidos no processo educativo são compreendidos, em nossas ações extensionistas, como participantes, praticantes e atuantes neste processo, produzindo e/ou tecendo a ele sentidos de maneira ininterrupta, sendo permeado pelo contexto social em que está inserido.

Assim, trazendo para o campo da educação e da formação continuada, podemos entender que as ideias-força da docência são aquelas que potencializam as ações dos professores, que lhes inspiram e lhes impulsionam ao desenvolvimento de um trabalho a partir da reflexão cotidiana de sua prática, compreendendo-a como uma produção ininterrupta de sentidos (LOPES; MACEDO, 2011).



Produção essa que auxilia no desenvolvimento de questões e ideias para a formação política desses profissionais compreendendo que contexto educacional e comunidade não são desarticulados e um influencia diretamente no outro, visto que uma das principais funções da escola é formar o indivíduo para a sociedade.

## 2 Desenvolvimento do projeto

As atividades do Projeto de Extensão “*Dialogia: proposta de interação sobre ideias-força da docência*” iniciaram em abril de 2021, dispendo no primeiro momento do trabalho de 4 professoras da UERJ que atuam lotadas no Cap-UERJ. Nesse respectivo ano estávamos ainda acometidos pelo contexto da pandemia que nos obrigou a ressignificar o fazer pedagógico devido a necessidade de estarmos em isolamento social. O projeto foi desenvolvido remotamente através de uma plataforma digital com encontros virtuais.

Realizamos ao longo de um ano, oito encontros através de *live*, isto é, uma transmissão online em tempo real sobre determinado tema. Tais encontros foram realizados utilizando a plataforma de videoconferência Zoom e ocorreram entre abril e dezembro de 2021.

Em cada um desses encontros tivemos um palestrante específico, especialista ou pesquisador, ministrando uma das temáticas e um grupo de participantes em interação. Divulgamos nossas *lives* nas redes sociais de todos os integrantes da equipe e na página de eventos da UERJ e, posteriormente, criamos uma página nas redes sociais para o projeto, Instagram e Facebook, de forma a ampliarmos a divulgação das *lives* e a visibilidade de nosso projeto de extensão.

Também foi criada uma conta no Youtube, onde ancoramos cada uma das *lives* realizadas para que fosse possível serem acessadas posteriormente, ampliando sua visualização para além do momento remoto.

Em abril realizamos duas *lives*: a primeira intitulada “*A concepção de infância*” foi ministrada pela Prof<sup>a</sup> Flávia Motta – Professora Adjunta da UFRRJ; - e a segunda, intitulada “*A transição da educação infantil para o ensino fundamental*”, foi ministrada pela



Prof<sup>a</sup> Dra. Georgete de Moura Barboza – Pós graduada em Educação pela UFRRJ e Orientadora Pedagógica dos Municípios de São João de Meriti e Mesquita.

Em maio realizamos mais duas *lives*: “*Concepções de alfabetização na perspectiva do letramento*”, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Maíra Freitas – Doutoranda do ProPed/UERJ e Professora Assistente do CAP-UERJ; e “*A aprendizagem de/em matemática para todos: é possível?*”, ministrada por Profa. Ma. Elisângela Bernardes do Nascimento – Mestre em Educação – e Prof. Dr. André Luiz Regis de Oliveira – Doutor em Educação. Ambos são professores do Colégio de Aplicação da UFRJ.

No mês de junho realizamos a quinta *live*: “*Educação antirracista*”, ministrada pelo Prof. Luiz Paulo Borges – Professor Adjunto do Cap-UERJ. Em julho aconteceram mais duas *lives*: – “*Por uma educação inclusiva*”, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Patrícia Braun – Professora Adjunta do Cap-UERJ e “*Currículo negociado como potência da ação docente para os anos iniciais*”, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Bonnie Axer – Professora Adjunta do Cap-UERJ.

Em novembro realizamos a oitava *live*: “*O relato audiovisual (auto) biográfico na formação docente*”, ministrada pelo Prof. Diego Leandro Marin Ossa, convidado da Universidade Tecnológica de Pereira/Colômbia.

Acreditamos que o grande diferencial de nossas *lives* foi justamente o momento dialógico por meio da partilha e troca de conhecimentos entre palestrantes e ouvintes.

Na própria plataforma Zoom formamos grupos menores de participantes que eram deslocados para outras salas por meio de um recurso disponibilizado pelo próprio aplicativo. Nessas salas tecíamos um diálogo a partir de uma questão encaminhada pelo palestrante do dia, elencada e exposta por ele. Em seguida, retornávamos para a grande sala juntando todos os participantes para ouvir os resultados, colocações e interpelações desses diálogos e possibilitar uma conclusão parcial do tema escolhido.

Esse movimento de escuta e de diálogo levou em consideração o contexto sócio-histórico vivenciado pelos participantes de forma que fosse possível discutir



sobre escola, educação e comunidade de maneira articulada, pensando na produção política e social que envolve o fazer educativo.

Cada uma dessas *lives* requereu da equipe uma dinâmica de organização, quanto à divulgação, o convite aos palestrantes, a busca de material teórico sobre cada tema trabalhado de forma a contribuir mais proveitosamente com as discussões realizadas pelos palestrantes, a administração das redes sociais tanto no momento das *lives* como anteriormente e posteriormente, o recebimento e confirmação de inscrições, o monitoramento da plataforma digital, dentre outras funções elaboradas e executadas pela equipe.

Por isso, as reuniões de planejamento e avaliação do percurso foram importantes e essenciais durante o processo. Além disso, contamos com a generosa colaboração de colegas de trabalho que entenderam a dinâmica das *lives* e ajudaram na divisão e administração dos grupos para os diálogos.

Além da participação das *lives* cada cursista recebeu por e-mail um texto teórico para aprofundamento do tema abordado em cada um dos encontros, de forma a desenvolver mais a discussão e possibilitar novas produções de sentidos para o diálogo, o que consideramos importante para a formação e uma nova possibilidade de ampliação dos possíveis diálogos que poderiam ser desenvolvidos.

Ao pensarmos em termos avaliativos deste momento de formação continuada por meio desse ciclo de *lives*, tivemos encontros remotos entre os integrantes da equipe com intuito de discutir pontos positivos e negativos sobre as atividades. Todos os integrantes compreenderam que esses momentos nos trouxeram um retorno positivo no quesito de contribuir para a formação de professores e desenvolvimento de diálogos sobre diferentes temas educacionais. Tivemos a participação de um total de 105 pessoas conforme explicaremos mais adiante, no tópico 3.

O projeto de extensão ganhou novo vigor no mês de dezembro, quando fomos contemplados com uma bolsista que tanto ansiávamos. Sua atuação foi fundamental durante a última *live* que realizamos, intitulada “*O relato (auto)biográfico na formação docente*”, por meio da divulgação nas redes sociais, e-mails e outros meios de comunicação.



A bolsista também prosseguiu com algumas ações de organização estrutural importantes para o projeto, como: divulgar os cursos ofertados por meio do Instagram (mídia social) do projeto, verificar e acompanhar as atualizações do e-mail e Youtube conferindo inclusive novos espaços de diálogo da equipe do projeto com o público que de alguma forma tem contato conosco. Assim como focou também na elaboração de conteúdo para as redes sociais do projeto de forma a contribuir para a formação continuada dos seguidores por meio de informações, dicas culturais e eventos.

Há uma proposta de interação com os seguidores para mapearmos as sugestões e insatisfações acadêmicas e profissionais vivenciadas por eles para que possamos entender as particularidades das suas experiências e posteriormente auxiliar no desenvolvimento de um mecanismo de interseção que contribua para sua formação, como por exemplo, uma nova temática para o ciclo de *lives* que provavelmente não seria pensada caso não tivéssemos o contato e o retorno dos seguidores. Isso se torna possível devido a um contato mais direto com a equipe do projeto disponibilizado a partir da utilização das mídias sociais.

Essas decisões são compartilhadas e definidas em reuniões periódicas e através de mensagens virtuais com os participantes do projeto que se disponibilizam a manter um contato direto e frequente para que possíveis questões possam ser consideradas e o projeto ganhe um andamento mais fluido de pensamento e desenvolvimento de propostas.

Além disso, ainda no ano de 2021, recebemos com muita alegria a adesão de mais cinco professores para integrar a equipe durante a fase de cadastramento do projeto. Todos são professores do Cap-UERJ que já vinham colaborando com o projeto durante as *lives* e se mostraram interessados em participar do movimento de produção de sentidos para o fazer educativo do projeto proporcionando mais criatividade e diálogos e potencializando as atividades a serem desenvolvidas posteriormente.

Outro ganho significativo para o nosso projeto de extensão foi a recém parceria firmada com a Universidade Tecnológica de Pereira, localizada na Colômbia, fruto do último evento que realizamos em 2021 e do intermédio de uma das participantes do



projeto que se propôs a permear um elo entre o corpo docente da Universidade e o projeto de extensão compreendendo que ambos seriam beneficiados com essa parceria.

São ações que só nos incentivam a reconhecer que estamos trilhando um caminho produtivo com essa extensão.

O ano de 2022 nos trouxe novas perspectivas de trabalho, pois tivemos uma excelente avaliação do Departamento de extensão da UERJ, responsável pela avaliação dos projetos vinculados à Universidade e alguns convites surgiram. Em janeiro, com ajuda da bolsista, produzimos em nosso Instagram a retrospectiva de 2021 em que divulgamos as atividades que foram desenvolvidas em nossos cursos, bem como a disponibilidade de participações especiais e contribuições dos cursistas. Por meio de um questionário avaliativo que realizamos após as *lives*, foi possível saber a opinião dos cursistas em relação às atividades desenvolvidas.

Em fevereiro fomos convidados a elaborar novos encontros de formação continuada, dessa vez focando os professores do Projeto Avança, da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita/RJ. O projeto Avança tem como finalidade acompanhar o “*atraso escolar*” do estudante e auxiliá-lo no processo de ensino e aprendizagem para que posteriormente ele se integre novamente a sua turma de origem. Nosso papel como mediadores dos encontros foi levantar reflexões, questionamentos e propor sugestões a partir de temáticas que são recorrentes em sala de aula. Abordamos as seguintes temáticas: “*Para que todos possam aprender*” e “*Alfabetização Matemática*”. Com isso, compreendemos que, por meio da exposição do nosso trabalho no Instituto de Aplicação e de uma escuta ativa do trabalho desenvolvido no projeto Avança pudemos produzir novas reflexões acerca dos processos educativos envolvidos nas temáticas de desenvolvimento dos alunos e distorção série/idade.

Em março ocorreu publicações na página do Instagram com a temática “*Mulheres que contribuíram para a construção da sociedade*” com o objetivo de expandir e compartilhar a experiência, conhecimentos e os impactos das ações das mulheres na sociedade. Mulheres potentes e inspiradoras, de diversos continentes, que atuam/atuaram na área da educação, política, social, cultural e científica foram



evidenciadas. Dessa maneira pontuamos assuntos pertinentes, atuais e emergentes para serem refletidos e questionados, compreendendo que a temática do feminismo se faz presente como importante no cenário educacional mundial, bem como seus desdobramentos para o Brasil.

Para esse ano, a proposta é prosseguir na parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Mesquita/RJ na oferta de curso de formação continuada para professores alfabetizadores que contemplam os anos escolares do primeiro segmento do ensino fundamental.

É importante pontuarmos que todas essas práticas desenvolvidas nos levaram a concordar com Laclau (2011): o sujeito não existe antes da ação política, mas é constituído por essa ação. Assim, a ideia de formação de professores e estudantes ocorre no processo do fazer educativo, inclusive com o investimento de cursos de formação e participação docente neste curso extensionista. Assim, a emancipação buscada por meio de um projeto emancipatório de educação não existe fora da ação política. São produzidos inerentes a nossa prática por meio de diálogos e desenvolvimento de ações desenvolvidas no fazer pedagógico contribuindo socialmente para a construção de uma sociedade considerada mais justa e igualitária.

### 3 Alguns resultados iniciais

Os resultados desse primeiro ano de atuação do Projeto de Extensão "*Dialogia: proposta de interação sobre ideias-força da docência*" chegaram por meio de um formulário de avaliação preenchido pelos participantes, professores palestrantes e integrantes da equipe conforme mencionado anteriormente. De acordo com as percepções que temos a partir das falas dos cursistas e de suas mensagens escritas acreditamos que temos contribuído para um diálogo considerado consistente sobre práticas educativas, fazeres pedagógicos e troca de experiências interessantes para a sala de aula com crianças pequenas. De igual forma, essa experiência também auxilia grandemente em novas maneiras de pensarmos o fazer educativo dentro do Instituto de Aplicação.





Em linhas gerais, as respostas aos questionários apontam para experiências consideradas produtivas com as *lives*, compreendendo os temas abordados como essenciais para a docência e apresentando que foram dialogados de forma agradável e proveitosa para contribuir com a ampliação de ideias sobre o pensar educacional.

A título de ilustração trazemos algumas falas, sem identificar os/as participantes, para que possamos expressar um pouco sobre nossa impressão do que foi apresentado anteriormente:

- a) *O formato que foi escolhido para apresentação do Projeto de extensão Dialogia foi uma escolha muito feliz, permitindo que após cada exposição os participantes pudessem compartilhar suas experiências e se manifestar sobre cada tema com reflexões que pudessem contribuir para a continuidade de trabalhos de pesquisa.*
- b) *Participar do Dialogia foi muito importante, por ser um espaço onde pude ouvir professores pesquisadores trazendo suas contribuições para o pensar e o repensar da nossa prática.*
- c) *Participar do Dialogia foi uma experiência enriquecedora. As trocas, debates, tudo isso ancorado em um projeto acolhedor. Os palestrantes foram abordando os temas de forma prazerosa, indicando domínio sobre aquilo que falavam.*
- d) *Eu participei de todos os encontros e amei! Gostei muito dos convidados escolhidos e da dinâmica adotada, pois favoreceu a fala de todos os presentes em pequenos grupos. Nesse momento foi possível tecer inúmeras trocas a partir do que havia sido apresentado. Já sou professora há alguns anos e acredito que esses espaços de troca, com nossos pares, fazem total diferença em nossas trajetórias docentes.*
- e) *Achei muito interessante participar desses encontros onde não apenas ouvimos, mas que realmente dialogamos acerca dos assuntos tratados. Achei maravilhoso!*
- f) *Participei de duas formações e fiquei encantada com a organização. Não participei das demais, devido ao horário de início às 17h. Mas os temas foram muito interessantes e a dinâmica também. Gostei muito da experiência de ser "abduzida" para outra sala virtual para discussão em grupo. Acredito que esse modelo poderá ser uma ferramenta potente para a formação docente.*



Todas as falas acima expostas foram valorizadas pela equipe de integrantes do projeto. A última delas, inclusive, apontou para a possibilidade de outro horário para a realização das *lives* que levamos em consideração e já conseguimos atender com a realização da última. Porém, esses relatos nos fizeram acreditar que estamos construindo um caminho possivelmente mais seguro para a extensão. Que nossos objetivos estão sendo cumpridos e temos alcançado um público considerável de participantes com a tentativa de dar visibilidade a suas colocações e inquietações, entendendo o processo de produção de atividades como um processo de construção de sentidos sobre extensão, escola, universidade, entre outros contextos que constituem o educacional.

Como produto do primeiro ano de extensão, com vistas a divulgar nosso trabalho e tentar alcançar um número cada vez mais expressivo de participantes, organizamos um *padlet* com fotos, registros e narrativas de todas as *lives*. Essa alternativa permitiu expor de forma mais direta e organizada alguns dos resultados obtidos no desenvolvimento do primeiro ano do projeto na tentativa de mostrar novas formas de pensar e divulgar trabalhos educacionais, seja por meio do *padlet*, seja por meio deste artigo em questão. Esperamos com isso contribuir para a expansão de possibilidades de pensar uma prática educativa extensionista de forma mais fluida e por meio de novas maneiras de praticar o fazer educacional. Essa forma de desenvolver a prática extensionista nos permite compreender o momento de produção como cultural, como desenvolvimento de ações que focalizam o combate em uma perspectiva política e por meio de atos de resistência a uma educação conservadora, neoliberal, que se pretende hegemônica, focando conteúdos específicos e práticas cristalizadas, sendo inseridas em uma centralidade da cultura (HALL, 1997) muitas vezes imposta em uma esfera tradicional da sociedade.

#### 4 Considerações provisórias



O projeto está em seu primeiro ano de existência, assim, consideramos como objetivo importante do nosso projeto de extensão o alcance de pessoas que certamente não teriam acesso a uma formação que poderíamos oferecer por diversos motivos: a distância física do campus da universidade, o tempo de deslocamento e o trânsito de uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, por exemplo; a vida de trabalho atribulada, que não permite a participação de muitas pessoas em atividades presenciais etc. Contudo, nosso projeto cumpriu a missão primeira de estender os braços da universidade a pessoas de diversas localidades, graus de instrução em um período de seis meses, por meio remoto, durante a pandemia que nos assolou de forma surpreendente e tivemos que nos reinventar, inclusive no quesito de buscar informações e produzir conhecimento.

Outro objetivo a ser destacado é o aprofundamento de questões a que denominamos como “ideias-força” da docência que foram trabalhados em oito *lives*. Conseguimos desenvolver temáticas importantes para o fazer pedagógico preservando o diálogo como principal estratégia de comunicação e considerando a participação de todos os envolvidos nos momentos de trocas das atividades do projeto de extensão. Todos os encontros foram gravados e disponibilizados em nossas redes sociais para visualizações futuras, de forma a tentar contribuir com uma maior visualização das nossas atividades e flexibilizar a participação de atores sociais que tenham vontade de trocar conosco.

Assim, nesse primeiro ano, criamos uma conta no Youtube onde disponibilizamos nossos eventos gravados, e página no Facebook e no Instagram.

Um grande ganho ocorrido ao final do ano foi a chegada da bolsista em dezembro que imediatamente iniciou as atividades conosco e segue nos auxiliando de maneira potente no desenvolvimento periódico de nossas atividades.

Pelo que pudemos observar, nosso maior público é o estudante dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, apresentamos como preocupação tratar sobre temas relativos à docência de forma que possa ser considerado relevante para cada um dos participantes, proporcionando acréscimo ao seu processo formativo. Foi interessante poder ter o retorno, por meio do relatório das atividades desenvolvidas pelo projeto,



de que essa nossa intenção foi proveitosa e amplamente alcançada. Acreditamos que houve uma troca produtiva durante as *lives* com professores renomados da universidade, foi um ganho significativo para cada graduando que esteve conosco. Compreendemos o investimento dessa prática extensionista como uma resistência a uma tentativa de cristalização de atos educacionais que muitas vezes se desenvolvem em nossa sociedade. A prática deixa de ser compreendida como algo externo à política e passa a ser parte integrante e fundamental dos processos de produção de políticas (LOPES; MACEDO, 2011). E atuar no campo educacional é participar diretamente dessa produção política social. Parágrafo longo. A última frase precisa entrar no contexto, está solta.

A estudante de pedagogia, bolsista do nosso projeto, iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 2021. Apesar de sua recém-chegada, com apenas 1 mês de bolsa, foi possível incluí-la nos procedimentos necessários para o desenvolvimento do projeto iniciando suas primeiras ações no decorrer da última *live* realizada em 10/12/2021. Certamente suas ações como bolsista de um projeto de extensão são um ganho significativo para o seu processo formativo, pois contribui de forma imprescindível para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Nosso objeto de ação é a formação continuada para os profissionais da educação, seja de forma geral ou por meio de atividades focadas em público específico, de acordo com a variedade de nossas ações e atividades e de acordo com o que é solicitado a partir das parcerias que estão sendo estabelecidas no decorrer do projeto. Podemos citar como impacto social a democratização do acesso da formação continuada gratuitamente aos professores da educação infantil e dos anos iniciais, assim como aos estudantes dos cursos de licenciatura. Essa sem dúvida é uma das nossas maiores bandeiras ao considerarmos a importância de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Como professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro firmamos regularmente esse compromisso com a educação brasileira, atuando de diferentes formas para podermos contribuir com esse objetivo.

Acreditamos que nosso projeto de extensão se apresenta como uma possibilidade política de acesso cultural. Ao considerarmos cultura como uma arena



de articulação de sentidos, tendo sua significação permeada pela linguagem (MACEDO, 2018), sendo compreendida como uma prática, perspectiva que discorreremos ao longo deste estudo, a extensão universitária passa a ter essa missão de produzir cultura e conhecimento. Consideramos a potência da extensão como sendo a transformação social. Acreditamos, portanto, que os saberes produzidos coletivamente e dialogicamente são a força de nossa extensão e, com isso, atuamos diretamente na produção política social que envolve o fazer educativo.

Por meio desse projeto de extensão entendemos que a equipe foi capaz de se articular de forma positiva e inovadora para pensar em estratégias de atendimento durante o período pandêmico. A metodologia escolhida foi o encontro virtual, que denominamos de *live* (palavra estrangeira deve estar em itálico) formativa. As oito *lives* que realizamos em plataforma digital são consideradas possibilidades significativas de trocas de saberes e produção de conhecimento com professores conceituados de nossa universidade e professores convidados de outras universidades parceiras, ampliando ainda mais as formas de discussões e sentidos a serem desenvolvidos sobre a prática do contexto educacional. Dessa forma, conhecimento acadêmico foram difundidos e produzidos entre estudantes e professores. Pretendemos, a partir de ações futuras, continuar contribuindo de maneira produtiva para uma educação pública, gratuita e de qualidade, atuando ininterruptamente com a produção política e social de nossa comunidade acadêmica e externa.

## Referências

CANDAU, V. "Ideias-Força" do Pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 32. n. 0, p. 15-34, janeiro-março. 2016.

GATTI, B. A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 70-74, maio. 1992.



GIROUX, H. Professores como intelectuais transformadores. In: \_\_\_\_\_. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977. p. 157-164. Publicado originalmente em 1988.

GLAT, R.; PLETSCH, M. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**. v. 23, n. 38, p. 345-356, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GUEDES, A.; FERREIRA, M. Concepções de Docência na Educação Infantil, Arte E Educação Estética: percurso de investigações de um grupo de pesquisa. In: **Revista POIÉSIS**. Unisul, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 216-234, jan/ jun. 2018.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2011.

LOPES, A.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. A base é a base? E o currículo o que é? In: AGUIAR, Marcia; DOURADO, Luis. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. 1ed. Recife: ANPAE, v. 1, 2018.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3. 2019. Disponível em: <[www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf](http://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2022.



## A extensão como educação: percepções de estudantes extensionistas como promotores de diálogos sobre políticas públicas municipais

*Extension as education: perceptions of extension students as promoters of dialogues on municipal public policies*

Clóvis Henrique Leite de Souza<sup>1</sup>  
Carolina Soares Mendes<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho objetiva investigar em que medida o diálogo sobre políticas públicas se materializa como um meio para a extensão cumprir seu papel e sua função social como educação, a partir da experiência da ação de extensão “Bancada da Sala: ouvindo a política de perto”, desenvolvida como *podcast* por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG - Campus Formosa. Para tanto, foram realizados questionário exploratório e grupo focal com os estudantes que promoveram o *podcast*. Pretendeu-se não só evidenciar a relevância dessa ação de extensão, mas especialmente aliá-la a uma reflexão sobre o próprio lugar da atividade extensionista como meio gerador de diálogos sobre políticas públicas, em especial, considerando a realidade local da política municipal a partir da qual foi empreendida.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Extensão como educação. Diálogos sobre políticas públicas.

### Abstract

This paper aims to investigate to what extent the dialogue on public policies becomes a means for the extension to fulfill its role and social function as education. It centers on the experience of the extension activity “Bancada da Sala: listening to politics up close”, developed as a podcast by students of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás - IFG - Formosa Campus. For this, an exploratory questionnaire and a focus group were carried out with the students who promoted the podcast. It was intended not only to highlight the relevance of this extension activity but also to connect it to a reflection on the function of the extension as a

<sup>1</sup> Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - clovis.souza@ifg.edu.br;

<sup>2</sup> Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) - carolinasmendes@gmail.com.



generator of dialogues about public policies, especially considering the local reality of municipal politics from which it was undertaken.

**Keywords:** University Extension. Extension as education. Dialogues on public policies.

## 1 Para começar a conversa

Em que medida o diálogo sobre políticas públicas se materializa como um meio para a extensão cumprir seu papel nas Instituições de Ensino Superior? Esta é a questão que anima este artigo, que realiza reflexões a respeito da extensão como educação a partir de seu entremeamento com a experiência do projeto de extensão “Bancada da Sala: ouvindo a política de perto”<sup>3</sup> - realizado no campus Formosa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. Trata-se de opção epistemológica no sentido de considerar a teoria a partir das vivências, trazendo-a como lente para interpretação da realidade.

Compreender a extensão como educação implica transpor a separação ensino - pesquisa - extensão. Implica também definir a extensão por suas características e potencialidades, ao invés de defini-la por suas diferenças em relação ao ensino e à pesquisa. A extensão compreendida enquanto educação pode ser meio para que as Instituições de Ensino Superior - IES cumpram seu papel e sua função social, considerando-a, ao lado do ensino e da pesquisa, parte constitutiva e não complementar das IES.

A compreensão de “extensão como educação” desponta como entendimento capaz de afirmar seu papel estruturante ao invés de perpetuá-la como negativa das outras dimensões da educação superior. Paralelamente, o diálogo sobre políticas públicas aparece como meio para integração de saberes, prática sociopolítica e investigação acurada de temas do cotidiano, talvez sendo capaz de efetivar a

---

<sup>3</sup> O “Bancada da Sala” foi ação de extensão voltada para a criação e elaboração de um *podcast* por estudantes do IFG - Campus Formosa. O *podcast* pode ser escutado em <<https://anchor.fm/bancada-da-sala/>> Acesso em 04/04/2022.





compreensão de ensino, extensão e pesquisa como integrados, interdependentes ou mesmo indissociáveis.

Este texto apresenta descrição da experiência seguida por dados de questionário exploratório com os estudantes da equipe do projeto. Na sequência, vêm percepções destes estudantes sobre o projeto, com destaque para como observam a relação da ação de extensão com a comunidade e o cumprimento da função social da instituição por meio dela. O foco da análise está em saber como o diálogo sobre políticas públicas promovido pelo “Bancada na Sala” possibilita que a extensão se realize como educação.

## 2 A experiência do “Bancada da Sala: ouvindo a política de perto”

A ação de extensão analisada foi iniciada quando um estudante procurou um professor expondo interesse de realizar um projeto de pesquisa, mas que continha desejo que não correspondia propriamente a processo de pesquisa. Ele pretendia interagir com sujeitos da política institucional do município de Formosa - GO para que temas do cotidiano da cidade pudessem ser debatidos publicamente fora do período eleitoral.

O professor percebeu a intenção do estudante: promover diálogos sobre políticas públicas por meio de um *podcast*. Assim, avaliou que o formato da iniciação científica não seria o mais adequado para a prática almejada, o público intencionado e seus possíveis desdobramentos, pois o intuito não era, de início, produzir conhecimento e sim criar relações e intervir no debate público. Surgiu então a ideia de elaborar um projeto de extensão, tendo em consideração que a ação pretendida tanto não possuía características de pesquisa quanto tampouco se apresentava como ação de ensino.

Caracterizar a extensão pelo que ela não é pode ser um recurso efetivo para sua diferenciação, mas pouco contribui com o entendimento de suas potencialidades. E foi o desconhecimento sobre as potências e finalidades da extensão - aliado à experiência prévia com pesquisa enquanto atividade distinta do ensino - que fez com



que o estudante pensasse, a princípio, em uma iniciativa de pesquisa. No entanto, ao reconhecer que o caráter da ideia era mesmo extensionista, se animou e seguiu o empreendimento, mobilizando equipe e delineando uma proposta de projeto para concorrer a recursos de fomento para ações de extensão cujo edital estava vigente.

A equipe contou com três membros: dois estudantes da licenciatura em Ciências Sociais no campus Formosa do IFG, sendo um deles estudante da instituição desde o ensino médio técnico integrado, e uma estudante egressa também do ensino médio integrado do IFG - Formosa que cursava Jornalismo em outra IES. Não tardou para que assumissem funções no projeto mais ligadas às habilidades ou conhecimentos esperados em suas futuras profissões, a saber: cientista social e jornalista.

O projeto teve como objetivo “produzir um *podcast* entrevistando políticos profissionais no município de Formosa, Goiás, de maneira a pluralizar as ferramentas de informação, e assim comunicar-se com grupos sociais invisibilizados (negros e negras, LGBTQIA+, empregadas domésticas, jovens e adolescentes), almejando que eles se aproximem e se interessem pelos temas por meio desta forma contemporânea de comunicação”. A iniciativa foi contemplada com recurso de fomento, o que possibilitou o pagamento de bolsas aos membros da equipe por quatro meses e de fornecedores para a execução da edição de áudio e criação de peças digitais para divulgação dos episódios. Desenvolvido de agosto de 2021 a abril de 2022, o projeto publicou dez episódios sobre temáticas diversas, pela ordem de publicação: Voto Impresso Auditável; Árvores de Pé; Violência Contra a Mulher; Instituições Políticas; Impacto da Chuva na Cidade; Ativismo Animal; Transporte para Todos; Mulheres na Política; Escravidão Moderna; Políticas de Saúde.

Em cada episódio, com duração média de 45 minutos, um sujeito político local foi entrevistado, tendo sido cinco vereadoras, três ativistas sociais, uma secretária municipal e um integrante do Ministério Público. Os membros da equipe se revezaram na realização das entrevistas que buscavam abordar o tema a partir de uma visão reflexiva e bem-informada. Assim, a preparação para cada entrevista ocorria com a elaboração de roteiro de perguntas e guia para locução. Sempre que necessário, foram feitas inserções posteriores para tornar a conversa mais informativa ou mesmo



didática para o público, considerando também a possibilidade de aprofundamento na reflexão.

Embora membros do projeto tenham mencionado a fase de produção como desafiadora – considerando a necessidade de elaboração de roteiros instigantes e o trabalho de contato e agendamento com possíveis entrevistados –, foi consenso entre a equipe que a principal dificuldade se relacionou à divulgação e à sua difusão entre o público almejado. Inicialmente, foi pensada divulgação entre a comunidade interna por meio de inserção nos boletins informativos do campus. Com o intuito de alcançar a comunidade externa, a divulgação foi centrada nas redes sociais. Para tal, o projeto contou com perfis no *Facebook* e no *Instagram*, além de uma ação de impulsionamento pago direcionada ao município de Formosa que pareceu não surtir efeito no quantitativo de episódios escutados.

### 3 Percepções dos estudantes sobre a experiência

O que os estudantes pensam sobre a experiência vivida no projeto de extensão? Para responder tal questão, foi formulado questionário aplicado à distância para mapeamento inicial de percepções e preparação para realização de grupo focal com membros do projeto em fevereiro de 2022. Com o questionário foi possível identificar que os três estudantes já haviam participado de projetos de pesquisa, mas que apenas um participou previamente de atividades de extensão, tendo na ocasião sido beneficiário de um curso de extensão e não colaborador em uma iniciativa extensionista.

Em relação ao tema geral do projeto, foi questionado se no IFG já haviam participado de atividades de ensino sobre política, ao que dois estudantes responderam que sim e um indicou que não. Quanto às aprendizagens anteriores, foi questionado se haviam aprendido algo sobre políticas públicas no IFG. Nesse sentido, também dois estudantes responderam que sim e um estudante indicou que não. Considerando o cerne da ação extensionista realizada e sua articulação com o interesse sobre a política municipal, questionou-se ainda como era a percepção dos membros da



equipe antes e depois de participarem do projeto de extensão. Dois estudantes responderam que antes eram interessados e um estudante era indiferente à política municipal. Após participarem do projeto, os três indicaram se interessar pela política municipal.

Ainda a respeito dos efeitos do projeto na equipe, os três estudantes marcaram sim como resposta a se o projeto havia contribuído para seu desenvolvimento pessoal e especificaram estas contribuições: *“Para o meu interesse no campo político, a aprendizagem com os entrevistados e colegas de projeto, a possibilidade de aperfeiçoar minhas habilidades jornalísticas”*; *“Me fez enxergar as ciências sociais dentro do jornalismo”*; *“Pude compreender a função da relação universidade e comunidade na prática”*. Diante dessas respostas, além do desenvolvimento pessoal e profissional apontado, é significativo ter sido indicado que a relação universidade - comunidade foi objeto de aprendizagem. Afinal, esse é o elemento central das ações de extensão. De todo modo, o questionário procurou tratar liminarmente a compreensão das dimensões que compõem o ensino superior, perguntando se o projeto permitiu verificar a relação ensino, pesquisa e extensão. Nesse quesito, um estudante disse não e dois estudantes responderam sim.

É exatamente essa relação entre ensino - pesquisa - extensão que marca os principais debates contemporâneos sobre o papel das IES, particularmente em vista do movimento de curricularização da extensão - motivado pelas diretrizes contidas na Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Isto porque descortinam-se a partir da curricularização lutas e disputas já presentes no campo da educação e que evidenciam vieses concorrentes de desenvolvimento e das relações entre IES e sociedade.

Neste cenário, a articulação expressa na bibliografia e legislação quanto ao princípio da indissociabilidade pode ser percebida na conversa realizada com estudantes no formato de grupo focal. O grupo foi realizado por videoconferência com duração de 1h30, com a participação dos três estudantes membros da equipe. Na ocasião, a interação foi estimulada por meio de perguntas apresentadas oralmente e escritas no *chat* pelos pesquisadores.



## 4 Compreensões sobre extensão

A própria memória da iniciativa do projeto “Bancada da Sala” revela o quanto as compreensões sobre a extensão são imprecisas e variadas. A ideia inicial para o projeto foi de realização de um processo de pesquisa, o que revela que a natureza da atividade extensionista de constituição de relação com a comunidade não tem sido suficiente para caracterizar e dar visibilidade a esta dimensão das IES. A partir do direcionamento sugerido pelo orientador, construiu-se então uma proposta de ação de extensão com atenção para a relação a ser articulada com o público.

As falas dos estudantes envolvidos no projeto permitem observar diferentes concepções de extensão presentes no imaginário de sujeitos das IES. Inicialmente, destaca-se a compreensão da extensão a partir de sua etimologia, que remete a estender ou difundir, como notamos abaixo.

Assim, pensando na palavra extensão, ela por si só fala de você passar o conhecimento para alguém e não necessariamente essa pessoa te devolver o conhecimento. Ou seja, não é uma comunicação, é uma extensão, você passa o conhecimento para uma pessoa passiva e ela recebe e é isso. Então eu acho que a extensão pensada, assim, diferenciando da pesquisa, eu acho que ela contribui muito mais com a comunidade, ela devolve muito mais conhecimentos para a comunidade do que a pesquisa. Eu acho que a extensão ela *conversa* muito mais com o público, ela consegue utilizar uma linguagem menos academicista, uma linguagem mais acessível e ela *trabalha muito mais com a prática*, eu acho, com a *práxis*, a teoria mais prática (Estudante 03, grifos nossos).

No entanto, mesmo diante da afirmação de que a extensão não consiste em processo comunicativo, há aspectos do entendimento apresentado que evidenciam a perspectiva relacional e dialógica desta dimensão, quando são enfatizadas as noções de conversa e de *práxis* - o que avaliamos como compreensão suscitada a partir da vivência específica no projeto “Bancada da Sala”.

É ainda possível observar a recorrência da definição da extensão a partir de sua comparação com a pesquisa, assim como da relevância da relação que a ação



extensionista estabelece com sujeitos da comunidade. A partir do tipo de relação que se estabelece com estes sujeitos não vinculados (por matrícula) à instituição se pode observar as concepções que subjazem as compreensões de extensão dos estudantes e que ainda seguem muito associadas à perspectiva de estender conhecimentos, torná-los mais acessíveis, permitir à comunidade acesso ao que é produzido dentro da IES, como é possível reconhecer na fala a seguir.

[...] mas eu não entendia inicialmente o porquê de fato ser um projeto de extensão, mas depois eu entendi, aí com o processo, acho que mais com o processo do que de fato do que com a busca, assim, do termo, que de fato ligaria muito mais a extensão, porque a gente estava propondo material que não era somente, assim, reflexivo e construtivo próprio. Era uma coisa que era para outros (Estudante 01).

Percebe-se a ação de extensão vista como "uma coisa que era para outros", ou seja, voltada aos sujeitos de fora da IES. A relação com os sujeitos da comunidade não está explicitada, mas há ali um sinal que pode revelar a percepção sobre a natureza da ação extensionista que "não era somente, assim, reflexivo". Vemos que além do direcionamento que não é para a própria IES – e sim para os outros –, a extensão aparece como ação e não "somente" reflexão. De todo modo, a dúvida sobre o entendimento da extensão na educação superior permeou a reflexão de todos os três estudantes, como é possível notar abaixo.

[...] eu estava pensando, refletindo um pouco isso antes da nossa reunião e eu estava tipo, ensino e pesquisa, beleza, eu consigo compreender, eu consigo ter algo palpável sobre ensino e pesquisa, aí a extensão, o que é a extensão, entende? Então tipo, pensar o ensino e pesquisa é fácil, você pensa enquanto estudante, você pensa enquanto professor, você pensa enquanto pesquisador. Aí tipo, o que é extensão, como ela entra? (Estudante 02).

Como mencionado, tratar a extensão pelo que ela não é, diferenciando-a do ensino e da pesquisa, pode ser um recurso útil para seu entendimento, mas pouco efetivo para que potencialidades inerentes a esta dimensão do ensino superior sejam



exploradas. De todo modo, é pela tentativa de diferenciação que o estudante na fala acima tenta formular sua própria compreensão da extensão. Ademais, o trecho evidencia pensamento que não consegue caracterizar a ação extensionista como parte da identidade de um indivíduo. Afinal, nas IES há estudantes, professores, pesquisadores, mas “e a extensão, como ela entra?”. O estudante não concebe diretamente a identidade de extensionista apoiada à identidade de estudantes e professores, como ele vê possível com a menção à identidade de pesquisador.

A dúvida e a imprecisão notada na fala dos estudantes ao tratarem da extensão, diferenciando-a do ensino e da pesquisa, também pode ser percebida na variedade de entendimentos da bibliografia sobre o papel da extensão nas IES. Frequentemente ainda definida pelo que não é, a dimensão da extensão tem sido historicamente promovida na educação superior brasileira a partir de diferentes concepções. Estabelecida inicialmente na perspectiva de cumprimento de compromisso social – o que lhe conferia muitas vezes caráter assistencialista –, a extensão também foi compreendida como processo de disseminação e transmissão de conhecimentos e na atualidade tem sido fundamentada na perspectiva de “extensão como educação” (CABRAL, 2012).

É neste sentido que ela pode ultrapassar uma característica antidialógica de estender conhecimentos (FREIRE, 1983), permitindo que no diálogo e no encontro dos sujeitos da extensão “[...] o conhecimento se constitu[a] nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiço[e] na problematização crítica destas relações” (idem, p. 22). Assim, são observados avanços nas definições em regulamentos e articulações institucionais que fortalecem o campo de ação da extensão no Brasil. No caso dos Institutos Federais, particularmente a partir de articulações do Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT, que almejou “construir e sistematizar as atividades Extensionistas na Rede Federal de EPCT sob as premissas da nova Institucionalidade que passaria a incorporar a Educação Profissional, o Científico e o Tecnológico” (CONIF, 2013, p.5). Entretanto, ainda que esta concepção da atualidade de extensão como educação esteja materializada em regulamentações, percebe-se também que os outros entendimentos



da extensão ainda existem e coexistem na realidade das IES e em como os diversos sujeitos da extensão participam dela e a compreendem.

## 5 Desdobramentos da escolha pela extensão

Considerando que o projeto “Bancada da Sala” não foi realizado pela via da pesquisa nem pela via do ensino, quais seriam as vantagens e desvantagens da escolha pela via de natureza extensionista? Como os estudantes pensam os desdobramentos decorrentes da escolha pela extensão é o que veremos nas falas a seguir.

Assim, parece para quem só fez pesquisa, que talvez seria mais fácil uma pesquisa, entendeu? No projeto de pesquisa, às vezes a gente não precisa de muito envolvimento com o resultado que a gente quer produzir. Por exemplo, se a gente faz um projeto de pesquisa, a gente faz a entrevista, se a gente fizesse a entrevista com o vereador, ele daria as respostas, a gente produziria um relatório e ficaria ali, a gente estaria satisfeito porque aquela foi a nossa meta (Estudante 01).

Por essa fala, a extensão gera a necessidade de comprometimento com a relação com a comunidade, como disse o estudante, “envolvimento com o resultado”. Aparentemente na pesquisa há uma ação cujo resultado fica restrito a um produto mais tangível e de responsabilidade individual, ao relatório. No caso do projeto observado, “envolvimento com o resultado” pode estar direcionado a uma preocupação com o impacto da ação de extensão, pois sua natureza relacional exige tal compromisso. Aliás, compromisso com a relação entre sujeitos é uma noção que remete a vínculo, elemento definidor da extensão na fala abaixo.

Dado o que a gente produziu nesse tempo, eu entenderia a extensão como vínculo. Eu acho que ajuda a gente a entender o espaço que a gente está. Aí vincula a educação, o acadêmico com o social. O IFG fica situado numa zona periférica, e ali a gente está tentando conectar com pessoas que normalmente não têm acesso à informação ou à educação ou a outras coisas que a gente sabe que são necessárias para o desenvolvimento delas, para o desenvolvimento pessoal, para o desenvolvimento social (Estudante 02).





A conexão e o vínculo com a comunidade saltam aos olhos nesse trecho. O comprometimento com as pessoas de um bairro periférico no qual a IES está instalada pode ser materializado em ações de extensão para pessoas que “normalmente não têm acesso à informação ou à educação”. Na fala do estudante o vínculo e o comprometimento se estabelecem pela carência, considerando que a IES está num papel de detentora de conhecimentos úteis à comunidade. Ainda que não expressa explicitamente, observa-se a percepção da relação de poder entre universidade e comunidade, inclusive na possibilidade de difundir “outras coisas que a gente sabe que são necessárias ao desenvolvimento delas”, noção que não reconhece os sujeitos como conhecedores de si e de suas necessidades. Poderíamos até cogitar prepotência, mas talvez seja consciência da carência do outro e pouca compreensão de como estabelecer o vínculo a partir de relações de poder mais equânimes.

Entretanto, constituir relações de poder que possibilitem trocas equilibradas em que universidade e comunidade tenham capacidade de influência nos comportamentos recíprocos passa pelo reconhecimento dos sujeitos e de seus saberes não acadêmicos. Essa talvez possa ser uma das potencialidades da extensão na realidade das IES, como indica a seguinte fala.

Acho que além disso é essa aproximação, eu sempre pensei nessa aproximação entre universidade e outros espaços e outras pessoas e outros grupos, mas era muito difícil. Eu não sei se só de fato a extensão, porque parece que só a extensão consegue propiciar essa aproximação. Parece que ela não consegue sozinha, mas ela é o único espaço que pode facilitar isso (Estudante 01).

Pelo trecho em destaque, a escolha pela extensão aparece como desafio, pois ela é promotora da aproximação da IES com seu entorno, mas isso não ocorre facilmente. De todo modo, há o reconhecimento de uma potência na extensão que é justamente facilitar essa aproximação. O estudante aponta que talvez não seja apenas a extensão a dimensão que possibilite a conexão entre IES e comunidade. De toda forma, ações extensionistas são facilitadoras de tal vínculo.



Isso fica ainda mais explícito quando a fala abaixo expõe os limites de uma ação de pesquisa para o tipo de objetivo do projeto em análise.

Não daria para ter sido feito o Bancada da Sala dessa forma se fosse um projeto de pesquisa. A gente não chegaria na metade dos objetivos. Por quê? Porque ali no projeto de pesquisa a gente não ia disponibilizar ou se esforçar para disponibilizar o conteúdo, o que foi escrito, para alguém. E nesse a gente teve essa missão inicial de se esforçar para disponibilizar para o pessoal. Aí se eles acessam é outra história, mas a gente teve essa ação de fazer isso. Num projeto de pesquisa não, a gente ia fazer todo o caminho, ia escrever, aí, sei lá, ia apresentar numa SECITEC [Semana de Ciência e Tecnologia], para quatro pessoas dentro de uma sala com outros projetos. Então a gente talvez não cumpriria a função (Estudante 01).

Fica evidente que a escolha pela extensão trouxe a possibilidade de alcance dos objetivos pretendidos, tendo sido determinados para além do espaço interno do IFG - Formosa desde sua concepção justamente em razão da natureza desta dimensão. A marca diferenciadora da ação extensionista aparece na fala como sendo o esforço para disponibilização dos produtos para alguém, além de poucas pessoas em um evento científico.

Como apresentado anteriormente, a concepção da extensão e seu papel no cumprimento da função social da IES talvez não sejam tão precisos nos entendimentos dos estudantes e de outros sujeitos da extensão. Todavia, é possível arriscar que seja justamente na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão que esteja a potência da ação extensionista.

Ao considerar o atual conceito de extensão, não se deseja mais apenas fornecer o que deseja a sociedade, mas trazê-la para dentro da universidade, com suas vivências, saberes e experiências, e assim produzir um conhecimento novo, que seja desde o princípio validado pelas trocas entre saber acadêmico e saberes populares. [...] é preciso democratizar não apenas o conhecimento, mas a própria universidade, fazendo com que a extensão possa ser o caminho para questionar um modelo que ainda se faz excludente, diante da formação histórica do Brasil, permeada de desigualdades, sejam econômicas, raciais ou de gênero (PIRES DA SILVA, 2020, p. 30).



Portanto, a atividade extensionista demanda a busca por articular relações com a comunidade, o que representou um desafio na experiência do “Bancada da Sala”, mas ainda revela o potencial de conexão da instituição com os espaços e comunidades que a abrigam. O vínculo aparece novamente como forma de relacionamento institucional. A extensão possibilita que a IES se apresente de outra maneira à comunidade, como diz o estudante a seguir.

Mas hoje eu enxergo a extensão como um espaço que é destinado de fato para facilitar e aproximar o pessoal aí, toda a comunidade, no caso aí de Formosa, a se aproximar tanto de algumas coisas que a gente vem estudando, que são muito mais teóricas, quanto também da própria instituição, no sentido físico mesmo, da estrutura. De aproximar as pessoas para aquele ambiente, mas também facilitar alguns conteúdos que a gente fica ali quatro anos da vida tentando estudar. (Estudante 01).

Parece que, antes de tudo, a extensão coloca a comunidade em contato com a IES tanto “no sentido físico mesmo” quanto no sentido da produção de conhecimentos. Assim, a extensão pode ser vista como uma forma de reconhecimento do que se faz na IES, mas ainda daquilo que é construído na e pela comunidade. Em uma busca pela relevância e inserção num contexto social, não basta a difusão de conhecimentos. A extensão universitária demanda uma ação proativa de comunicação, de diálogo, como indica a fala abaixo.

[...] entendo a extensão como falei antes, como uma devolutiva, eu acho que a extensão apesar de não ser uma comunicação, que a comunicação é que gera diálogo, que gera resistência e tudo mais, mas eu acho que a extensão ainda sim ela tem um papel importante, porque eu acho que ela que estimula as resistências fora das universidades, eu acho que a extensão que consegue devolver pelo menos um pouco do que a gente aprende na universidade, que eu acho que esse é o grande papel da universidade, devolver para a comunidade onde está inserida, que normalmente são comunidades marginalizadas (Estudante 03).

O trecho insiste na compreensão sobre a extensão como devolutiva. É, no entanto, possível distinguir devolutiva de difusão. Ao falar em uma IES que devolve



algo à comunidade em que está inserida, o estudante indica compreensão a respeito da possível dívida que IES têm com as comunidades. De todo modo, é cabível entender que devolutiva ocorre a partir de demanda. No sentido evocado, a produção de conhecimentos estaria imersa em demandas e “resistências” da comunidade, em fluxo contínuo entre identificação de necessidades e formulação de pedidos. Assim, ao ser devolvida à comunidade na forma de extensão, estimula re-existências organizadas para além do contexto das IES. Ademais, é significativo considerar que a comunicação que gera o diálogo é reconhecida na fala do estudante como potência da extensão.

## 6 Diálogo sobre políticas públicas como ação de extensão

Dialogar é trocar. Diálogo implica influência mútua. O diálogo compreende interação de maneira que o outro seja considerado e o sentido da interação se faça ao longo da troca. Bohm (2005, p. 34) afirma que o diálogo é “corrente de significados que flui entre nós e por nosso intermédio; que nos atravessa”. É significado ou sentido que flui através das pessoas quando interagem. Tanto na concepção da ação de extensão, quanto na declaração de objetivos expressa no projeto, foi possível captar uma intencionalidade dialógica. Remetendo à concepção do projeto, a fala a seguir indica tal intenção.

Aí a gente estava querendo fazer algo dentro da política mesmo, sei lá, a gente vai fazer uma entrevista com político, a gente vai fazer um projeto de pesquisas com políticos. Não sei. Mas a ideia era de fato conversar com esses símbolos políticos aí profissionais, em especial os vereadores. Daí na conversa por muito tempo a gente chegou num ponto assim que a gente queria falar da política. [...] A gente percebia que depois que os vereadores eram eleitos eles não se colocavam em temas polêmicos, em temas recorrentes na cidade. A atuação dele ficava muito restrita ali a um espaço que muitas pessoas não ocupavam (Estudante 01).

Por um lado, havia o desejo inicial pela conversa com políticos profissionais que, fora do período eleitoral, parecem inacessíveis. Por outro lado, fica evidente a intenção de colocar em pauta temas de interesse coletivo, considerados relevantes e



que poderiam estimular a continuidade e o fortalecimento do debate público. Percebe-se, assim, que ter a política como estímulo da ação de extensão adicionou uma outra camada ao desafio de constituir relações com a comunidade – fosse ela a comunidade entrevistada, fosse ela a comunidade ouvinte.

De toda forma, a fala abaixo indica que o contato com sujeitos entrevistados foi facilitado pela imagem que o IFG tem perante a comunidade.

Eu lembro assim poucas vezes que as pessoas nos disseram ‘não’. Porque o nome do IFG dentro do município é bastante significativo. Então as pessoas tinham bastante receio, eu acho, de dizer ‘não’ assim tão na cara. E era um instrumento muito importante para a gente, quando a gente se apresentava enquanto estudante do IFG para o pessoal aqui do município, pensava, não, ali é um espaço que a gente tem que falar (Estudante 01).

O trecho ressalta que pode ser interessante para os entrevistados participar do *podcast* em vista do lugar da instituição na realidade municipal. Assim, a imagem institucional é um passaporte que opera como credencial que facilita o desenvolvimento da ação pretendida. Além disso, a mesma imagem institucional pode ser vista como oportunidade de alcance de determinado público. É o alcance de certo grupo no debate público que está em questão. Nesse sentido, o projeto desempenhou função relevante, como indica a seguinte fala.

A gente conseguiu de certa forma, apesar de uma forma concentrada e pequena fortalecer um debate político no município, sobre temas diversos ou temas que não eram nem discutidos. Eu acho também que a gente construiu assim as ferramentas acessíveis. Porque a gente disponibilizou o conteúdo, a gente mastigou um conteúdo, a gente disponibilizou em plataformas gratuitas (Estudante 01).

O estudante ressalta que temas relevantes foram colocados em pauta no debate público. Na escolha dos temas e dos entrevistados a intenção e a prioridade foram o diálogo sobre políticas públicas. Neste sentido é valioso retomar dados do questionário aplicado com estudantes membros da equipe, pois nele foram questionados se no IFG haviam aprendido algo sobre políticas públicas, ao que dois



estudantes responderam que sim e um estudante disse que não. Entretanto, não foi abordado quais suas compreensões específicas sobre políticas públicas.

Políticas públicas podem ser compreendidas como ações que buscam enfrentar dada situação percebida como um problema coletivo. No contexto do diálogo sobre políticas públicas, vale ressaltar que a identificação de uma questão pública e sua inclusão na agenda como problema a ser enfrentado coletivamente passam pelo debate público. Por isso, é útil a noção de ação pública que abrange o conjunto de decisões tomadas por um ou vários sujeitos políticos para efetuar escolhas dos objetivos e dos meios para alcançá-los diante de situações identificadas coletivamente como problemas a serem enfrentados (LASCOURMES & GALES, 2012). O diálogo sobre ações públicas do Estado e da sociedade para o enfrentamento de problemas da comunidade formosense foi o núcleo do conteúdo do *podcast* e a razão de existir da ação de extensão, mesmo reconhecendo as dificuldades de tratar alguns assuntos, como indica o trecho seguinte.

O nosso objetivo de entrevista, que são os políticos profissionais ou as pessoas que estão ali representando os políticos profissionais, é que tornava isso mais difícil. Porque esse âmbito político é muito complicado, principalmente quando você toca em assuntos que a gente queria tocar. Que eram assuntos, apesar de relevantes para a cidade, eram delicados. [...] Apesar de ser uma cidade pequena, dos políticos serem mais acessíveis, assim, ainda são políticos, são pessoas que representam a gente. Então a gente aprende a entrevistar uma pessoa que está em uma relação, entre aspas, de poder com a gente. A conseguir retirar da pessoa conteúdos que são delicados, mas de uma forma que a pessoa não se sinta ofendida (Estudante 03).

A oportunidade de participar de projeto que colocou estudantes em contato direto com políticos profissionais gerou aprendizados. Além da compreensão sobre como tratar assuntos polêmicos, o trecho aponta para um aprendizado relativo a lidar com situações em que relações de poder podem comprometer o diálogo. Ademais, foi possível perceber que o projeto conseguiu estimular que entrevistados tratassem de temas relevantes, como indica a fala abaixo.



Eu acho que a gente conseguiu exatamente continuar, com que ele opinasse sobre temas relevantes, talvez eu possa estar falando o óbvio, de forma prática de fato. Então assim, a gente impactou nesse sentido, porque eles não iam falar nunca sobre esse assunto lá naquelas sessões, a não ser que o tema viesse, mas eles não iam pontuar isso na tribuna livre, entendeu? Então a gente impactou para que eles falassem sobre esse assunto (Estudante 01).

Na visão do estudante, alguns temas não seriam tratados no cotidiano do legislativo municipal, por isso a relevância do projeto pautar certos assuntos. Esse seria um impacto direto do *podcast*: colocar em pauta temas relevantes à cidade. Tal ação afeta entrevistados que acabaram sendo instados a falar de certos assuntos, bem como afeta o público ouvinte que pode ter acesso aos conteúdos.

Acho que a conexão com as pessoas foi muito, sabe, enriquecedor. Não só para a gente enquanto indivíduo, eu acho que foi enriquecedor para cada um de nós, eu acho que também foi enriquecedor para a comunidade em geral, de verdade, porque os temas, eu acho que um dos temas principais que eu gostei foram dois, que foi da violência contra a mulher e violência animal. Eu acho que esses dois episódios transformaram as pessoas que ouviram e trouxeram informações muito importantes (Estudante 02).

O estudante ressalta o caráter “enriquecedor” do trabalho, considerando que a comunidade pode ser beneficiária dos produtos realizados. A importância das informações e a possibilidade de transformação pessoal aparecem como elementos valorativos do projeto. De toda forma, o fortalecimento do debate público por meio do *podcast* também foi enriquecedor para os membros da equipe, como indicado abaixo.

Eu acho que uma coisa muito boa, acho que foi esse contato com os próprios vereadores, entendeu. Estou dizendo assim, no quesito pessoal, eu tinha uma percepção sobre eles que em algumas foram confirmadas e outras foram transformadas. [...] Antes, eu acompanhava as notícias em nível municipal, mas sobre o olhar de alguém que já estava resumindo aquelas informações para mim, a rádio, ou algum outro companheiro, ou alguma outra pessoa. Ok. Agora participando do Bancada eu tive que dedicar um tempo da minha vida para ouvir as sessões, aí construir a minha noção a partir do que de fato estava sendo feito ali dentro. Vou continuar fazendo



isso em um futuro? Não sei, tudo depende de tempo. Mas eu vejo que é viável (Estudante 01).

O estudante considera que realizar a ação de busca direta de informações do fazer político municipal demanda tempo. Embora coloque em dúvida se realizará tal tarefa no futuro, se vê capaz de realizá-la por ter feito isso no decorrer do projeto. Essa fala indica que houve desenvolvimento de habilidade para conseguir fazer leitura própria do trabalho do legislativo. Por isso, aponta que o envolvimento com a ação de extensão que gerou diálogo sobre políticas públicas possibilitou a qualificação de estudantes como cidadãos capazes de construir a própria compreensão do que de fato é feito dentro da casa legislativa municipal, sem a necessidade de mediadores.

## 7 Para a conversa seguir

Estruturados sobre o tripé ensino, extensão e pesquisa, a exemplo de outras IES, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs não foram concebidos como novas universidades, mas direcionados à promoção de formação profissional e tecnológica e distribuídos pelo país por meio de um processo de interiorização na perspectiva de cumprirem a função social educativa a eles designada. Apresentam capilaridade singular e, por isso, potencialidade de aproximação com comunidades em diferentes pontos do Brasil.

No cenário de expansão da Rede Federal, priorizou-se inicialmente a instituição de IFs e seus campi no interior, buscando "melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país" (BRASIL, s/d), aproximando a educação profissional e tecnológica de comunidades que até então pouco dispunham dela. Essa determinação, materializada em campi localizados à porta - quando não dentro - das comunidades, tem contribuído para a construção de relações entre os IFs e a sociedade para além de arranjos produtivos locais e da organização regional de sujeitos sociais. Afinal, as relações entre a comunidade interna





e externa, ou melhor, entre a diversidade de sujeitos locais vinculados e não vinculados (por matrícula) à instituição, se expressa e se encontra no espaço físico institucional concretizado pelos IFs. Este contexto se mostra propício para que estas relações sejam constituídas dialogicamente, o que pode ser potencializado pelas características da extensão - reconhecida pela aproximação da instituição à comunidade para estabelecimento de outros vínculos que não a matrícula.

Vínculos são formas de ligação, ou melhor, de relação. De um lado, a relação pode ser para estender conhecimentos, como costumeiramente se entende a extensão difusora de ideias e práticas produzidas nas IES para comunidades carentes de saberes e técnicas. Por outro lado, a relação pode ser para dialogar e construir o conhecimento em conjunto com comunidades férteis e abundantes em saberes e práticas. Compreender a extensão como educação exprime a intencionalidade do vínculo dialógico, multidirecional e não unidirecional. Vínculo só possível quando as partes envolvidas - comunidades e IES - reconhecem o outro como legítimo e capaz de contribuir com a construção de conhecimentos. Nesse sentido, a extensão tem a potencialidade de ser meio para o encontro efetivo, possibilitando a influência mútua entre IES e comunidades. Essa compreensão fortalece a extensão como constitutiva e não acessória à educação superior, evitando assim que seja vista por sua negativa em relação ao ensino e à pesquisa.

Neste contexto, a experiência analisada nos permitiu refletir sobre em que medida o diálogo sobre políticas públicas se materializa como um meio para a extensão cumprir seu papel nas IES. A partir do olhar dos estudantes promotores da referida ação de extensão, foi possível considerar suas concepções de extensão e ainda como a experiência extensionista motivada pelo diálogo sobre políticas públicas se aproximou e se distanciou destas noções sobre a extensão. Foi possível perceber uma intencionalidade dialógica na proposta de produção de *podcast* que, embora limitada no alcance ou na interação com o público ouvinte, foi capaz de contribuir com o debate público municipal.

Considerando que políticas públicas, vistas como ações públicas, partem da identificação coletiva de problemas para a inserção na agenda e formulação de



propostas de solução ou enfrentamento das situações, o trabalho realizado pelo projeto de extensão parece ter contribuído com o estabelecimento de vínculos entre o IFG e a comunidade. Novamente, reconhecido o limite do número de entrevistados e da abordagem do *podcast*, foi notado que os sujeitos políticos envolvidos no projeto reconheceram a IES como relevante para o debate público no qual estavam engajados.

Assim, muito embora a reflexão sobre extensão ainda parta de um movimento de devolutiva, de acesso àquilo que é produzido nas IES, a proposta de tratar de políticas públicas locais por meio do diálogo impulsionou a experiência extensionista para uma perspectiva comunicativa – que demandou a constituição de relações tanto com entrevistados quanto com ouvintes (ainda que esta última tenha sido considerada insuficiente pelos estudantes). Se o conceito formulado de extensão aparenta seguir associado a noções assistencialistas da relação IES - Comunidade, a experiência do “Bancada da Sala” permitiu aos estudantes identificarem a potência da extensão enquanto lugar de vínculos.

Vínculos que demonstram a potência da extensão como parte constitutiva e não complementar das IES. A partir da experiência analisada, é possível dizer que o diálogo sobre políticas públicas, em particular considerando os debates locais, pode ser considerado meio para que a extensão seja efetivamente indissociável do ensino e da pesquisa na educação superior. Assim, pode ser abandonada a compreensão da extensão nem-nem que nem é ensino e nem é pesquisa, o que permite a adoção de a compreensão da extensão como educação que é ensino-extensão-pesquisa, indissociáveis, embora diferenciados. E o que diferencia a extensão? Vínculo efetivo com a comunidade, permitindo relação dialógica e influência mútua. Neste sentido, a ação de extensão “Bancada da Sala: ouvindo a política de perto” nos mostrou que o diálogo sobre problemas coletivos e ações públicas possíveis pode ser meio para criação de tais vínculos.



## Referências

BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em 19 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 20 mar. 2020.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes Em Extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2012.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). **Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFG nº 24 de 08 de julho de 2019**. Aprovar o Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, conforme documento anexo. Disponível em <<https://ifg.edu.br/attachments/article/3734/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2024%202019-editado-4.pdf>> Acesso em 06 mar. 2022

LASCOURMES, Pierre; GALÈS, Patrick Le. **Sociologia da ação pública**. Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2012.

PIRES DA SILVA, Wagner. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 10 nov. 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/extensoesociedade/article/view/22491>> Acesso em 06 mar. 2022



## Exercício Profissional e Serviço Social: os desafios de uma proposta extensionista

*Professional Exercise and Social Work: the challenges of an extension proposal*

Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira<sup>1</sup>

Renata Gomes da Costa<sup>2</sup>

Marta Cláudia da Silva de Oliveira<sup>3</sup>

Rebeca Morais<sup>4</sup>

### Resumo

A universidade pública apresenta novos desafios na relação entre ensino, pesquisa e extensão. A política de extensão universitária exige a inclusão de novos temas para investigação e intervenção, a pactuação de novas possibilidades de acesso e a participação da comunidade acadêmica nas ações desta natureza. O projeto de extensão apresentado é uma estratégia que visa contribuir para qualificar profissionais em matéria de Serviço Social na perspectiva crítica, por meio da ampliação de conhecimento sobre temas relativos ao exercício profissional, à supervisão de estágio e, com isso, expandir espaços de educação continuada de profissionais - ação prevista no Código de Ética da profissão. O fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade exige investimento permanente em ações que favoreçam a valorização do projeto profissional coletivamente criado, com base nas referências normativas defendidas pela categoria e articulada à defesa dos direitos sociais.

**Palavras-chaves:** Extensão Universitária. Estágio. Conhecimento. Educação Continuada.

### Abstract

The public university presents new challenges in the relationship between teaching, research and extension. The university extension policy requires the inclusion of new themes for investigation and intervention, the agreement of new possibilities of access and the participation of the academic community in actions of this nature. The

---

<sup>1</sup>Assistente Social da Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (UNIRIO) - celeste.moreira@unirio.br;

<sup>2</sup> Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - renata.costa@unirio.br;

<sup>3</sup>Assistente Social colaboradora do Projeto de Extensão "Serviço Social e Direitos: Exercício Profissional e Planejamento no Âmbito das Políticas Públicas" da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - marta75.oliveira@gmail.com;

<sup>4</sup>Discente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - rebecarmorais98@gmail.com.



extension project presented is a strategy that aims to contribute to qualify professionals in the field of Social Work from a critical perspective, through the expansion of knowledge on topics related to professional practice, internship supervision and, with that, expand spaces for continuing education. of professionals – action foreseen in the Code of Ethics of the profession. The strengthening of Social Service in contemporary times requires permanent investment in actions that favor the valorization of the collectively created professional project, based on the normative references defended by the category and articulated to the defense of social rights.

**Keywords:** University Extension. Internship. Knowledge. Continuing Education.

## 1 Introdução

O artigo que segue é fruto de uma experiência extensionista iniciada em 2020 na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A elaboração deste texto foi resultado de pesquisa bibliográfica e da sistematização dos relatórios desenvolvidos neste período de existência, e tem como objetivo apresentar possibilidades de atuação da extensão universitária no âmbito da formação em Serviço Social.

O Projeto de Extensão "Serviço Social e Direitos: Exercício Profissional e Planejamento no Âmbito das Políticas Públicas" é uma iniciativa da Coordenação de Estágio em Serviço Social com a finalidade de ampliar seu espaço de atuação e estreitar o diálogo entre a Universidade e a sociedade. As atividades propostas estão cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão sob o número de registro X0039/2020 e têm como referência normativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e a Resolução nº 7/2018 no seu artigo 3º, que trata da concepção da atividade extensionista na Universidade e sua interação com a sociedade.

O Serviço Social, ao longo de sua trajetória, tem desenvolvido ações extensionistas, inseridas ou não em equipes interdisciplinares, que se materializam na prestação de serviços, na oferta de estágio supervisionado, na produção de conhecimento e nas assessorias às (aos) assistentes sociais e aos movimentos sociais (FERRAZ, 2019).



Ações extensionistas dizem respeito a um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012, p.5). As trocas estabelecidas nesta dinâmica são plurais e abarcam as perspectivas interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, tais iniciativas devem superar a disseminação de conhecimento, a lógica de prestação de serviços e a difusão cultural que marcam historicamente as relações definidas entre Universidade e sociedade (FORPROEX, 2012).

Segundo Batista e Kerbauy (2018), a primeira referência legal à extensão universitária no Brasil foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, no primeiro ano da Era Vargas. O ministro Francisco Campos providenciou a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, que se destinava “principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida social e coletiva, à solução de problemas sociais e à propagação de ideias e princípios que salvaguardam os altos interesses nacionais” (BATISTA; KERBAUY, 2018, p. 925).

Ainda de acordo com Batista e Kerbauy (2018), na década de 1930 a criação do Conselho Nacional de Educação (1936), do Estatuto das Universidades Brasileiras e do Ministério da Educação atendeu a uma demanda por coordenação política especializada para o setor educacional, mas a própria forma de composição administrativa da universidade demonstrava o controle exercido pelo governo, deixando evidente que a autonomia, tanto administrativa quanto didática, era restrita.

Mesmo sendo instituída legalmente na década de 1930, a Extensão Universitária só se tornou obrigatória a partir de 1968, de acordo com a lei nº 5.540, que no artigo 20 afirma: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, p.1 apud DE MEDEIROS, 2017, p. 10).

Segundo De Medeiros (2017), algumas práticas dos movimentos estudantis, com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE), nas décadas de 1960 e 1970, auxiliaram na divulgação das ideias das práticas extensionistas no Brasil, com



vista à aproximação entre estudantes e profissionais de suas áreas de estudos e com o claro objetivo de sua institucionalização e democratização. Após o golpe militar de 1964, algumas das práticas extensionistas propostas pela UNE foram institucionalizadas a fim de aproximar estudantes universitários das comunidades pobres mas, como todas as ações desse período, sob o olhar e a autorização dos militares para que essas ações pudessem ser concretizadas.

Somente no ano de 1975, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), mesmo sob controle da intensa censura da época, lançou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, o que significou um avanço no debate extensionista no Brasil, a partir de modificações conceituais, tal como a autora explica: “Isso significa criar uma linha política de atuação e a partir delas, construir espaços para que novos atores sociais se colocassem em cena, no caso as próprias Universidades” (DE MEDEIROS, 2017, p. 11).

Na década de 1980, surgiu a proposta que tem como princípio básico de qualidade a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta proposição foi uma referência para a inclusão do artigo 207 na Constituição Federal de 1988 (MACIEL, 2010 apud Frizzo; Marin; Schellin, 2016, p. 634, 635) e, a partir de 1985, houve um empenho do corpo docente e do movimento estudantil em reivindicar a valorização da política da extensão universitária, entre outras pautas. O movimento estudantil reafirmava a necessidade de construir diálogos com a sociedade, não devendo esta estar alheia ao que era produzido na Universidade.

Entretanto, as atividades de extensão ainda careciam de um norteador para suas ações, já que atividades de várias naturezas, algumas totalmente desvinculadas da vida acadêmica, eram nomeadas como atividades extensionistas. Segundo Leonídio (2017), em abril de 1987, na cidade de Aracaju (SE), foi realizado o I Encontro de Pró-Reitores das Universidades Públicas do Nordeste, intitulado “Extensão: saber e compromisso social em busca de contribuições para diretrizes básicas da política de extensão”.

Na mesma década vários fóruns de discussões foram criados, como forma de caracterizar a extensão universitária, assim como de criar normas, diretrizes e institucionalizá-la. Dentre eles, destaca-se a realização, em novembro de 1987, em



Brasília, do chamado I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a finalidade de nacionalizar as diversas experiências regionais realizadas (LEONÍDIO, 2017).

Ao longo dos anos, a extensão universitária, através de sua regulamentação, expandiu-se, vem alcançando outros espaços e a sua visibilidade tem aumentado. Em que pese o reconhecimento das relações entre Universidade e a sociedade, o impacto direto no processo de produção do conhecimento e de sua aplicação na realidade, há que se destacar um movimento de alteração conceitual a respeito da extensão universitária, que incide nas suas potencialidades enquanto prática acadêmica (RIBEIRO e PONTES, 2017; FERRAZ, 2019).

Ao tratar dos tensionamentos teóricos que estão presentes nesta temática, Gadotti (2017) enfatiza o embate entre duas vertentes: uma eminentemente assistencialista, marcada pela transmissão vertical do saber, e outra, que tem por característica a comunicação de saberes, na qual se reconhece o conhecimento como um processo inconcluso, recíproco e passível de permanente construção.

Ribeiro e Pontes (2017), ao discorrerem sobre o tema, destacam que o referido processo propicia a ampliação, ressignificação e valorização da extensão universitária junto com as demais bases formativas da Universidade: pesquisa e ensino. Em relação ao debate, as autoras salientam o fortalecimento político da extensão a partir das conquistas no campo do financiamento das ações, na aquisição de equivalência entre a carga horária da extensão e a da pesquisa e em especial no reconhecimento da extensão como locus da práxis.

Os projetos de extensão devem ser direcionados para a democratização do conhecimento e para as trocas entre o saber popular e o acadêmico, de forma a contribuir com a ampliação dos espaços de participação da população na Universidade (FORPROEX, 2012. A referida análise aponta para a construção de um projeto de universidade que valorize a inserção da classe trabalhadora nos espaços acadêmicos e reconheça a necessária e legítima participação de outros sujeitos produtores de saber e de conhecimento que estão para além de seus muros. Na mesma medida, tal projeto deve propiciar trocas favorecedoras da divulgação e do uso da ciência para o acesso e





a garantia de direitos da população nas diversas dimensões da vida social. A dinâmica expressa um processo em disputa, a partir do qual é possível observar o investimento em espaços de produção de conhecimento, que altera as relações universitárias e promove mediações sobre a realidade a partir de outros sujeitos, que historicamente não estão vinculados à vida acadêmica.

Nesta perspectiva, a política de extensão universitária exige da Universidade a inclusão de novos temas para investigação e intervenção, a pactuação de novas possibilidades de acesso e participação da comunidade acadêmica nas ações extensionistas. Esta orientação favorece que a extensão universitária seja desenvolvida ao longo dos cursos e possa ser valorizada em razão de sua relevância para a formação profissional das (os) docentes e discentes.

A ampliação da extensão universitária executa seu papel de ligação entre ensino e pesquisa e serve como ponte, uma via de mão dupla, entre a universidade e a sociedade, “representa a concretude da democratização do conhecimento, estimula o protagonismo dos sujeitos, seu empoderamento e a viabilização dos sonhos que parecem impossíveis” (ANDRADE; MOROSINI; WIEBUSCH, 2018, p. 4).

Apesar dos avanços empregados neste campo, mesmo com as diretrizes conceituais e políticas para as práticas extensionistas já desenvolvidas, normatizadas e institucionalizadas, a extensão não alcançou ainda o papel que lhe foi designado entre discentes, docentes, nos espaços universitários e para além deles (MARINHO, 2019). É um processo em construção, que se materializa na potência das relações institucionais, voltadas para a crítica e o desenvolvimento de ações na sociedade.

## **2 O Serviço Social e a extensão universitária**

No sentido de favorecer o entendimento dos processos que envolvem o Serviço Social na contemporaneidade em face ao debate sobre a extensão universitária, é necessário destacar elementos constitutivos da profissão e de que forma foi forjada sua compreensão sobre seu objeto de estudo e intervenção, que é a questão social e suas expressões na realidade social.



O Serviço Social é uma profissão que data da década de 1930, que se insere no mundo do trabalho inicialmente numa perspectiva dogmática, moralista e de viés conservador na perspectiva de intervenção no que à época era considerado como “problemas sociais” (NETTO, 2011).

A emergência do Serviço Social está diretamente articulada à constituição das políticas sociais na realidade brasileira. Tal processo é marcado por contradições em razão da estruturação do trabalho industrial e da fragilidade da estrutura de proteção social, o que favoreceu o fortalecimento de uma profissão que organizou sua intervenção a partir da execução terminal de políticas sociais diante das manifestações da desigualdade social decorrentes deste cenário. Deste modo, a profissionalização do Serviço Social deu-se justamente quando a conjuntura econômico-social se ajustava à ordem monopólica, o que definiu seu espectro de intervenção e seu quadro teórico interventivo, consolidado nas décadas posteriores (IAMAMOTO, 1982; NETTO, 2011).

Entre os anos 1960 e 1970, a categoria iniciou um movimento de renovação da profissão, que rompeu com suas orientações tradicionalistas<sup>5</sup> e iniciou uma interlocução com as Ciências Sociais e uma aproximação das discussões realizadas a partir do materialismo histórico. O amadurecimento intelectual adquirido nos anos 1980 propiciou o debate e a construção de novas referências para o Serviço Social, que incidiram no campo da ética, no método de análise da realidade e, conseqüentemente, nas orientações teóricas basilares para a profissão. Esta alteração conceitual marcou a ruptura com o tradicionalismo e a neutralidade e seguiu na adoção de referências democráticas, entre outras medidas relevantes. As profundas modificações que o Serviço Social tem sofrido estão materializadas no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da formação profissional e no seu Projeto Ético-Político a partir das quais se deu a afirmação de

---

<sup>5</sup>Um evento marcante para o Serviço Social foi o Congresso da Virada (1979), quando, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorreram manifestações contra a ditadura militar ainda em curso e o posicionamento político da categoria de ruptura com o conservadorismo, de reafirmação da laicização e a adoção de uma referência crítica diante da realidade.



compromisso com a classe trabalhadora, com processos emancipatórios e com a construção de uma nova cultura profissional (COELHO, 2010).

Nos anos 2000, a discussão em torno da eficiência das políticas sociais e do agravamento da questão social se ampliou e novas exigências foram apresentadas para a profissão, no sentido de analisar a realidade e construir respostas profissionais em face da agudização da pobreza, do desemprego estrutural, das violências, do racismo estrutural, entre outras manifestações de uma sociedade marcada pela exploração do trabalho pelo capital (KUIKE, 2009).

O projeto ético-político construído pela profissão fomenta que a(o) assistente social reconheça as referências éticas, técnicas, políticas e metodológicas a seguir no exercício do seu trabalho, que se estabelecem a partir de uma visão intelectualmente amadurecida sobre a realidade e pautada nas dimensões do trabalho profissional defendidas pelo Serviço Social (NETTO, 2006).

Entre os aspectos constitutivos que dão materialidade ao projeto profissional estão a produção de conhecimento a respeito do Serviço Social, seus valores fundamentais, reflexões elaboradas em torno da sua realização, a sistematização das práticas profissionais e suas potencialidades diante da realidade (TEIXEIRA & BRAZ, 2009).

A construção do pensamento crítico se inicia através da graduação, onde a(o) discente é estimulada(o) a romper com as referências do senso comum e desenvolver habilidades e competências no âmbito teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, fundamentais para a elaboração de análises qualificadas e intervenções críticas a respeito da realidade social. O curso em questão também segue na direção da luta e defesa de uma formação de qualidade que gere compromisso com a categoria profissional (NETTO, 2006).

Nas palavras de Netto (2009, p. 155), a dimensão da formação acadêmico-profissional deve ser “qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social”. Esta dinâmica exige a permanente interface entre o ensino, pesquisa e extensão, considerando a relação entre a Universidade, a Sociedade e o Serviço Social no acesso



aos direitos historicamente conquistados. Assim, é indispensável que a graduação seja qualificada, porque é a partir dela que se tem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o que traz como resultado uma legitimação dos interesses da classe trabalhadora, defendida pelo projeto ético-político da categoria. Na mesma medida, os processos de formação incidirão nas práticas profissionais produzidas e reproduzidas cotidianamente.

O Plano Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009) ressalta as possibilidades de estágio nos projetos de extensão. Entre as orientações, o Plano define que o estágio nesta instância poderá ocorrer desde que tais inserções estejam previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, que os objetivos e atribuições do projeto se afinem com a legislação que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/1993), que os projetos e planos de intervenção se articulem ao exercício profissional, na perspectiva crítica da profissão, que a(o) docente ou assistente social que assuma a supervisão de estágio esteja devidamente registrada(o) no Conselho Regional e que não haja acúmulo das funções de supervisão de campo e acadêmica. O Plano ainda ressalta a relevância desta instância formativa durante a graduação.

A reflexão sobre o debate que o Serviço Social elabora a respeito do tema deve considerar os impactos que a extensão universitária proporciona, haja vista que se constitui como espaço de produção de conhecimento, consultoria, assessoria às instituições e aos movimentos sociais. Além disso, é uma alternativa qualificada para a oferta de estágio e, conseqüentemente, favorece a participação de estudantes em uma etapa fundamental da formação universitária.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. ((FORPROEX, 2012. p. 28).

A introdução da extensão nos currículos dos cursos de graduação ou a chamada “curricularização da extensão” nas universidades brasileiras provém de um



histórico de debates e determinações legais e normativas. A extensão universitária passou a ser reconhecida na sua dimensão acadêmica pela Lei nº 13.005/2014, no Plano Nacional de Educação. A normativa determina que a(o) discente cumpra ao longo da sua graduação 10% do total da carga horária em ações extensionistas e atenda ao que está estabelecido na estratégia 12.7, estipulada na Meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024)<sup>6</sup>.

Em razão do exposto, é relevante analisar os efeitos que a curricularização da extensão trará tanto para o que se constituiu historicamente como comunidade universitária quanto para o público externo, que deve ser incorporado a este universo.

Em que pese o fortalecimento deste pilar fundamental à Universidade, é necessário também destacar os desafios que a proposta exige e, neste sentido, reconhecer possíveis distorções que podem decorrer deste processo, caso ele se realize sem os devidos controles. Dentre os aspectos apontados está a ideia de que a nova curricularização das práticas extensionistas pode se constituir em caminho para privatização das universidades e de outros direitos sociais, e que um dos principais prejudicados seria, pelo seu contato mais direto com a comunidade, a extensão<sup>7</sup>.

Negarmos as intenções de reduzir a extensão à mera exigência curricular ofertada de forma flexibilizada, rechaçarmos a intenção de conformá-la prioritariamente em ações de 'prestação de serviços' realizadas em parceria com empresas e entidades cujos princípios orientadores são a privatização e o lucro, em detrimento de programas, projetos e cursos que tenham efetivo alcance e desencadeiem transformações sociais e culturais com perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. (BERTOLLO, 2020, p. 154).

Considerando os esclarecimentos de Bertollo (2020), esta normativa, dentro dos parâmetros do Serviço Social, requer ponderações a respeito da política de

<sup>6</sup> A Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020, define como prazo limite para sua implantação na matriz curricular de cada curso de graduação a data de 19/12/2022.

<sup>7</sup> De acordo com a análise da autora, um exemplo deste processo é a experiência da implantação do projeto "Future-se", do Ministério da Educação (MEC), lançado em 2019 para universidades e institutos federais, que propõe dar mais autonomia financeira para as instituições e aproximá-las do mercado de trabalho.



educação, pois para que ela seja executada de forma plena a universidade deverá oferecer melhores condições às (aos) estudantes e profissionais da educação, além de buscar alternativas para o combate à precarização na política de ensino superior. Em contrapartida, a extensão no Serviço Social é vista como uma excelente oportunidade para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que contribui significativamente com o enfrentamento dos dilemas de uma sociedade desigual. Sempre é necessário considerar que a extensão é uma das complementações do quadro profissional e precisa da formação universitária para sua existência.

O debate a respeito do processo de curricularização da extensão também deve ser acrescido de outros elementos de análise, posto que é relevante a reflexão sobre o significado das ações extensionistas e dos percursos que o processo poderá acarretar às relações entre Universidade e sociedade. Segundo De Moraes Freire (2011), a extensão universitária corre o sério risco de se tornar uma “forma mascarada de arrecadação financeira” (DE MORAES FREIRE, 2011, p. 12). Ou seja, mediante as duras ameaças contra a universidade pública, a extensão universitária que tem, em um dos seus princípios, a transformação da realidade através da sua atuação, pode, com essa visão voltada para o mercado, gerar “ações universitárias despreocupadas” (DE MORAES FREIRE, 2011, p. 13), contrariando assim a sua base de fundamentação.

É possível afirmar que as questões que envolvem o tema expressam disputas antagônicas entre as perspectivas e interesses em torno da educação superior, da formação acadêmica e da extensão, em que todos estes elementos estão inseridos no bojo do processo de curricularização da extensão. No que concerne ao Serviço Social, diante dos inúmeros ataques que o projeto ético-político da categoria sofre, vale considerar os prejuízos que poderão incidir sobre a extensão universitária enquanto eixo fundamental da Universidade, fortemente visada pelas forças conservadoras.

Nesta dinâmica, há que se considerar também os riscos que podem afetar a extensão universitária no âmbito do Serviço Social, diante das possibilidades de deformação dos preceitos ético-políticos e teórico-metodológicos da formação acadêmico-profissional com os denominados “cursos de extensão e/ou livres ofertados ilegalmente como graduação em Serviço Social”.



Oferta irregular/ilegal de cursos de Serviço Social, que se dá pelo aproveitamento de disciplinas cursadas em nível de extensão e/ou cursos livres e que, posteriormente, são aceitas como cumprimento dos créditos obrigatórios necessários ao curso de graduação em Serviço Social, normalmente em uma Instituição de Ensino Superior (IES). (CFESS, 2019, p.5).

A extensão universitária fomenta inúmeros elementos de análise para o Serviço Social, que exigem aprofundamento do tema e que merecem o devido reconhecimento em face das disputas de poder existentes no âmbito acadêmico, haja vista que estão presentes enquanto componente da formação de novas (os) assistentes sociais. Portanto, diante dos novos desafios, é necessário manter a luta por condições de construir e realizar ações extensionistas qualificadas que objetivem a transformação social e que tenham um caráter popular classista.

## **2.1 As estratégias de fortalecimento do Serviço Social por meio da educação permanente**

A Escola de Serviço Social na UNIRIO foi criada em 2010 e, segundo Faceira (2013), desde sua fundação tem desenvolvido ações extensionistas cujo propósito é a articulação de atividades investigativas e interventivas. As propostas estão relacionadas ao trabalho profissional e aos temas presentes no debate sobre as expressões da questão social. Dentre as atividades extensionistas estão as de educação permanente, ofertadas a assistentes sociais e trabalhadores de diversas áreas do conhecimento.

No ano de 2022, a Escola conta com dez projetos de extensão universitária ativos, desenvolvidos por docentes, técnicos administrativos e discentes<sup>8</sup>. As ações têm como objetivo contribuir com uma formação crítica da profissão, a produção de conhecimento, a prestação de serviços, oferta de estágio e assessoria aos movimentos sociais.

---

<sup>8</sup> Ver a lista de projetos de extensão cadastrados na PROEXC na página da ESS/UNIRIO. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/paginas/extensao/projetos-de-extensao>. Acesso em: 02 fev. 2022.



Em razão das considerações iniciais a respeito da relevância das ações extensionistas na Escola de Serviço Social, vale apresentar os primeiros esclarecimentos sobre a iniciativa de formação que caracteriza as atividades desenvolvidas no Projeto.

A construção de ações extensionistas voltadas para a capacitação de assistentes sociais é uma estratégia que visa contribuir para qualificar profissionais em matéria de Serviço Social na perspectiva crítica, por meio da ampliação de conhecimento sobre temas relativos ao exercício profissional, à supervisão de estágio e, com isso, ampliar espaços de educação continuada- ação prevista no Código de Ética da profissão.

É importante destacar que o Projeto se estruturou em meio ao cenário pandêmico da Covid-19, quando as atividades acadêmicas foram suspensas ainda no primeiro semestre do ano de 2020<sup>9</sup>e assumiram formato remoto. Nesse sentido, a proposta funciona no formato virtual e se desenvolve a partir de duas ações: a realização de curso para assistentes sociais sobre o exercício profissional e a manutenção de uma página no *Instagram*<sup>®</sup>vinculada ao Projeto de Extensão, que se destina à divulgação de informações de interesse para a profissão.

O curso de extensão, que é anual, tem como escopo a capacitação de profissionais em matéria de Serviço Social, por meio da ampliação de conhecimento sobre temas relativos à supervisão de estágio, políticas públicas e o trabalho da (o) assistente social. A manutenção permanente da página no *Instagram*<sup>®</sup>, vinculada ao Projeto de Extensão, visa à construção de outro nível de diálogo com a sociedade por meio de publicações regulares sobre o Serviço Social, temas interdisciplinares à profissão e eventos de interesse desta área de conhecimento.

---

<sup>9</sup> Ver a ordem de serviço GR nº 03 de 13 de março de 2020, que suspende as atividades presenciais ou de outras normas de conteúdo similar em funcionamento da UNIRIO e determina outras providências. Disponível em <http://www.unirio.br/arquivos/noticias/OS03de13.03.2020.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022.





A concepção de um curso em formato digital é uma alternativa para contemplar as (os) profissionais que, em face da distância geográfica, não podem se deslocar para espaços coletivos de estudo e têm interesse em diversas formas de obter informação e educação permanente. Tal proposta é de caráter complementar e não substitui o ensino presencial nos espaços de graduação. Os cuidados com a preservação dos discentes e docentes do curso também estão vinculados à observância da autoria dos conteúdos das disciplinas, exposições de convidadas (os) e ao material informativo divulgado na rede social, considerando o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014).

O fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade exige investimento permanente em ações que favoreçam a valorização do projeto profissional coletivamente criado, com base nas referências normativas defendidas pela categoria através de suas entidades representativas. É no contexto das orientações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas para o exercício profissional que o Serviço Social segue na defesa de uma formação crítica, democrática, de qualidade, afinada com uma direção social vinculada ao enfrentamento das complexas expressões da questão social e da defesa dos direitos (ABEPSS, 1996; CFESS, 2012).

Diante das inúmeras transformações ocorridas na realidade nacional e internacional e, em especial, no mundo do trabalho e no campo dos direitos sociais, é pertinente o estímulo ao aperfeiçoamento, à produção de saber e de respostas profissionais aos novos desafios cotidianamente identificados pelas (os) assistentes sociais. Um dos obstáculos a ser superado é garantir o investimento na formação profissional em tempos de pandemia, com vistas à promoção do debate sobre o trabalho, apesar das medidas de distanciamento social necessárias à preservação da saúde da população. O amadurecimento teórico em torno do Serviço Social estimula a realização de projetos voltados para a capacitação de assistentes sociais no desempenho do seu exercício profissional e da supervisão de estágio (IAMAMOTO, 2014; LEWGOY, 2009; CAPUTI, 2016).

Assim, o fortalecimento do diálogo entre as (os) supervisoras (es) de campo e a Universidade, a valorização da necessária articulação entre a formação e o exercício



profissional, a produção de material sobre Serviço Social de fácil acesso nas redes sociais fomentam o interesse de profissionais e estudantes pelo estudo do Serviço Social. Além disso, as ações desenvolvidas visam à reflexão crítica de assistentes sociais acerca das possibilidades do trabalho profissional diante da realidade contemporânea, na qual o enfrentamento à desigualdade social se depara com um cenário grave nos aspectos sociais, políticos e econômicos, a aceleração da perda de direitos sociais e o aumento dos níveis de violência nas suas diversas expressões.

O trabalho desenvolvido pela Coordenação de Estágio é de coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas ao estágio supervisionado, bem como viabilizar outras ações que impliquem as(os) supervisoras (es) de campo envolvidas (os) (ABEPSS, 2009). No ano de 2021, a Escola teve 53 discentes inseridos nas disciplinas de estágio supervisionado e 35 assistentes sociais supervisoras (es) de campo. A atividade de supervisão de estágio não é obrigatória nem remunerada, sendo diretamente relacionada às referências éticas, políticas e técnicas da (o) trabalhadora (or) que a desenvolve.

Diante do comprometimento das (os) profissionais com a formação, a Universidade deve apresentar ações de promoção de diálogos atualizados em torno do debate acadêmico do Serviço Social, qualificando o processo pedagógico. O investimento em educação durante o exercício profissional é um dos desafios da PNE (ABEPSS, 2009). É relevante para a profissão que as (os) assistentes sociais estejam afinadas (os) com a excelência dos debates desenvolvidos na academia relacionados à sua formação.

O Projeto de Extensão dispõe de uma coordenadora, uma vice coordenadora, uma bolsista e uma assistente social colaboradora, que se reúnem semanalmente para o planejamento e a execução das atividades planejadas. O curso sobre o exercício profissional é destinado preferencialmente às (aos) supervisoras (es) de campo. A iniciativa consiste em uma capacitação de 30 horas com a previsão de 40 participantes, composta por 12 encontros semanais assim definidos: três módulos com quatro aulas.



O curso tem formato remoto, através de videoconferências síncronas por meio da plataforma *Google Meet*<sup>®</sup>, ministradas por parte do corpo docente da Escola de Serviço Social e por professoras (es) e assistentes sociais convidadas (os) pelo Projeto. Na oportunidade, as (os) participantes têm a possibilidade de interação com as (os) docentes por meio do diálogo direto e da troca de mensagens pelo *chat* da plataforma.

As aulas são disponibilizadas para transmissão pública em tempo real por meio do canal do *YouTube*<sup>®</sup> da Escola de Serviço Social da UNIRIO, com vistas a democratizar o acesso de estudantes de graduação e demais interessados nos conteúdos pedagógicos apresentados. Cada aula tem a duração de 2 horas e 30 minutos e fica a cargo das (os) docentes a escolha dos procedimentos, técnicas e atividades interativas a serem utilizadas na sua realização.

O curso mantém um repositório digital que permite aos participantes obterem arquivos com as indicações bibliográficas a serem utilizadas por cada docente. A (O) aluna (o) recebe o certificado de conclusão se alcançar uma frequência mínima de 75% das aulas ministradas. A participação síncrona por meio do canal do *YouTube*<sup>®</sup> da Escola de Serviço Social também é passível de certificação por aula pela Escola.

A página no *Instagram*<sup>®</sup> é mantida com a inclusão de novos conteúdos semanalmente. A inserção na rede social tem a finalidade de apresentar material informativo sobre o Serviço Social com uma linguagem acessível aos diversos níveis de compreensão da profissão. As postagens são feitas por meio de cards elaborados pela equipe do Projeto, vídeos sobre as atividades desenvolvidas (incluindo trechos das aulas) e compartilhamentos de produções disponibilizadas na rede, como também a divulgação de eventos de Serviço Social e temas afins, considerando o projeto hegemônico da categoria profissional.

As ações do Projeto, iniciadas em 2020, contaram apenas com a realização de um curso de capacitação para 19 supervisores de campo, a maioria deles vinculadas (os) à Escola de Serviço Social. No ano seguinte, houve a divulgação da proposta nas redes sociais e recebeu a inscrição de 37 participantes (36 assistentes sociais e 1 discente de Serviço Social) de 13 (treze) estados do país, com a colaboração de docentes de todas as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (UERJ,



UFRJ, UFRRJ, UFF e UNIRIO), além da participação de docentes da UFJF, do IFF (FIOCRUZ) e de uma instituição privada (UCB). Ao final do curso foram contabilizadas 1.344 visualizações das aulas no canal do *YouTube*® da Escola de Serviço Social, como também foi elaborado para as (os) discentes um formulário de avaliação com um retorno de 70% das (os) concluintes. A equipe organizadora recebeu como devolutiva que 90% das (os) concluintes estavam completamente satisfeitas (os) com o conteúdo oferecido pelo curso.

### 3. Considerações Finais

O texto apresentado trouxe considerações a respeito das potencialidades das ações extensionistas e dos desafios a serem enfrentados diante da educação continuada. O uso dos meios virtuais para a realização do Projeto de Extensão ampliou o alcance das ações, com a possibilidade de aproximação entre sujeitos distanciados geograficamente com níveis distintos de formação profissional. O Projeto de Extensão “Serviço Social e Direitos: Exercício Profissional e Planejamento no Âmbito das Políticas Públicas” tem apenas dois anos de existência. Contudo, já contribui para o debate sobre o Serviço Social com o devido diálogo com os demais cursos no Rio de Janeiro, seja por meio da capacitação propriamente dita, seja por meio das redes sociais. Além disso, o repositório virtual constituído pelas indicações bibliográficas da capacitação e pelo conteúdo da página do Projeto tornou-se uma estratégia para agregar conteúdo de qualidade sobre a profissão.

### Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2009.

Disponível em: <https://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>. Acesso em: 30 mar. 2022.



BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

ANDRADE, Rubya Mara Munhóz de; MOROSINI, Marília Costa; WIEBUSCH, Eloisa Maria. **Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da invisibilidade à curricularização.** In: X Congresso Ibero Americano de Docência Universitária - CIDU, 10. Porto Alegre, 2018.

BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. **A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior.** Araraquara: RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 13. n. 3. jul./set. 2018. p. 916-930.

BERTOLLO, Kathiúça. **Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em Serviço Social.** Alemur, v. 6, p. 148-163, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4613>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, Dec. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802016000300389&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000300389&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 dez. 2019.

CARDOSO, Priscila. (2016). **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo.** Serviço Social & Sociedade. 430-455. 10.1590/0101-6628.079.

CFESS. **Resolução n.533, de 29 de setembro de 2008: Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social.** Brasília: CFESS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Brasília: CFESS, 2012.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social.** In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

DE MEDEIROS, Márcia Maria. **A Extensão Universitária no Brasil - Um percurso histórico.** Dourados: Revista Barbaquá/UEMS. v. 01. n. 01. p. 09-16. jan./jun. 2017.

DE MORAES FREIRE, Silene. **Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade.** Revista Conexão UEPG, vol. 7, n. 1, jan./jun., 2011.



FACEIRA, Lobelia da Silva. **O Processo de Formação Profissional em Serviço Social e a Extensão Universitária: avanços e desafios.** Revista Raízes e Rumos, Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. p. 44 - 98. jun. 2013.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e extensão universitária: reflexões sobre formação profissional.** 2019. 124 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; MARIN, Elizara Carolina; SCHELLIN, Fabiane de Oliveira. **A Extensão Universitária como elemento estruturante da universidade pública no Brasil.** Currículo sem Fronteiras. v. 16. n. 3. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 28 fev. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo n. 120, p. 608-639, Dec.2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez. 1982.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais.** In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

LEONIDIO. Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras- FORPROEX (1987-2012).** Recife. 2017.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez. 2009.

MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro; COELHO, France Maria Gontijo; NETO, Moisés Félix de Carvalho. **Porque ainda falar e buscar fazer extensão universitária?** Revista Mosaicum, 7(1), 121-140. 2019.



NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 16<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez. 2011.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; PONTES, Verônica Maria de Araújo; SILVA, Etevaldo Almeida. **A Contribuição da Extensão Universitária na Formação Acadêmica: desafios e perspectivas**. Revista Conexão UEPG. 2017. v. 13. n. 1. p. 52-65. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514154370005>. Acesso em: 25 mar. 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.



## Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus: a extensão universitária inserida em um trabalho de educação popular

*Popular classes Carolina Maria de Jesus: the university extension inserted in a work of popular education*

Leonardo Paes Niero<sup>1</sup>  
André Pereira da Silva<sup>2</sup>  
João Pedro Nogueira Leroux<sup>3</sup>

### Resumo

Este relato de experiência aborda a trajetória do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos *campus* Lagoa do Sino, no interior do estado de São Paulo desde o ano de 2016. Dentre as principais reflexões destacam-se: as relações sobre o território de atuação e sua ligação com a construção da educação popular dentro de um espaço pedagógico, o desafio em manter as atividades educativas durante a pandemia de Covid-19, as alternativas desenvolvidas e a relação da construção política da educação e sua importância na construção da extensão universitária. Esta experiência indica a potencialidade da construção de uma Universidade voltada aos interesses populares a partir da construção de uma prática educativa voltada à crítica social e ao engajamento na luta pela democratização do acesso ao ensino superior.

**Palavras-chave:** Sudoeste Paulista. Paulo Freire. Território. Democratização da educação

### Abstract

This experience report addresses the trajectory of the Popular Classes Carolina Maria de Jesus, an extension project of the Federal University of São Carlos Lagoa do Sino campus, in the interior of the state of São Paulo since 2016. Among the main reflections, the following stand out: the relations on the territory of action and its connection with

---

<sup>1</sup> Biólogo, mestre em Ecologia e Recursos Naturais, doutorando no programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - leonardoniero@usp.br

<sup>2</sup> Biólogo, mestre em Ecologia e Recursos Naturais, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - andre.p.silva@ufscar.br

<sup>3</sup> Biólogo e coordenador do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ) - lerouxjnp18@gmail.com





the construction of popular education within a pedagogical space, the challenge of maintaining educational activities during the Covid-19 pandemic, the alternatives developed and the relation of the political construction of education and its importance in the construction of university extensions. This experience indicates the potential of building a University focused on popular interests from the construction of an educational practice focused on social criticism and engagement in the struggle for the democratization of access to higher education.

**Keywords:** Southwest Paulista. Paulo Freire. Territory. Democratization of education.

## 1 Introdução

Os “Cursinhos Populares” possuem uma interessante literatura indicando grande diversidade de formatos organizativos, perspectivas educacionais, locais de atuação, relação com a extensão universitária, dentre outros temas. A caracterização do trabalho educativo do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CMJ), um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Lagoa do Sino no interior do estado de São Paulo, assim como contextualização política e pedagógica de atuação territorial, demanda reflexões teóricas e práticas para que seja possível a compreensão de sua trajetória desde o ano de 2016 e suas contribuições com o campo do saber da extensão universitária.

Uma primeira compreensão a ser apontada é o surgimento do *campus* Lagoa do Sino. Inserido dentro do território denominado “Ramal da Fome”, localizado no sudoeste paulista, o *campus* é fruto de doação do escritor Raduan Nassar, o qual era proprietário da Fazenda Lagoa do Sino, incorporada à Universidade Federal de São Carlos no ano de 2014. O projeto pedagógico da Lagoa do Sino está voltado a três principais pilares: Desenvolvimento Sustentável Territorial, Soberania e Segurança Alimentar e Agricultura Familiar (UFSCar, 2022). Desta forma, tem em sua origem o compromisso de desenvolvimento territorial a partir das condições sociais e econômicas em que está inserido.

Uma das frentes de atuação da extensão universitária da Lagoa do Sino foi a construção do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus com o objetivo de contribuir



com o desenvolvimento do território a partir da educação, em especial a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de jovens e adultos das cidades de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre, todas inseridas no “Ramal da Fome” e situadas nas proximidades do *campus*. Com o intuito de avançar na relação em que o *campus* não fosse um elemento externo, imposto ao território, mas alheio aos direitos educativos de sua população.

As diretrizes da Lagoa do Sino, assim como os anseios do CMJ em construir um espaço educativo voltado à educação popular e a percepção da importância da extensão universitária, foram importantes elementos para o início de suas atividades no ano de 2016.

## 2 Os “primeiros passos” do CMJ - território, educação e extensão universitária

O grupo inicial de construção do CMJ contava com discentes, técnico-administrativos e docentes da UFSCar. Este grupo foi responsável por iniciar os debates sobre a construção de um cursinho popular no território como uma importante ferramenta de desenvolvimento territorial, um dos pilares de implementação da Lagoa do Sino.

Um dos primeiros esforços de reflexão estava baseado na compreensão do território em que estavam inseridos. A grande maioria deste grupo vinha de outras regiões do estado ou do país para o estudo ou para o trabalho. Como mencionado exhaustivamente por Paulo Freire (1987) a construção da educação popular demanda a compreensão do “chão que pisamos” e como é a leitura do mundo do povo dentro do território de atuação do espaço educativo.

O estudo preliminar mostrou que o “Ramal da Fome” (denominação que remete ao ramal ferroviário que serve o sudoeste paulista) é a região mais pobre do estado de São Paulo, carente de uma série de direitos sociais e com extrema exploração do trabalho e do meio ambiente. Alguns destes dados são referenciados no trabalho de Mota *et al.* (2019) e indicam baixos indicadores em relação à saúde, educação e emprego.



A caracterização do povo brasileiro, que Darcy Ribeiro (2015) traz em seu trabalho, diz sobre a formação do povo caipira e sua cultura. O autor afirma que os caipiras tiveram em sua formação social a exclusão dos direitos e a sua expulsão de áreas economicamente mais dinâmicas. Um povo marginalizado da dignidade humana no processo de colonização até os dias atuais. O “Ramal da Fome” é ainda uma área de conflito agrário, de um lado os camponeses e do outro o agronegócio que avança suas fronteiras para este território.

As condições concretas de vida do povo, assim como seus elementos da cultura caipira e sua leitura de mundo, foram base na discussão sobre os objetivos educacionais do CMJ e da importância da extensão universitária no contexto de desenvolvimento da Lagoa do Sino.<sup>3</sup>

A construção da concepção educativa estava (e ainda está) baseada nos conceitos da educação popular trazidos por Paulo Freire, em especial a partir da “Pedagogia do Oprimido” (1987) e da “Pedagogia da Esperança” (2014). Foi possível construir elementos da prática pedagógica voltados para a valorização do saber popular, na perspectiva dialética da história, de educandas/os e educadoras/es como sujeitos de transformação do mundo, da importância do processo de conscientização sobre a realidade e a centralidade do engajamento político para a mudança das condições de vida (FREIRE, 1987, 2014).

---

<sup>3</sup> O nome de Carolina Maria de Jesus traz uma importante simbologia relacionada a esses objetivos. A autora de diversos livros teve seus diários “descobertos” pelo jornalista Audálio Dantas que ao deparar-se com cadernos velhos e escritos que retratavam o cotidiano das pessoas marginalizadas, em especial de Carolina e sua família, sabia que era um material muito rico e que poderia ser uma importante crítica sobre as reais condições de vida do povo brasileiro. Foi Dantas que fez a primeira edição para a publicação de “Quarto de Despejo” no ano de 1960 mantendo a forma original de escrita, erros ortográficos e gramaticais. A primeira edição teria 30 mil exemplares. Ainda no primeiro ano de lançamento, o livro teve oito edições e mais de 70 mil exemplares vendidos. Nos cinco primeiros anos o livro já havia sido traduzido em 14 idiomas e chegado a 40 países, contando também com uma ampla divulgação na imprensa brasileira e internacional. Na época, uma publicação considerável chegava a 4 mil exemplares. Carolina ultrapassou outros escritores brasileiros como Jorge Amado em interesse e publicações internacionais (MEIHY, 1998 e MACHADO, 2006).



Em relação à extensão universitária a construção de um projeto educativo como o CMJ não poderia ser realizada somente com um viés assistencialista onde a Universidade, detentora de todo o conhecimento, simplesmente fosse capaz de levar “boas ações” para o território. As reflexões sobre a extensão universitária avançaram no sentido de trazê-la numa perspectiva de transformação da realidade e de cumprimento do papel social da Universidade (FREIRE, 2014).

Com o auxílio dos elementos trazidos por Freire (2014) o CMJ passou, coletivamente, a compreender que a construção da extensão universitária deveria estar a serviço dos interesses populares e na implicação prática da compreensão crítica da sua relação com a ciência universitária e a consciência das classes populares. Deste modo, buscou garantir a conjugação de dois importantes elementos: a compreensão da leitura de mundo do território e o conhecimento já produzido pela humanidade, assim como a capacidade de criação de novos conhecimentos baseados nos reais problemas enfrentados pela sociedade brasileira, o que inclui a educação básica e a histórica exclusão das camadas populares das cadeiras universitárias.

### 3 Trajetória de construção do CMJ

A partir da apresentação das reflexões que moldaram, e ainda fazem parte do cotidiano do CMJ, foi possível construir este espaço educativo como uma importante ferramenta da extensão universitária com vistas à democratização do acesso ao ensino superior e de construção da educação popular.

No ano de 2016 o CMJ contava com uma equipe de educadoras/es, incluindo as tarefas de organização interna como secretaria e finanças, de mais de 30 servidores e discentes da UFSCar Lagoa do Sino. Neste ano foram abertas as duas primeiras turmas do CMJ abrangendo os municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre, somando mais de 80 educandas e educandos.

Até o ano de 2020 o CMJ foi estruturando sua política de formação de educadoras/es a partir da leitura de livros e artigos relacionados à educação popular, à extensão universitária e às desigualdades sociais brasileiras, incluindo a estrutural



construção do racismo, machismo e LGBTfobia como elementos de exclusão de negros, negras, mulheres e LGBTs do espaço político na sociedade, incluindo a Universidade. Sendo assim, é importante salientar que essas formações desempenharam um papel fundamental na formação profissional de educadores/as, desenvolvendo competência como coletividade, empatia, pensamento crítico e comunicação. Dessa forma, esta experiência extensionista constituiu um relevante contato dos/as estudantes universitários/as com um sistema educacional pautado numa pedagogia crítica, popular, emancipatória e, por consequência, política (FREIRE, 1987, 2014).

A construção de parcerias com as prefeituras municipais dos municípios envolvidos no projeto também foi fundamental para que, em 2017, pudéssemos receber três turmas, atingindo um total de 120 educandas e educandos. Essas parcerias foram feitas de forma a garantir transporte e alimentação gratuitos para as/os participantes do projeto. Essa estrutura manteve-se até o ano de 2019, visto que com a pandemia as atividades presenciais tiveram que ser suspensas.

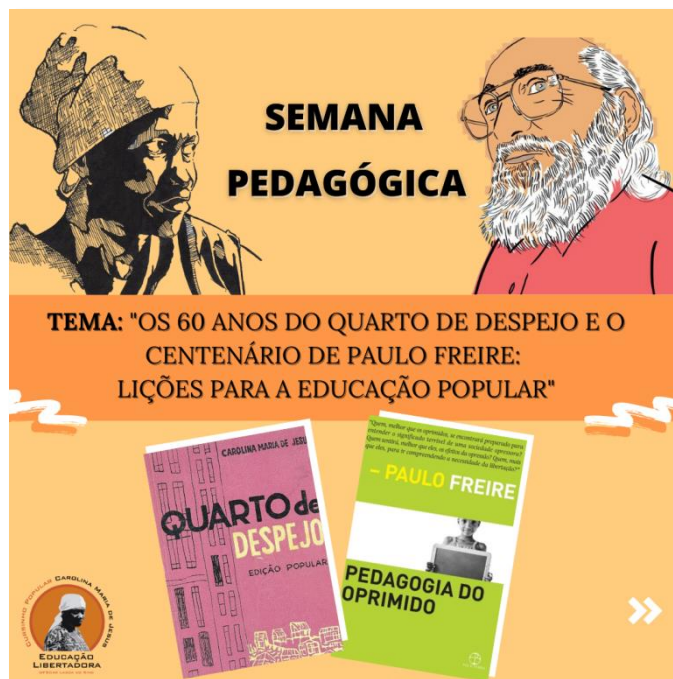
O período 2016-2019 foi marcado por dezenas de aprovações em universidades públicas e privadas. Assim como por um “desvendar” da construção pedagógica a partir da educação popular e sua relação com o território e com a visão de mundo de jovens e adultos.

Entre os principais desafios encontrados neste período pode-se destacar a construção de um modelo pedagógico capaz de conciliar a preparação para o ENEM com a discussão sobre a realidade vivenciada e as contradições sociais. Para isso, eram realizadas “Aulas Inaugurais” onde explicava-se os objetivos do CMJ, as “Semanas Pedagógicas” (Imagem 1) para a formação de educadoras/es a partir da leitura teórica que já foi assinalada no texto e as “Semanas de Acolhimento” realizadas no início dos períodos letivos com o intuito de elucidar o funcionamento do CMJ e sua perspectiva educacional e política. Também foram construídos os “Debates Temáticos” realizados às sextas-feiras trazendo temas como meio ambiente, discriminação étnico-raciais, o papel das mulheres e LGBTs na sociedade, apresentações dos cursos da Lagoa do Sino, projetos de pesquisa desenvolvidos por educadoras/es, juventude, educação e uma série de outros temas que eram debatidos previamente com educandas/os para que



pudessem opinar quais temas seriam mais relevantes. Além da realização de duas “Feiras de Profissões” com a presença de diversos profissionais nas mais variadas áreas para que pudessem explicar o cotidiano dos cursos e campos profissionais.

**Imagem 1** – Divulgação da “Semana Pedagógica” realizada no ano de 2021.



Fonte: Acervo digital do Cursinho Carolina Maria de Jesus (2021)

Dentro da sala de aula o desafio da construção da educação popular também se fazia presente. A equipe pedagógica do CMJ possui uma rotatividade bem grande e não há no *campus* Lagoa do Sino nenhum curso voltado à formação docente (licenciaturas). Por isso, a construção pedagógica foi um desafio assumido coletivamente pelo conjunto do CMJ, de forma a trazer a crítica a perspectiva bancária da educação, elucidada por Freire (1987) e os elementos da cultura popular na construção de uma outra perspectiva pedagógica capaz de desvelar a realidade e, ao mesmo tempo, dar melhores condições para educandas/os para o acesso ao ensino superior.

Um elemento a ser ressaltado para a superação deste desafio foi a participação ativa de educandas/os na resolução de problemas e na construção dos conteúdos



pedagógicos. Eram rotineiras as reuniões com as turmas para que pudessem avaliar os educadores/as, as posturas de alguns educandos/as e as sugestões para que o CMJ pudesse avançar em seus objetivos. As ideias levantadas nas reuniões da coordenação pedagógica do CMJ eram debatidas com o conjunto de educandas/os e educadoras/es para que as decisões tomadas fossem fruto de um amadurecimento coletivo sobre os desafios da prática.

O lado de fora da sala de aula também foi (e continua sendo) um espaço que deve ser valorizado. Muitos educandos/as relatam a diferença com as escolas tradicionais a partir do acolhimento feito no CMJ, a possibilidade de ouvir e falar sobre os problemas, o cuidado e o zelo com a participação e a relação com as famílias. Inúmeros casos de contradições sociais que envolviam educandas/os chegaram até a coordenação pedagógica do CMJ como a discriminação e preconceitos vividos, a dificuldade em acompanhar os conteúdos, problemas de saúde com familiares, problemas financeiros que impediam os estudos, maridos/namorados que não permitiam que suas companheiras pudessem estudar, entre outros casos. Novamente esses problemas eram coletivizados com a equipe do cursinho para que pudessem ter um melhor acompanhamento por parte da coordenação e a sensibilidade necessária na construção das atividades educativas.

#### **4 Pandemia e trabalho educativo a distância**

No início de 2020 as atividades presenciais do CMJ foram suspensas em decorrência da grave crise instaurada pela Covid-19. Foi um momento de grande instabilidade na condução do CMJ, visto que não existia nenhuma experiência prévia de construção das atividades de forma virtual. Um dos debates levantados na coordenação pedagógica era: é possível construir a educação popular a distância?

Em um primeiro momento parecia uma tarefa quase impossível de ser realizada. Em relatos de outros cursinhos populares muitos deixaram de construir suas atividades por não terem condições de transitar seu modelo educativo do presencial para o virtual. Porém, havia um compromisso com os setores populares e mesmo que



o alcance das nossas atividades fosse reduzido era preciso manter o CMJ ativo e em permanente reflexão sobre seus desafios.

Os repasses que chegavam das escolas, as notícias, pesquisas e os próprios relatos de estudantes mostravam que o ensino remoto aprofundou ainda mais as desigualdades educacionais de nosso país. Os setores populares foram os que mais sofreram com a ausência de equipamentos e de conexão com a internet, espaços adequados para o estudo em casa e a necessidade de trabalho (em competição com o estudo) em um momento também de crise econômica.

Para o enfrentamento desta realidade o CMJ passou a organizar a equipe pedagógica de forma a construir os conteúdos de forma virtual e garantir a divulgação das atividades (Imagem 2). Foram produzidos vídeos, apresentações, mapas mentais, cartilhas, vídeo aulas, jogos interativos e uma série de materiais que ficaram disponibilizados em ambientes virtuais de aprendizagem. Além disso, semanalmente eram realizados espaços síncronos para diálogo sobre conteúdos, realização de exercícios e debates temáticos.

Mesmo com o esforço da equipe do CMJ a prática mostrou um contexto parecido com o que era visto nas escolas públicas. A participação de educandas/os no ano de 2020 foi baixíssima. Em 2021, com mais experiência, o CMJ conseguiu estruturar melhor seu processo de diálogo com educandas/os e construir metodologias mais ajustadas à realidade. A participação não foi tão relevante, visto que anualmente mais de 400 estudantes passavam pelos espaços do CMJ, porém foi possível atender pessoas de outras regiões do país, ampliando o projeto que contou com a aprovação de cinco educandas em instituições de ensino superior, a maioria em instituições públicas.





**Imagem 2** – Card de divulgação para inscrições de educandas e educandos para as aulas virtuais.

**Cursinho Popular**  
Carolina Maria de Jesus  
**PRORROGAÇÃO**  
**INSCRIÇÕES**  
PARA TURMA 2021  
Até **16/04**  
Através do formulário:  
<https://forms.gle/Ky786oHRzz511FLA8>

**Aulas GRATUITAS, com foco no ENEM.**  
Durante o período de Pandemia, as aulas serão na modalidade à distância, assim que possível, retornaremos presencialmente.

Fonte: Acervo digital do Cursinho Carolina Maria de Jesus (2016)

Além disso, os dois anos de construção do CMJ na pandemia foram importantes para as discussões com a equipe pedagógica. Foi possível desenvolver uma série de reflexões sobre como superar os desafios impostos pela pandemia e como manter o projeto “vivo”, capaz de construir a educação popular e ser um projeto extensionista voltado às demandas populares. Uma série de formações foram realizadas, assim como as inúmeras reuniões sobre o debate de como construir uma metodologia ajustada à realidade, sempre em diálogo com educandas e educandos.

## 5 Considerações finais

O relato da experiência do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus buscou trazer elementos da prática política e pedagógica a partir da extensão universitária no “que fazer” da educação popular.



O estudo do território e da concepção de educação são elementos fundamentais na condução da educação popular, assim como muitos outros elementos de análise da sociedade a partir de um viés de oprimidos e oprimidas. E assumem importante papel na construção prática do espaço pedagógico. Nessa união cultural das ideias surgem os desafios cotidianos, de ordem política e pedagógica, que apontam saídas a partir da tomada coletiva de decisões e nas discussões sobre a realidade e a transformação social, também de ordem política e pedagógica.

A Universidade é um espaço político e, por isso, importante de ser disputado politicamente pelos setores populares. As práticas de extensão podem abrir portas para, como no caso do CMJ, ampliar as chances de participação desses setores nas cadeiras universitárias, assim como para o debate sobre o papel social da Universidade e a construção de uma pedagogia voltada à criticidade e à criatividade, elementos pouco vistos na educação tradicional dos dias de hoje.

## Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário**. *Psicologia & sociedade*, v. 18, p. 105-110, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio**. *Revista USP*, n. 37, p. 82-91. 1998.

MOTA, Ilka de Oliveira; PEREIRA, André; NIERO, Leonardo Paes. **Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus da UFSCar Lagoa do Sino: sujeito, sentido e imaginário**. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé*, v. 11, n. 1, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Lagoa do Sino, 2022. O campus.  
Disponível em <<https://www.lagoadosino.ufscar.br/o-campus>> . Acesso em: 02 de abr. de 2022.



## Educação Feminista em Direitos Humanos: da literatura à litigância estratégica

*Feminist Education in Humans Rights: from literature to strategic litigation*

Raisa Duarte da Silva Ribeiro<sup>1</sup>

Ariel Linda Gomes de Oliveira<sup>2</sup>

Nathália dos Santos Machado da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

Trata-se de relato de experiência de extensão dos projetos "Feminismo Literário" e "Feminismo Interamericano" (UNIRIO) que visam a educação feminista em direitos humanos. O "Feminismo Literário" surge com o objetivo de indicar e refletir obras feministas, utilizando as redes sociais como ferramenta de disseminação do conhecimento. O "Feminismo Interamericano", por sua vez, tem por objetivo realizar litigância estratégica em direitos humanos junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), em especial com a elaboração de memoriais nos casos consultivos e contenciosos levados à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) sobre a temática de gênero.

**Palavras-chave:** Feminismo Literário. Feminismo Interamericano. Teorias Feministas. Práticas Extensionistas.

### Abstract

This is a experience report of extention about the projects "Feminismo Literário" and "Feminismo Interamericano" (UNIRIO), which seeks a feminist education in human rights. The "Feminismo Literário" began with the proposal of indicating and reflecting feminist works, using social networks as a tool for disseminating knowledge. The "Feminismo Interamericano", in turn, aims to carry out strategic litigation on human rights before the Inter-American of HumanRights (IAHR), in particular with the elaboration of memorials, in consultative and contentious cases brought to the Inter-American Court of Human Rights (IDH Court) on the subject of gender.

---

<sup>1</sup> Docente de Direito Constitucional e Direitos Humanos do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCJP-UNIRIO). Doutoranda em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD-UFRJ). Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF). Especializada em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Coordenadora dos projetos "Feminismo Literário" e "Feminismo Interamericano". Pesquisadora do Núcleo Interamericano de Direitos Humanos (NIDH-FND/UFRJ) - raisa.ribeiro@unirio.br.

<sup>2</sup> Discentes do curso de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - arielgomes@unirio.br; nathaliasms@edu.unirio.br.



**Keywords:** Literary Feminism. Inter-American Feminism. Feminist Theories. Extension practices.

## 1 Introdução

A educação feminista é de suma importância, uma vez que toda educação passada a diante não é neutra. A educação tradicional é misógina, racista e homofóbica, fruto de uma sociedade assim estruturada. Com efeito, a educação feminista se apresenta como uma ferramenta essencial de construir valores de igualdade e passá-los adiante (HOOKS, 2017, 2018).

O Direito foi criado em uma ordem androcêntrica, sendo sustentado por uma visão patriarcal de mundo (OLSEN, 1990). Nesse contexto, as teorias feministas denunciam dois problemas: a existência de normas que discriminam a mulher e a aplicação de normas de forma discriminatória. Assim, ao observarem que em todos os níveis da atividade jurídica – seja doutrinária, legislativa ou de aplicação – há elementos que produzem e reproduzem a discriminação contra a mulher (SABADELL, 2017, p. 231) as teorias feministas tecem críticas às epistemologias dominantes e propõem alternativas para a eliminação de formas de opressão e construção de uma sociedade igualitária.

Nesse sentido, a educação feminista no Curso de Direito é primordial para a construção de um direito que não continue sendo pautado pelas lentes masculinas, brancas e heterossexuais excludentes de mundo, de forma a promover também a concretização dos direitos humanos das mulheres. Nessa perspectiva, a primeira autora, Raisia D. Ribeiro, professora do CCJP-UNIRIO, fundou os projetos de extensão “Feminismo Literário” e “Feminismo Interamericano” a fim de propagar a educação feminista na universidade.



## 2 Feminismo Literário

Em meio à pandemia do novo coronavírus em 2020, o projeto Feminismo Literário foi idealizado pela primeira autora, Raisa D. Ribeiro, que, por meio das redes sociais, especialmente com a utilização do Instagram @feminismoliterario, passou a divulgar conhecimento feminista, refletindo sobre obras feministas (desde livros clássicos até ficções) e outras manifestações artísticas. Ao ser nomeada como professora para o CCJP-UNIRIO, no final de 2021, incorporou o projeto à universidade<sup>3</sup>.

As segunda e terceira autoras, Ariel Oliveira e Nathália Machado, são extensionistas desse projeto<sup>4</sup>. Além de fazerem parte do grupo de leitura, elaborando resumos, fazendo entrevistas e colaborando em questões técnicas, participam de reuniões que buscam determinar as obras literárias, a organização dos participantes, distribuição de capítulos a serem lidos e auxiliam na gravação do podcast “Debates Feministas”.

A cada semestre são selecionadas as obras feministas que serão debatidas no grupo de estudo. No segundo semestre de 2020, debatemos o livro “O Contrato Sexual”, de Carole Pateman. No primeiro e no segundo semestre de 2021, discutimos o livro “*Toward a feminist theory of the state*”, de Catharine MacKinnon e artigos escritos por outras feministas radicais relacionados aos temas da obra. Neste primeiro semestre de 2022, começamos a leitura da obra “Judith Butler e a Teoria Queer” de Sara Salih, e vamos ler trechos selecionados das principais obras de Judith Butler<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Raisa D. Ribeiro, professora coordenadora do Feminismo Literário, incorporou esse projeto à UNIRIO nas modalidades de pesquisa e de extensão a partir de 2021. Enquanto pesquisa (P0018/2021) o projeto foca na leitura das obras feministas; enquanto extensão (X0103/2021) volta-se ao diálogo nas redes sociais com a utilização do Instagram e de gravações de *podcasts* a partir das reflexões dos debates produzidos nos grupos de leitura.

<sup>4</sup> O projeto de extensão Feminismo Literário foi contemplado com uma bolsa de extensão PIBEX pelo edital n.º. 32/2021. A terceira autora, Nathália Machado, foi selecionada em processo seletivo amplamente divulgado pelo Diretório Acadêmico que consistiu em análise curricular e entrevista e contou com critérios de desempate de menor renda familiar comprovada, maior coeficiente de rendimento e maior tempo de participação no projeto como voluntário.

<sup>5</sup> Pretendemos ler trechos selecionados das obras “Problemas de Gênero”, “Corpos que Importam” e “Discurso de ódio – uma política do performativo” de Judith Butler.



Os encontros para a leitura ocorrem semanalmente e a participação dos integrantes proporciona um diálogo frutífero, visto que possuem diferentes perspectivas acerca dos temas abordados e contribuem com seus entendimentos e reflexões. Como forma de disseminar as informações e o conhecimento adquirido durante o grupo de leitura para a comunidade em geral, idealizamos, no final de 2021, o podcast “Debates Feministas”.

O principal objetivo deste podcast é publicizar as principais reflexões discutidas nos encontros semanais de leitura do projeto, estimulando nos telespectadores o interesse à leitura e a análise crítica destas obras que muitas vezes não recebem o devido reconhecimento e em diversos casos não estão nem traduzidas para o português<sup>6</sup>. O podcast é produzido e desenvolvido com a contribuição de bolsistas e voluntários a cada nova temporada. Cada episódio da temporada é gravado com a presença de dois integrantes do projeto de extensão que desempenham os papéis de relator do capítulo em debate e moderador/debatedor do programa.

A primeira temporada do podcast referente a obra “O Contrato Sexual” de Carole Pateman, estreou em janeiro de 2022<sup>7</sup> e conta com dez episódios, sendo eles oito referentes aos capítulos, um de apresentação da equipe responsável pelo projeto e um aprofundando na apresentação da autora e do prefácio do livro. Essa temporada foi elaborada com grande empenho pela equipe e pelos participantes do grupo, as questões técnicas sendo desenvolvidas com cuidado, assim como as artes de divulgação do podcast.

---

<sup>6</sup> Exemplo disso são as obras de Catharine MacKinnon, ativista feminista e advogada estadunidense, personagem de grande importância no ativismo da luta feminista por direitos que influenciou positivamente na alteração da realidade social dos Estados Unidos possibilitando a adoção de demandas feministas no meio jurídico, com destaque ao reconhecimento do fenômeno do assédio sexual. A sua obra clássica “*Toward a feminist theory of the state*”, cuja primeira edição data de 1989 não foi traduzida até hoje para o português. No grupo de leitura utilizamos a versão original e a tradução existente para a língua espanhola, mas a ausência de tradução para português é um empecilho para o acesso ao conhecimento feminista.

<sup>7</sup> Os vídeos encontram-se disponíveis em <<https://youtu.be/shNi0IeaVuA>>.



Na segunda temporada abordaremos a obra *“Toward a feminist theory of the state”*, de Catharine MacKinnon. Os episódios já foram gravados e estão programados para publicação a partir do segundo semestre de 2022. Esta temporada é composta por quatorze episódios, sendo o primeiro uma apresentação da autora e a introdução do livro e os demais debatendo os capítulos da obra.

### 3 Feminismo Interamericano

Por sua vez, o projeto de extensão “Feminismo Interamericano” possui o objetivo de realizar litigância estratégica em Direitos Humanos com foco nos direitos das mulheres junto ao SIDH<sup>8</sup>.

O projeto surgiu a partir da perspectiva do Direito como um instrumento de modificação da realidade social e dos Direitos Humanos como resultado de processos de luta, objetivando participar ativamente de casos consultivos e contenciosos analisados pela Corte IDH que tratem da temática de gênero com a elaboração de memoriais.

Os movimentos feministas latino-americanos, em sua multiplicidade, compreendem variadas dimensões da luta contra a violência e discriminação de gênero (RIBEIRO, 2021). Nesse cenário, o Feminismo Interamericano surge como uma nova vertente feminista, desenvolvida a partir do engajamento das lutas das mulheres na esfera internacional interamericana, que visa a transformação da realidade social através da atuação no SIDH e da difusão crítica dos seus padrões na América Latina, que construa uma maior paridade entre homens e mulheres (PIOVESAN, 2021; RIBEIRO, LEGALE, 2022).

Pressões e articulações do movimento de mulheres nesse sentido já produziram mudanças na região como a criação da Convenção Interamericana para

---

<sup>8</sup> O Feminismo Interamericano também era um projeto já desenvolvido pela primeira autora, Raisia D. Ribeiro, que o incorporou nas modalidades de pesquisa e de extensão ao tomar posse na UNIRIO. Ambos os projetos foram cadastrados em 2021. Enquanto pesquisa (P0008/2021) realiza a leitura e discussão dos casos levados ao SIDH; enquanto extensão (X0032/2021) volta-se à litigância estratégica em direitos humanos, postulando a participação como *amicus curiae* nos casos brasileiros de gênero em trâmite na Corte IDH.





Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (LAGARDE, 2015). Flavia Piovesan, comissária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018-2021), cita a elaboração de mecanismos internacionais mais antigos como fruto da ação organizada de feministas latino-americanas<sup>9</sup> (PIOVESAN, 2021, p. 33).

Nesse sentido, a necessidade de interação desse projeto com os movimentos sociais, as organizações não governamentais e a sociedade civil é fundamental para direcionar os memoriais a serem elaborados no âmbito do projeto. Os movimentos sociais são importantes interlocutores na medida em que apresentam um termômetro hábil para demonstrar quais são as questões mais urgentes e atuais em nossa comunidade. De outro lado, os principais petiçãoários no SIDH são as organizações não governamentais (CARDOSO, 2012, p. 92-98), as quais selecionam casos graves e representativos para submissão no sistema, no intuito de impulsionar a alteração da realidade social nos países latino-americanos.

Importante considerar que o projeto depende da demanda atendida pela Corte IDH no momento e conexão dos temas analisados com questões de gênero. Quando um caso chega à Corte IDH, existe um trâmite específico até que seja realizado o julgamento, que inclui a designação de audiências públicas, perícia e o recebimento de memoriais de *amicus curiae*<sup>10</sup>.

É na fase dos memoriais que o projeto pretende atuar. Quando a Corte IDH aceita um caso de gênero passamos a nos organizar para a elaboração dos memoriais praticando o seguinte procedimento: i) seleção da equipe de trabalho com maiores responsabilidades atribuídas aos integrantes fixos e bolsistas do projeto<sup>11</sup>; ii) elaboração da estrutura do memorial pela coordenadora do projeto; iii) realização de reuniões para explicar os objetivos do memorial e dividir os grupos; iv) orientação e

---

<sup>9</sup> Por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é resultado de reivindicação efetuada na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1975, realizada no México.

<sup>10</sup> Cf. artigos 44, 51 e 73.3 do Regulamento da Corte IDH.

<sup>11</sup> O projeto de extensão Feminismo Interamericano foi contemplado com uma bolsa de extensão PIBEX pelo edital n.º. 32/2021, tendo sido a segunda autora, Ariel Oliveira, selecionada em processo seletivo realizado para tal fim.



revisão das pesquisas<sup>12</sup>; v) elaboração da pesquisa final; vi) revisão técnica; vii) revisão gramatical; viii) coleta de documentos e assinaturas para o memorial; ix) encaminhamento do memorial para a Corte IDH dentro do prazo; x) caso aceito pela Corte IDH, defesa do memorial em audiência pública; xi) possibilidade de publicação do trabalho final.

No ano de 2021, em parceria com o NIDH-FND/UFRJ, o projeto coordenou a elaboração de memorial do caso *Márcia Barbosa vs. Brasil*, que versa sobre o feminicídio de uma mulher jovem negra que em decorrência da aplicação de um sistema de imunidades parlamentares que exigia licença prévia da Assembleia Legislativa para que o Tribunal de Justiça pudesse processar e julgar ações penais contra parlamentar estadual teve o acesso à justiça negado. O memorial foi posteriormente adaptado e transformado em livro, publicado na forma *e-book* no site da *Amazon* (CAMPOS; RIBEIRO; LEGALE, 2021).

Recentemente, encontra-se em trâmite na Corte IDH o caso *Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira vs. Brasil*, que versa sobre discriminação de mulheres negras em razão de sua raça para vaga de emprego e negativa de acesso à justiça e das garantias processuais. Pretendemos postular participação como *amicus curiae* também no referido caso e, para fortalecer os argumentos que iremos utilizar, já realizamos uma simulação jurídica desse caso

Além da participação em casos concretos no SIDH o projeto possui outras atividades de impacto na formação do estudante e na transformação social como a publicação de obras acadêmicas<sup>13</sup> e a realização de eventos acadêmicos<sup>14</sup>. Desse modo,

---

<sup>12</sup> Cada equipe conta com uma coordenação específica, geralmente a cargo de professores e pesquisadores de maior qualificação que se voluntariam para participar do projeto. A coordenação geral fica a cargo da professora Raisa D. Ribeiro.

<sup>13</sup> Nesse sentido, se destaca a publicação de obras fruto do projeto e/ou com a presença de artigos escritos por integrantes do projeto: PIOVESAN RIBEIRO e LEGALE, 2021; PIOVESAN RIBEIRO e LEGALE, 2022; CAMPOS, RIBEIRO e LEGALE, 2021.

<sup>14</sup> Nesse sentido, destacamos os eventos: II Seminário Internacional sobre Feminismo Interamericano (2021); evento comemorativo de aniversário da Convenção Americana de Direitos Humanos (2021); III Seminário Internacional sobre Feminismo Interamericano (2022).



o projeto promove não somente a litigância estratégica em Direitos Humanos, mas a produção acadêmico-científica de forma geral.

## 4 Considerações Finais

Dessa maneira, o grande objetivo das extensionistas é auxiliar na divulgação e desenvolvimento destes projetos que propiciam a disseminação do feminismo em sua esfera cultural e prática. Ambos os projetos, enquanto pesquisa e extensão interrelacionadas, visam a formação do estudante mediante uma educação feminista. Seja através da literatura de obras feministas e de autoras mulheres ou da elaboração de peças jurídicas para o sistema de justiça interamericano, os projetos exigem a realização de pesquisas aprofundadas e reflexões críticas a respeito da sociedade patriarcal e a consequente discriminação em razão do gênero.

A educação feminista é uma forma de criar valores, diversos da axiologia masculina excludente dominante na sociedade atual. A discussão das violências sofridas pelas mulheres a partir da leitura de obras feministas ou a partir da prática jurídica em casos da temática no SIDH permite a construção de um novo paradigma de luta contra a subordinação feminina. Acredita-se que, através da educação feminista, é possível trilhar caminhos para a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

## Referências

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

BARRY, Kathleen. **Female Sexual Slavery**. Avon Books. Nova York, 1979.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women and rape**. Simon and Schuster, 1975.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio - uma política do performativo**. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.



BUTLER, Judith. **Corpos que importam - Os limites discursivos do "sexo"**.

Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago França. N-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - feminismo e subversão de identidade.**

Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos.** Belo Horizonte: Editora Forum, 2012.

CAMPOS, Lara; RIBEIRO, Raísa D.; LEGALE, Siddharta. **Feminicídio e Imunidades Parlamentares: uma análise do caso Márcia Barbosa vs. Brasil na Corte IDH.**

NIDH-Feminismo Literário, 2021.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** 2009.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Barbosa de Souza e outros Vs. Brasil.** Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 7 de setembro de 2021. San Jose da Costa Rica, 2021.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: Men possessing women.** E. P. Dutton, Nova York, 1981.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo - políticas arrebatadoras.** Tradução para português: Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir - a educação como prática da liberdade.**

Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Martins Fontes, 2017.

MACKINNON, Catherine A. **Butterfly Politics.** Harvard University Press, 2017

MACKINNON, Catharine A. **Hacia uma teoria feminista del Estado.** Tradução para o espanhol por Eugenia Martín. Ediciones Cátedra, Universidade de Valência, Instituto de la Mujer, 1995. Original: MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state.** Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1991.

MILLETT, Kate. **Política sexual.** Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torre. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

MORGAN, Robin. **Going Too Far: The Personal Chronicle of a Feminist.** Open Road Media, 2014.



OLSEN, Frances. **The sex of law**. In: KAIRYS, David (Org.) The politics of law. New York: Pantheon Books, 1990.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

PIOVESAN, Flávia. Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres no Sistema Interamericano. In: PIOVESAN, Flávia; RIBEIRO, Raisia D.; LEGALE, Siddharta. (Orgs). **Feminismo Interamericano: exposição e análise crítica de casos de gênero da Corte IDH**. Amazon E-books: NIDH - UFRJ, 2021.

LAGARDE, Marcela. **Conversatorio Marcela Lagarde: Femicídio**. FLACSO Ecuador, 2015. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=f3jsrOQYVKE&feature=youtu.be>>. Acesso em 30 mar 2022.

RIBEIRO, Raisia D.; LEGALE, Siddharta. In: PIOVESAN, Flávia; RIBEIRO, Raisia D.; LEGALE, Siddharta. (Orgs). **Feminismo Interamericano: exposição e análise crítica de casos de gênero da Corte IDH**. 2ª edição. Amazon E-books: NIDH - UFRJ, 2022.

RIBEIRO, Raisia D. **Feminismos: o que as feministas querem?** Amazon E-books: Feminismo Literário, 2021.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica - Introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Criminología: Aproximación desde um margen**. Bogotá: Editorial Temins, 1993.



## O uso da internet no combate à violência infantil: relato de experiência em tempos de pandemia.

*The use of the internet in combating child violence: experience report in pandemic times.*

Isabella Carolina Roma Campos da Costa<sup>1</sup>  
Júlia Ribeiro Cavalcante<sup>1</sup>  
Lia Leão Ciuffo<sup>2</sup>  
Ana Leticia Monteiro Gomes<sup>3</sup>  
Tania Vignuda de Souza<sup>4</sup>  
Marialda Moreira Christoffel<sup>5</sup>

### Resumo

O Projeto de Extensão “Cultura da Paz entre crianças e adolescentes: a Enfermagem na Prevenção da violência na escola” atua nas escolas municipais do Rio de Janeiro a fim de promover a prevenção de violências à criança. Entretanto, a pandemia da Covid-19 mudou a forma de empreendimento das ações permitindo a experiência do formato híbrido e o uso das mídias sociais aliado ao combate dos vários tipos de violência. Objetivo deste texto é descrever a experiência do processo de elaboração de materiais educativos voltados para a prevenção de violências à criança e o uso de mídias sociais. Trata-se de um relato de experiência sobre a construção de materiais educativos durante a pandemia da Covid-19. Histórias em vídeos e outros materiais foram produzidos e amplamente divulgados no canal no Instagram® (@culturadapazufrj), Whatsapp®, Youtube® e Facebook®, demonstrando a capacidade de adaptação do projeto à possibilidade do combate às violências de maneira virtual.

**Palavras-chave:** Enfermagem pediátrica. Rede social. Violência. Criança.

<sup>1</sup> Discentes de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - isabellaroma9@gmail.com; juliarcaval78@gmail.com

<sup>2</sup> Professora associada do Departamento de Enfermagem Materno Infantil da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - leaociuffo@gmail.com

<sup>3</sup> Professora adjunta do Departamento de Enfermagem Materno Infantil da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - analeticia.eean.ufrj@gmail.com

<sup>4</sup> Professora associada do Departamento de Enfermagem Materno Infantil da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - tvignuda2013@gmail.com

<sup>5</sup> Professora associada do curso de Enfermagem do campus Macaé/RJ da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Macaé - marialdanit@gmail.com



## Abstract

The Extension Project “Culture of Peace among Children and Adolescents: Nursing in the Prevention of Violence at School” works in municipal schools in Rio de Janeiro to promote the prevention of violence against children. However, the COVID-19 pandemic changed the way actions are undertaken allowing the experience of the hybrid format and the use of social media allied to the fight against various types of violence. Objective: to describe the experience of the process of elaborating educational materials aimed at preventing violence against children and the use of social media. This is an experience report on the construction of educational materials during the COVID-19 pandemic. Stories in videos and other materials were produced and widely disseminated on the channel on Instagram® (@culturadapazufrij), Whatsapp®, Youtube® and Facebook® demonstrating the project's ability to adapt to the possibility of combating violence in a virtual way.

**Keywords:** Pediatric nursing. Social networking. Violence. Child.

## 1 Introdução

A violência contra crianças configura-se como grave problema de saúde coletiva e de violação aos direitos humanos. É considerando um fenômeno multifacetado e que, devido à sua complexidade e abrangência global, requer medidas efetivas do setor saúde (WHO, 2017).

A World Health Organization (WHO) utiliza o conceito de violência de Krug et al (2002), conforme destacado:

Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *et al.*, 2002, p.5).

Assim é de extrema importância ter conhecimento desse conceito, uma vez que a violência se manifesta de diferentes maneiras nos âmbitos social, familiar, comunitário e escolar (BRASIL, 2010; WHO, 2017).



De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu 5º artigo:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

A violência afeta, de maneira especial, os grupos vulneráveis, estando presente no cotidiano de muitas crianças, especialmente no ambiente doméstico, no qual os agressores são aqueles que muitas vezes são responsáveis pelos seus cuidados. Todavia, também se faz necessário refletir sobre o ambiente da escola, já que nele as crianças passam a maior parte do seu dia, sendo local privilegiado que possibilita sua inserção e interação social, mas que também pode ser palco de variados tipos de violência, especialmente o *bullying*, acarretando, inclusive, em repercussões no desempenho escolar (BRASIL, 2010; ZEQUINÃO *et al.*, 2017).

Entre as consequências da exposição precoce ou contínua das violências na vida e na saúde da criança e do adolescente, no campo da saúde mental e emocional, podem-se citar o desenvolvimento de ansiedade, episódios depressivos, tentativas de suicídio, além de problemas sociais e cognitivos (BRASIL, 2009; WHO, 2017; ZEQUINÃO *et al.*, 2017).

Postas essas reflexões, em 2016, o Projeto de Extensão “Cultura da Paz entre crianças e adolescentes: a Enfermagem na Prevenção da Violência na Escola” foi criado e está vinculado atualmente ao Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As atividades são propostas em formato presencial e têm como cenário de atuação escolas municipais do Rio de Janeiro através de ações educativas em saúde com estratégias lúdicas a partir de jogos, dinâmicas, uso de fantoches, brinquedos, rodas de conversa e elaboração de cartilhas, folders, cartazes e outros materiais de modo a abordar as principais violências (física, psicológica, negligência e sexual) e outras demandas apresentadas pelas escolas.

No entanto, em 2020, com a pandemia da Covid-19 foram necessárias medidas de contenção da disseminação desse vírus requerendo o isolamento social e ações





urgentes para evitar uma crise mais ampla nos direitos da criança, incluindo sua segurança, aumento de pobreza, exposição à violência além do comprometimento da saúde (UNICEF, 2020). Praças, ruas, escolas, shoppings e outros, que eram locais comuns de uso das crianças e adolescentes, passaram a ser de uso restrito. Por outro lado, o lar passou a ser o local de maior convivência familiar, o que desencadeou novos focos de estresse aos pais e familiares responsáveis devido aos cuidados às crianças e falta da rede de apoio de escolas e creches (ALIANÇA PARA PROTEÇÃO DA CRIANÇA EM AÇÕES HUMANITÁRIAS, 2020).

Os fatores de risco para a ocorrência de casos de violência intrafamiliar, sejam contra mulheres, idosos e, também, crianças, aumentaram em função do maior tempo de contato com o agressor devido à pandemia por Covid-19 (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021; PLATT, GUEDERT e COELHO, 2021).

O sociólogo alemão Émile Durkheim (1858-1917) traz à luz em seus estudos questões a respeito das “Instituições Sociais”, que são importantes instrumentos na formação social do indivíduo enquanto pertencente a um corpo social. Durkheim relata que a escola é a segunda Instituição Social, por excelência, responsável por transmitir os conhecimentos e saberes sociais, como as normas de comportamento, legais e educação, além de preparar para as próximas etapas de socialização. Sob esse prisma, é de extrema importância ilustrar que nessa etapa social ocorre a formação dos grupos sociais, a identificação de tribos, noções de hierarquização (a exemplificar na escola, aluno-professor), entre outros. Por essas razões, está intrinsecamente ligado aos vínculos estabelecidos com os profissionais de educação e ao próprio ambiente escolar o estabelecimento da escola como um canal de denúncia e de percepção quanto às violências sofridas pelos infantes em ambientes externos ao escolar. Sendo o docente o principal ouvinte e canal de denúncia (OLIVEIRA, 2020).

Frente ao cenário pandêmico, mudanças na dinâmica do projeto de extensão foram realizadas a fim de respeitar as medidas sanitárias e continuar o combate à violência adotando-se o uso da internet como importante instrumento. Para isso, os alunos extensionistas adaptaram as ações para o modo remoto com o uso de cards, vídeos, participação em webinários, histórias e outros.



Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo descrever a experiência do processo de elaboração de materiais educativos na prevenção de violências e o uso das mídias sociais.

## 2 Desenvolvimento

Para o levantamento das informações sobre educação em saúde, foi realizada uma revisão bibliográfica de publicações científicas na temática de prevenção da violência à criança nas plataformas PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), além de documentos publicados pelo Ministério da Saúde (MS), World Health Organization (WHO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras (SOBEP), Organização Panamericana de Saúde (OPAS), entre outros.

Desse modo, foi realizada leitura crítica e discussão entre equipe docente e discente que compõem o projeto a respeito da possibilidade de aprofundar no tema e estruturar as ações educativas considerando os variados tipos de violência à criança. Logo após, os alunos extensionistas selecionaram o tipo de natureza dos materiais educativos, tais como livros de história digital, apresentações multimídias, dentre outros e iniciaram o processo de criação.

Cabe destacar que a abordagem também foi direcionada às famílias das crianças, alunos universitários, profissionais de saúde e educação com vistas a esclarecer sobre a importância da prevenção da exposição às situações de violência doméstica e promoção da cultura da paz para fortalecer os laços, estreitar vínculos e promover um ambiente saudável para o crescimento e desenvolvimento da criança.

Todos os materiais produzidos foram analisados pelos professores de Enfermagem que atuam na extensão universitária e, posteriormente, divulgados nos perfis do Projeto em suas redes sociais como Instagram® (@culturadapazufrj),



Facebook®, Youtube® e grupos no Whatsapp®, que foram criados, além de compartilhamento de materiais nos canais da PR-5 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo e-mail e aplicativos de mensagem, assim como a participação em eventos online como webinários, simpósios e seminários temáticos.

Antes de realizar a postagem dos conteúdos, foram avaliados os horários de maior interação com o público-alvo nas redes sociais e foram elaboradas propagandas sobre novas postagens com intuito de melhorar o engajamento e alcance de divulgação e interação com o público. Tais estratégias permitiram o contato com alunos de diversas universidades do Brasil e a troca de conhecimentos com profissionais de saúde, de educação e com a comunidade familiar.

As diversas violências são abordadas em cards e vídeos no Instagram®, além de também participação em campanhas de conscientização e promoção de saúde. As imagens a seguir ilustram o trabalho realizado.

**Imagem 1** - Capa do post “Campanha Setembro Amarelo”.



Fonte: Instagram®@culturadapazufrj (2021)



Imagem 2 - Capa do post “6 Passos Para Combater o Bullying”.



Fonte: Instagram® @culturadapazufrj (2021)

Imagem 3 - Capa do post “Atendimento à Pessoa Vítima de Violência Sexual”.



Fonte: Instagram® @culturadapazufrj (2021)



Imagem 4 – Capa do post “Dia Mundial de Combate ao Bullying”.



Fonte: Instagram® @culturadapazufRJ (2021)

Imagem 5 – Capa do vídeo “Como se defender da violência sexual infantil”



Fonte: Instagram® @culturadapazufRJ (2020)

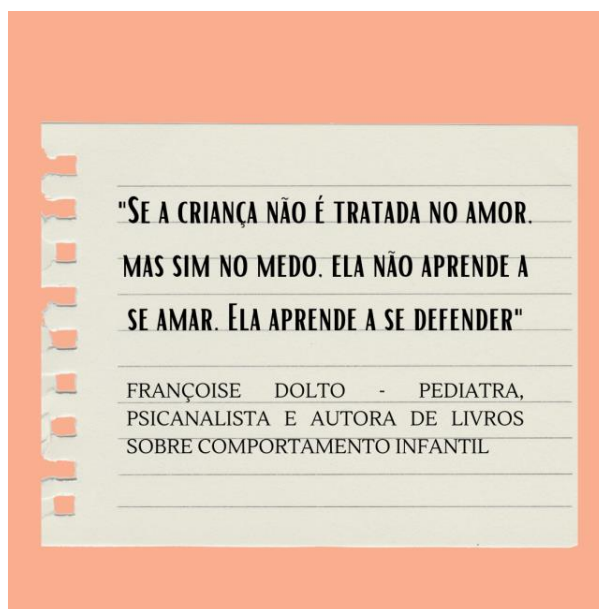


Imagem 6 – Capa do post “Lei 13.185/2015”. Lei de Intimidação Sistemática



Fonte: Instagram® @culturadapazufjrj (2021)

Imagem 7 – Capa do post de reflexão contra a violência infantil



Fonte: Instagram® @culturadapazufjrj (2021)



Imagem 8 – Capa do post “Rompendo Ciclos de violência”



Fonte: Instagram® @culturadapazufrj (2021)

Imagem 9 – Capa do post “Chega de castigos violentos em crianças”



Fonte: Instagram® @culturadapazufrj (2021)

Temas como: “Atendimento à Pessoa Vítima de Violência Sexual”; “6 passos para Combater o *Bullying*”; “Campanha do Setembro Amarelo”; “Dia Mundial do



Combate ao *Bullying*"; "Transtorno do Espectro Autista"; "O *Bullying* e a Relação com a Violência Intrafamiliar"; "Maio Laranja"; "Ciberbullying"; "Cultura da Paz"; "Ciclos de violência intrafamiliar"; "Vacinação infantil"; "Violência psicológica"; "Violência intergeracional" e vários outros foram abordados no perfil do projeto.

As produções citadas foram elaboradas por nove alunos extensionistas, que utilizam a plataforma Canva® para edição e criação dos materiais. O perfil do Instagram® possui 311 seguidores e 49 publicações, até meados do mês de maio de 2022.

Segundo análises da plataforma, o perfil conseguiu alcançar cerca de 330 contas. Todas as publicações tiveram curtidas do público-alvo, porém nem todas tiveram comentários. Cabe ressaltar que a maioria dos comentários estava relacionada a elogios quanto aos esclarecimentos sobre a postagem e, para algumas pessoas, as informações foram consideradas de grande importância para atentar para prevenção de situações de violência.

Para as escolas, os materiais também foram disponibilizados, principalmente, através do Whatsapp® para a direção e/ou coordenação que repassou os mesmos aos professores e familiares das crianças, ampliando, assim, o compartilhamento e disseminação da mensagem sobre prevenção da violência à criança.

Destaca-se que as postagens corroboraram para despertar o interesse da participação de novos alunos da UFRJ no projeto de extensão, que solicitaram inscrição pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA/UFRJ) expressando seu desejo em estar integrado, o que enriquece as possibilidades de atuação no enfrentamento contra a violência e colabora para dinamizar a percepção e olhar da sociedade sobre esse tema.

### 3 Conclusão

A pandemia redirecionou muitas atividades da criança ao mundo virtual, devido à necessidade de adoção de medidas sanitárias e distanciamento social. Tal imposição da necessidade de as pessoas permanecerem em seus lares para reduzir as





possibilidades da transmissão viral também aproximou a crianças de possíveis agressores no ambiente doméstico. O projeto de extensão universitária também teve a oportunidade de ajustar suas atividades de modo a alcançar a comunidade através de ações de educação à saúde voltadas para a prevenção à violência e promoção da saúde empreendidas à distância com auxílio da internet por meio de mídias sociais.

Esta nova perspectiva possibilitou o desenvolvimento da criatividade, adaptabilidade, potenciais e habilidades dos alunos extensionistas para lidar com a tecnologia, comunicação virtual, utilizando materiais educativos de forma lúdica, além da oportunidade de utilizar a internet como um instrumento de combate violências à criança. Devido ao potencial de realização de atividades remotas, verificou-se que também pode ser utilizado mesmo no período pós-pandemia, no qual se vislumbra o retorno das atividades presenciais.

## Referências

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 02 de Março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

FERREIRA, C.L.S; CÔRTEZ, M.C.J.W e GONTIJO, E.D. **Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis.** Ciên. Saúde Coletiva [online]. v. 24, n. 11, pp. 3997-4008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018>. Acesso em: 18 de maio de 2022.



KRUG, E.G et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível

em: <[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615\\_eng.pdf;jsessionid=DA5D990E0EF9A08BE1AFA2EEC1353469?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf;jsessionid=DA5D990E0EF9A08BE1AFA2EEC1353469?sequence=1)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022

LEVANDOWSKI, M.L et al. **Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2021, v. 37, n. 1, e00140020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102-311X00140020>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2022

OLIVEIRA, M. et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia**. PERSPECTIVA [online]. 2020, v. 38 n. 4. . Disponível em: <https://doaj.org/article/37ee9213c6654198896a414f0d8bf793>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

PLATT, V.B; GUEDERT, J.M; COELHO, E.B.S. **Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic**. Revista Paulista de Pediatria [online]. 2021, v. 39, e2020267. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267>>. Acesso em: 02 de Março de 2022.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Protecting the most vulnerable children from the impact of coronavirus: An agenda for action**.

[Internet]. 2020. Available from: <https://www.unicef.org/coronavirus/agenda-for-action> Acesso em: 19 de Maio de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Child maltreatment: the health sector responds**. Geneva: World Health Organization; 2017. Disponível em:

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>. Acesso em: 18 de Maio de 2022.

ZEQUINAO, M. A et al. **Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social**. J. Hum. Growth Dev., São Paulo , v. 27, n. 1, p. 19-27, 2017. Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822017000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822017000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 19 de Maio de 2022.



## Ciclo de Debates “5ª com NEsCaFe das Cinco”: carnaval, saberes e prazeres da folia brasileira

*Debate cycle with the NEsCaFe Research Group: carnival, knowledge and pleasures of Brazilian revelry*

Helenise Guimarães<sup>1</sup>  
Clark Mangabeira<sup>2</sup>  
Leonardo Augusto de Jesus<sup>3</sup>  
Carlos Carvalho<sup>3</sup>

### Resumo

Trata-se de um relato de experiência de projeto de extensão universitária, cuja ação foi proposta e executada pelo Núcleo de Estudos de Carnavais e Festas - NEsCaFe - da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. A ação organizou mesas-redondas no formato online para discussão e debate de temas ligados aos carnavais e festas populares brasileiras, a partir das perspectivas e compartilhamento de saberes integrados de pesquisadores, professores, mestras e mestres da Cultura Popular e carnavalescos. O resultado foi uma ação com considerável alcance de público que, em um ano no qual as festividades não aconteceram devido à pandemia da Covid-19, marcou o calendário acadêmico de pesquisas sobre as festas brasileiras, interseccionando saberes e articulando redes de pesquisadores.

**Palavras-chave:** Festas Populares. Extensão Universitária. Internet. NEsCaFe.

### Abstract

This is an experience report of a university extension project, whose action was proposed and carried out by the Research Group NEsCaFe - Center for Studies on Carnivals and Popular Festivals - of the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro/UFRJ. The action organized roundtables in the on-line format for discussion and debate of topics related to carnivals and Brazilian popular festivals, from the perspectives and sharing of integrated knowledge of researchers, teachers, masters of Popular Culture and Carnival workers. The result was an action with

<sup>1</sup> Docente da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e líder do Núcleo de Estudos de Carnavais e Festas (NesCaFe) - heleng46@gmail.com;

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - mangabeira.clark@gmail.com;

<sup>3</sup> Discentes do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - lajesus@hotmail.com; cenografo@hotmail.com



considerable public reach that, in a year in which the parties did not take place due to the Covid-19 pandemic, marked the academic calendar of research on Brazilian parties, intersecting knowledge and articulating networks of researchers.

**Keywords:** Popular Festivals. University Extension. Internet. NEsCaFe Group.

## 1 Introdução

A pandemia da Covid-19 impactou severamente, como sabemos, todos os setores da sociedade e as relações sociais. Desde março de 2020, estamos lidando com as incertezas e as terríveis perdas que o novo coronavírus impôs. Nesse contexto, rotinas, trabalho, o ensino, as atividades acadêmicas universitárias e, também, as festas populares – o Carnaval e os desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro incluídos – tiveram que se adaptar à nova realidade.

No contexto das festas populares e carnavalescas, os desafios trazidos pelo “mundo pandêmico” foram inúmeros. Cavalcanti e Gonçalves (2021) destacam o caráter cíclico das festas, marcando anualmente um tempo ritual em datas importantes determinadas, nas quais os festejos ocorrem. Em suas palavras,

As festas trazem consigo uma forma especial da temporalidade, fortemente ligada à experiência vital compartilhada e cheia de conteúdos cognitivos e afetivos. Entrecruzam o calendário histórico que segue sempre em frente e, nele situadas, o transcendem iluminando cosmovisões e insistindo em retornar “no ano que vem”. Sua culminância na data festiva é prenhe de simbolizações, dramas sociais e performances, formas expressivas e linguagens artísticas (CAVALCANTI, GONÇALVES, 2021, p. 15).

Tal tempo ritual, anual e cíclico, contudo, foi interrompido com o cancelamento das festas devido à pandemia. Diante do vazio que as festas e o Carnaval deixaram, diversas foram as alternativas encontradas para, de certa maneira, continuarem as celebrações. A imposição das modalidades remotas, do mundo online, de ressignificações no e pelo virtual trouxeram às festividades uma nova realidade de existência.



O antropólogo português João Leal (2021) destaca exatamente a inventividade e a criatividade na celebração das festas no virtual, na “transição digital” (LEAL, 2021, p. 23), bem como os desafios impostos pela “mudança” de cenário do mundo real para o mundo online nos últimos anos. Segundo o antropólogo, as incertezas e até uma probabilidade de cancelamento definitivo das festas são um panorama de possibilidade, porém dependendo da tradição e tamanho de cada festa em particular.

Paralelamente, no caso do Carnaval, diversas foram as realizações no universo virtual organizadas pelas Escolas de Samba, grupos e núcleos universitários de pesquisa e extensão, e pela mídia especializada, como *lives* de escolha de samba de enredo, reprises de carnavais antigos, discussões em plataformas digitais e debates e mesas-redondas variados, tentando levar, aos foliões conectados, alguns matizes das festividades canceladas, além de servir para demarcar o tempo ritual das festas simbolicamente.

Nesse contexto, a Universidade também se adaptou à realidade online, com os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão realizados, agora, nas plataformas digitais. Assim, entre os dias 19 de agosto de 2021 e 14 de outubro de 2021, celebrando a importância do Carnaval e das festas populares para a sociedade e para a Academia, enquanto universo ritual rico de sociabilidade e símbolos importantes e necessários, o NEsCaFe (Núcleo de Estudos de Carnavais e Festas), do CNPq, liderado pela professora Helenise Guimarães e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAV/EBA/UFRJ), realizou o projeto de extensão intitulado “5ª com NEsCaFe das Cinco”, cujas ações envolveram um Ciclo de Debates, disposto em mesas-redondas, ao longo de oito quintas-feiras, para tratar de temas relacionados às festas populares e, em especial, ao Carnaval.

Enquadrado, portanto, como uma dinâmica extensionista que se estabeleceu dentre as propostas virtuais de marcação simbólica do Carnaval em um ano que não houve cortejos ou festejos, o Ciclo de Debates, veiculado ao vivo e disponibilizado pelo canal Galpão no Ar, do PPGAV/EBA/UFRJ, no YouTube, trouxe à baila a apresentação de pesquisas sobre festas carnavalescas e populares variadas, além de



interações entre professoras/es, carnavalescas/os e mestras/es da Cultura Popular, estabelecendo-se enquanto uma ação de extensão universitária que, de fato, através da Internet, rompeu os limites dos muros universitários e horizontalizou as dinâmicas de produção de saberes, valorizando a folia brasileira a partir da sua dinâmica interna e a partir da visão, conhecimento e saber dos profissionais que a realizam e daqueles que a pesquisam.

Assim, esse relato de experiência extensionista, além de publicizar a ação do NEsCaFe, objetiva celebrar a importância social e cultural do Carnaval e da folia brasileira, especialmente em tempos pandêmicos tão difíceis.

## 2 “5ª com NEsCaFe das cinco”

O NEsCaFe é um núcleo de pesquisa que congrega pesquisadores de diversas partes do país a fim de permitir o compartilhamento de saberes e de pesquisas sobre festas populares e sobre o Carnaval. Nesse sentido,

O Grupo NEsCaFe tem como lócus de pesquisa a rica produção cultural material e imaterial brasileira nas suas relações estéticas, memória, história, turismo, processos de criação artística, paisagens e mediações culturais. Propõe uma análise dos estudos carnavalescos e festividades da cultura popular brasileira nos contextos contemporâneos, dada a sua relevância para a pesquisa acadêmica no campo das Artes Visuais e demais ciências como: Antropologia, Sociologia, História e áreas que contribuirão com a documentação, análise, resgate e difusão de tradições culturais de nosso país. Nossos estudos buscam oportunizar uma compreensão dos fenômenos estéticos, sociais, hibridizações e trocas culturais que operam na vida cotidiana e nas práticas de diferentes grupos. Há que se considerar as interferências do turismo, na medida em que evidenciamos uma dinâmica de transformações dentro dos grupos carnavalescos e festivos e também fora deles, catalisada por forças econômicas, sociais ou políticas (NESCAFE, 2022).

Dentro desse escopo de ação, a proposta de extensão do NEsCaFe abrangeu oito mesas que dialogaram tanto com a intenção e identidade do Núcleo, quanto com a necessidade de demarcação das festas populares e do Carnaval durante a pandemia.



Conseqüentemente, o projeto de extensão teve por objetivo sistematizar uma série de debates que buscam a reflexão sobre questões do Carnaval brasileiro, em especial, o carioca. Debater sobre a permanência da festa, articulando os diversos saberes envolvidos na construção de sua cultura e memória, foi o tema central. Assim, foram convidadas/os pesquisadoras/es, carnavalescas/os, julgadoras/es do desfile, personalidades do mundo do Carnaval das Escolas de Samba, dirigentes, críticos, professoras/es e jornalistas.

Nesse sentido, no dia 19 de agosto de 2021, foi ao ar a primeira mesa, intitulada “A pesquisa acadêmica e o Carnaval” (Fig. 1), com participação e falas da professora doutora Helenise Guimarães, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes/UFRJ, e do professor doutor Madson Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Design da Escola de Belas Artes/UFRJ, mediado pelo professor doutorando em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ), Carlos Carvalho. A mesa abordou temáticas sensíveis da interseção entre as práticas e saberes carnavalescos e a dinâmica da pesquisa acadêmica e universitária, destacando tanto a produção de pesquisas nas Artes Visuais sobre o Carnaval, quanto a necessidade de valorização e ampliação das pesquisas sobre as festas populares e a folia brasileira. A Mesa – imagem a seguir – abriu os trabalhos do Ciclo de Debates:



Figura 1: Mesa “A pesquisa acadêmica e o Carnaval”.



Arquivo: NEsCaFe (2021)

A segunda mesa, intitulada “Carnaval e Design”, contou com as participações do professor de Sociologia e Artes na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, carnavalesco e mestrando em Design no Programa de Pós-Graduação em Design (PPGD/EBA/UFRJ), Luiz Di Paulanis; do designer, mestrando em Design (PPGD/EBA/UFRJ) e profissional de criação de Escolas de Samba, Claudio Almeida; e do professor doutor da PUC-Rio e coordenador do DHIS - Laboratório de Design de Histórias do Programa de Pós-graduação em Design do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio - Nilton Gamba Junior; com mediação da ilustradora, professora e mestranda em Design (PPGD/EBA/UFRJ), Anielizabeth Cruz. Foram discutidos os aspectos da criação de elementos plásticos dos desfiles, sobretudo os que se referem aos figurinos/fantasia das Escolas de Samba, em sua concretude e visualidade, no entrelaçamento com o universo do Design.

“Restos de Carnaval – desdobramentos” foi a terceira mesa e teve participação do professor doutor e carnavalesco da Acadêmicos da Grande Rio, Leonardo Bora; da Embaixatriz das Caricatas e Rainha Drag de 2005 do Carnaval carioca, Samile Cunha; da escultora do Carnaval carioca e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE, Marina Vergara; e da cenógrafa, professora e escultora do Carnaval carioca, Andreia Vieira; com mediação





do também carnavalesco da Grande Rio e doutorando em História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Gabriel Haddad. Foi amplamente discutida a dinâmica de criação de fantasias e esculturas para o Carnaval a partir do reaproveitamento de material de outros carnavais, com especial atenção para as técnicas de concepção, realização e aproveitamento das esculturas e dos figurinos carnavalescos.

A quarta mesa teve como tema “Diversidade e representatividade no Carnaval” (Fig. 2), trazendo falas da professora e carnavalesca Annik Salmon; da professora, pesquisadora, enredista e carnavalesca multipremiada Bianca Behrends; e da pesquisadora, passista e Rainha da Bateria da Acadêmicos do Dendê, Viviane D’Sousa; com mediação do antropólogo, enredista de Escolas de Samba, pós-doutorando em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ) e professor doutor da Universidade Federal de Mato Grosso, Clark Mangabeira. A mesa versou sobre a presença das mulheres no Carnaval carioca, destacando-se suas trajetórias artística e profissional no mundo masculinizado da folia, bem como trazendo à baila a imperiosa necessidade e a importância de maior representatividade de gênero e racial nas atividades de construção e realização do Carnaval carioca, tal qual consta na chamada da Mesa, segundo a figura a seguir:



Figura 2: Arte de divulgação da mesa “Diversidade e representatividade no Carnaval”



Arquivo: NEsCaFe (2021)

A quinta mesa “Carnaval e outras perspectivas: Carnaval de Maquete e Carnaval Virtual” contou com participação do pesquisador, coreógrafo e mestre-sala Raphael Khaleb; do professor doutor, carnavalesco, enredista e presidente da Liga Carnaval Virtual, Isac Ferreira; e do carnavalesco do Carnaval Virtual e de Maquete, pesquisador e cenógrafo pela Escolas de Belas Artes/UFRJ, Nicolas Gonçalves. Mediada pelo carnavalesco e professor doutorando em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ) Leonardo Augusto de Jesus, a mesa tratou da folia festejada em outras instâncias e dinâmicas de apresentação, com atenção ao Carnaval Virtual, um desfile que acontece exclusivamente no mundo digital a partir da representação iconoclasta de desfiles de Escolas de Samba virtuais; e do Carnaval de Maquete, também online, com apresentação de Escolas representadas por maquetes feitas exclusivamente para o desfile.

A sexta mesa, alocando o Carnaval dentro do escopo mais amplo das festas brasileiras, trouxe como tema as “Festas Populares”, e contou com a participação da Coordenadora de Pesquisa do Centro de Formação em Artes/FUNCEB/SECULT e professora doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Mercia Queiroz; do professor mestre



no Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN/UNEB) da Universidade do Estado da Bahia, Manoel Lordelo; e do professor doutor da Universidade do Estado da Bahia, Ivaldo Marciano; além de mediação da professora doutora da Universidade do Estado da Bahia e docente colaboradora do Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA), Maria de Fátima Hanaque. Chamando a atenção às dinâmicas carnavalescas como uma dentre as várias festas populares brasileiras, a mesa versou sobre Cultura Popular de maneira ampla, a partir das perceptivas da memória e das dinâmicas culturais afro-brasileiras.

Já a sétima mesa, “Desdobramentos Festivos”, trouxe falas da professora Maria de Fátima Hanaque; da professora doutora pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - IHAC/UFBA - Caroline Fantinel; e do Superintendente de Patrimônio Imaterial da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado do Maranhão e Diretor do Museu Casa do Tambor de Crioula, Prof. Neto de Azile. Com mediação da professora doutora da Universidade do Estado da Bahia e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA), Natalia Coimbra, a mesa destacou as manifestações do Axé Music, as memórias e tradições do Carnaval em Salvador, e o Tambor de Crioula do Maranhão.

Por fim, em 14 de outubro de 2021, a última mesa do projeto foi ao ar. Discutindo as “Festas Juninas”, especialmente as do Nordeste, houve apresentações da professora doutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Lúcia Aquino; do professor titular da Universidade do Estado da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais/UNEB, Jânio Roque Castro; e do professor doutorando no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento/UNEB, José Orestes, com mediação da professora doutora da Universidade do Estado da Bahia, Carmen Lima. O foco esteve ligado aos temas da Economia Criativa, espetacularização das festas juninas e dimensão espacial dessas festas populares.



As oito mesas, transmitidas ao vivo na ocasião, continuam disponíveis no Canal Galpão no Ar<sup>4</sup>, e deram ampla publicidade ao Carnaval e à pesquisa acadêmica. Articulando saberes universitários e carnavalescos, o “5ª com NEsCaFe das cinco” trouxe ao público não apenas a importância cultural e social do Carnaval e das festas populares mas, principalmente, a riqueza, efervescência e dinamismo da folia brasileira para as atividades universitárias de pesquisa, ensino e extensão, enquanto um universo de saberes complexos e multifacetados.

### 3 Conclusão

A pesquisa universitária sobre e com o Carnaval e as festas populares representa um importante campo de construção de conhecimento que ressalta a diversidade de abordagens possíveis em seus discursos teóricos. Possibilita visões diversificadas e estimulantes nos variados campos de estudos sociais, contemplando reflexões sociológicas, antropológicas, artísticas e históricas, nas quais o lugar de fala de seus agentes traz à luz memórias e experiências que desvendam o caleidoscópio que a(s) festa(s) carnavalesca(s) revelam.

O público-alvo pretendido alcançou estudantes, docentes, técnicos administrativos em educação, profissionais das festas e o público em geral, dadas as circunstâncias proporcionadas pela pandemia mas, sobretudo, pelo interesse manifestado por estes contingentes em conhecer e compreender aspectos do Carnaval carioca e das falas e pesquisas dos agentes que compuseram as mesas.

Se, por um lado, a pandemia cancelou as festas, deixando um espaço em branco no calendário, por outro lado, nossa ação extensionista demarcou, virtualmente, a efervescência e potencialidade acadêmicas das festividades e carnavais, afirmando a importância dos mesmos a partir de pesquisas acadêmicas e falas dos realizadores. No total, participaram da ação em torno de 40 professores, pesquisadores, pós-graduandos e mestras e mestres da Cultura Popular,

---

<sup>4</sup> As mesas estão disponíveis no Canal Galpão no Ar (PPGAV/EBA/UFRJ), no endereço <[www.youtube.com/playlist?list=PLxJn7wJrn5HbOS2xJ\\_3GPphZfgqv7uRS4](http://www.youtube.com/playlist?list=PLxJn7wJrn5HbOS2xJ_3GPphZfgqv7uRS4)>.



considerando-se os membros do NEsCaFe e as convidadas e convidados que compartilharam seus saberes nas mesas.

Apesar das dificuldades devidas ao afastamento social, à paralisação das atividades universitárias presenciais e à realização de eventos acadêmicos através da Internet – que demandam conhecimentos e tecnologias específicos para acontecerem –, o formato online possibilitou, todavia, o alcance de um público amplo e diversificado.

Durante as oito semanas de evento, entre agosto e outubro de 2021, houve a contabilidade de mais de 1.300 visualizações das mesas e, considerando que os vídeos estão disponibilizados no YouTube, esse número tende a crescer, demonstrando o interesse do público pelas pesquisas sobre as festas populares brasileiras.

Além disso, como projeto de extensão, nessa segunda edição do Ciclo de Debates – a primeira ocorreu em 2019, em caráter presencial – foi priorizada a horizontalidade do conhecimento e a produção múltipla do saber, aproveitando o amplo alcance que a plataforma virtual proporcionou como facilitadora de acesso ao possibilitar a fixação dos eventos através da gravação pelo canal Galpão no Ar do PPGAV/EBA/UFRJ.

Nesse sentido, destacam-se, ainda, a força da Extensão Universitária enquanto um espaço amplo para se tecer redes de saberes para além dos muros (atualmente virtuais) da Universidade, e a efetivação da ação extensionista como uma experiência de confluência de falas, na qual a conjugação de vozes múltiplas e potentes em torno do Carnaval e das festas populares as reiteram enquanto espaços de resistência da Cultura Popular e de produção de saberes e tradições.

Pelo sucesso alcançado do evento, enfim, comprovou-se o poder de atração que o Carnaval e as festas – aqui apresentados como campos de e para pesquisas – oferecem, o que já predispõem o projeto a um novo ciclo em 2022, a fim de novamente festejar as festas e carnavalizar os saberes.

## Referências



CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renta de Sá. Apresentação. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renta de Sá (orgs.). **A falta que a festa faz: celebrações populares e antropologia na pandemia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021, p. 8 - 21.

LEAL, João. A falta que a festa faz. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renta de Sá (orgs.). **A falta que a festa faz: celebrações populares e antropologia na pandemia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021, p. 22 - 37.

NESCAFE. Disponível em <[www.ppgav.eba.ufrj.br/programa/grupos-de-pesquisa/nescafe/](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/programa/grupos-de-pesquisa/nescafe/)> . Acesso em: 7 de abril de 2022.



## Formação continuada transformadora com docentes alfabetizadores que ensinam matemática

*Transforming continuing education with literacy teachers who teach mathematics*

Andréa Thees<sup>1</sup>  
Ana Maria Carneiro Abrahão<sup>2</sup>  
Leo Akio Yokoyama<sup>3</sup>

### Resumo

Este relato apresenta reflexões sobre o desenvolvimento do curso “Alfabetização matemática para docentes do 3º ano do Ensino Fundamental”, uma ação do Projeto de Extensão “Formação Matemática para Docentes dos Anos Iniciais”. Tal projeto está ancorado no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, EDMAT/Unirio. Tivemos por objetivo discutir com docentes cursistas metodologias de ensino e de aprendizagem matemática, bem como formas de avaliação envolvendo elaboração de portfólios. Na metodologia, baseada na resolução de problemas, procuramos aprofundar conteúdos curriculares, conceituais e didáticos explorando a relação teoria e prática em sala de aula. Entre os resultados dessa ação de extensão, observamos a possível reconstrução de uma pequena, mas representativa, comunidade docente que vivenciou práticas coletivas de reflexão e investigação da sua própria ação profissional. Observamos, ainda, a evolução da comunicação de suas produções textuais feitas e refeitas em formas de portfólios. Esperamos que esse relato traga contribuição para outras experiências de formação continuada extramuros.

**Palavras-chave:** Alfabetização matemática. Anos iniciais. Portfólio. Curso de extensão.

### Abstract

This report presents reflections on the development of the course "Mathematical literacy for the 3rd. grade Elementary School teachers", an action of the Extension Project "Mathematics Training for Elementary School Teachers", anchored in the Study and Research Group in Mathematics Education, EDMAT/Unirio. In order to discuss with teachers in training, methodologies of mathematical teaching and learning, as well as forms of evaluation involving the elaboration of portfolios. In the methodology,

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - andrea.thees@unirio.br

<sup>2</sup> Coordenadora de Disciplina da Licenciatura em Pedagogia à Distância (LIPEAD/UNIRIO) - anaabrahao@edmat.com.br

<sup>3</sup> Docente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp UFRJ) - leoakyo@yahoo.com.br



based on problem solving, we seek to deepen curricular, conceptual and didactic contents exploring the relationship between theory and practice in the classroom. Among the results of this extension action, we observed the possible reconstruction of a small but representative teaching community, which experienced collective practices of reflection and investigation of their own professional action, as well as communication of their textual productions made and redone in portfolio forms. We hope that this report will contribute to other experiences of extramural continuing education.

**Keywords:** Mathematical literacy. Elementary school. Portfolio. Extension course.

## 1 Introdução

No ano de 2016 os professores pesquisadores pertencentes ao Departamento de Didática - DID - que ministravam as disciplinas matemáticas no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - confirmaram, após o primeiro Seminário de Educação Matemática da Pedagogia da Unirio - SEMPUR - a existência de uma grande lacuna na realização de eventos voltados para a formação continuada de professores que ensinam matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tal seminário, que a princípio seria uma ação interna para os estudantes de Licenciatura em Pedagogia, acabou por ter participantes de outras instituições (UFF, UFRJ, UFRRJ, UERJ, Pedro II e CESGRANRIO). Motivados pelo interesse da comunidade docente, submetemos à aprovação do colegiado do DID e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC - o projeto de extensão "Formação Matemática para Docentes dos Anos Iniciais". Após a sua aprovação passamos a oficializar as ações desenvolvidas como subprodutos desse projeto ancorado no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, EDMAT/Unirio.

O relato que aqui apresentamos é a primeira ação de extensão realizada pelo EDMAT e traz reflexões sobre o desenvolvimento do curso "Alfabetização matemática para docentes do 3º. ano do Ensino Fundamental". Descrevemos os caminhos traçados com os docentes para desenvolver metodologias de ensino de conteúdos curriculares





pertinentes à alfabetização matemática e formas de avaliação por meio de elaboração de portfólios. Esse caminho permeado pela relação teoria e prática, assim como alguns resultados dessa ação de extensão estão descritos em seguida.

## 2 Planejamento do curso

Após a aprovação do curso pelo colegiado do DID e pela PROEXC planejamos uma metodologia baseada na construção e reconstrução das ideias matemáticas fundamentais presentes no currículo do 3º ano do Ensino Fundamental. Com carga horária presencial de 49 horas, organizamos sete encontros de sete horas com os cursistas, mais sete horas semanais para reuniões da coordenação do curso com três pesquisadores. O curso durou quatro meses e aconteceu aos sábados nas dependências da Unirio *Campus* Urca.

Primeiramente elaboramos o cronograma do curso (Quadro 1). Nossa intenção foi aprofundar conteúdos matemáticos que levassem os participantes a planejar, realizar aulas, observar seus alunos e elaborar relatórios a partir das experiências vividas em sala de aula. Estabelecemos um intervalo de duas semanas para propiciar a interação entre teoria e prática.

No quadro, a letra M indica o período da manhã e a letra T, tarde, seguidas das datas dos encontros e dos conteúdos correspondentes à cada aula. Outras siglas são utilizadas, sendo EI para Educação Infantil e SND para Sistema de Numeração Decimal. Tais conteúdos foram selecionados com base nas lacunas de formação apontadas por docentes, pesquisas publicadas e gestores lotados na Secretaria Municipal de Educação do RJ - SMERJ.



**Quadro 1** - Cronograma e conteúdo curricular.

Aula no. Data	Conteúdo programático
Aula 1M 19/03	Abertura, Planejamento, Avaliação, Presença
Aula 1T 19/03	Contagem, Educação Inclusiva e SND
Aula 2M 02/04	Discussão das atividades da Aula 1T
Aula 2T 02/04	Campo Aditivo: problemas e algoritmos
Aula 3M 16/04	Discussão das atividades da Aula 2T
Aula 3T 16/04	Campo Multiplicativo: problemas e algoritmos
Aula 4M 30/04	Discussão das atividades da Aula 3T
Aula 4T 30/04	Geometria da Educação da Infantil ao 3º ano
Aula 5M 14/05	Discussão das atividades da Aula 4T
Aula 5T 14/05	Grandezas e Medidas da EI ao 3º ano
Aula 6M 21/05	Discussão das atividades da Aula 5T
Aula 6T 21/05	Estatística, Combinatória e Probabilidade na EI e AI
Aula 7M 04/06	Discussão das atividades da Aula 6T
	Auto avaliação + Avaliação curso + Certif +Encerram.

Fonte: Acervo EDMAT (2016).

Iniciamos a divulgação por meio das redes sociais, página do Facebook, da Escola de Educação da Unirio e anexamos alguns folders (Figura 1) nos painéis do prédio do Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS - da Unirio, mas a maioria das inscrições foi do público externo à Unirio.



Figura 1 - Folders impresso e eletrônico.

**ed mat UNIRIO** **CURSO DE EXTENSÃO** **UNIRIO**

**ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 3º ANO**

Coordenação: Prof. Dr. Ana Abrahão (Unirio)  
Ministrantes: Prof. Dr. Leo Akio (CAp UFRJ) e Prof. Ms. Andréa Thees (Unirio)

**Aulas aos sábados, de 9h às 17h**

**Curso inteiramente GRATUITO com certificado emitido pela UNIRIO!**

Local: Unirio – Urca – Av. Pasteur, 458, Prédio do CCH

Inscrições e maiores informações:  
<http://professoresdematematica.com.br/emails.html>

<http://professoresdematematica.com.br/emails.html>

**ed mat UNIRIO** **Curso de Extensão: Alfabetização Matemática para professores da Educação Infantil ao 3º ano do ensino fundamental**

**Público:** Professores da Educação Infantil, 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas.

**Custo:** Gratuito.  
**Inscrições:** Até 6 de março.

**Local do curso:**  
Unirio - Av. Pasteur, 296 - Urca, Rio de Janeiro - RJ

**Número de vagas:** 30

**Critérios de seleção:**  
Ser professor, em 2016, de turma de:  
1) 3º ano do ensino fundamental.  
2) 2º ano do ensino fundamental.  
3) 1º ano do ensino fundamental.  
4) Educação Infantil.

**Cronograma:**  
**Divulgação dos candidatos selecionados:** 08/03/2016

**Aula 1:** 19/03/2016 - Contagem, Educação Inclusiva e SND  
**Aula 2:** 02/04/2016 - Ideias e problemas interdisciplinares do Campo Aditivo mais algoritmos da Adição e da Subtração  
**Aula 3:** 16/04/2016 - Ideias e problemas interdisciplinares do Campo Multiplicativo  
**Aula 4:** 30/04/2016 - Algoritmos da Multiplicação e da Divisão  
**Aula 5:** 14/05/2016 - Geometria da Educação da Infantil ao 3º ano  
**Aula 6:** 21/05/2016 - Grandezas e Medidas da Educação Infantil ao 3º ano  
**Aula 7:** 04/06/2016 - Estatística, Combinatória e Probabilidade na Educação Infantil e nos anos iniciais.  
**Obs:** Todas as aulas são de 9h00 às 17h00

**Inscriva-se pelo site:** <http://goo.gl/forms/d3EoMuhRZr>

**Comprovantes para inscrição:**  
1) contracheque;  
2) horário de sua escola, ou documento equivalente que comprove sua turma (pdf ou imagem).  
**Obs:** Enviar comprovantes para [emailsunirio@gmail.com](mailto:emailsunirio@gmail.com)  
Coloque no assunto: Inscrição

No corpo do e-mail:  
1) Nome;  
2) CPF;  
3) Turma que leciona em 2016:

**Coordenação:** Prof. Dr. Ana Abrahão (Unirio)  
**Ministrantes:** Prof. Dr. Leo Akio (CAp UFRJ) e Prof. Ms. Andréa Thees (Unirio)

**Contato:** [emailsunirio@gmail.com](mailto:emailsunirio@gmail.com)

Fonte: Acervo EDMAT (2016).

Anunciamos 30 vagas para o curso. O período de inscrição totalizou oito dias e aconteceu de 27/02/2016 a 05/03/2016. Pela manhã do primeiro dia tínhamos 30 inscritos, ao fim do primeiro dia tínhamos 53 inscritos. No dia seguinte 128 e em 01/03 eram 250 inscritos. Encerramos totalizando 371 inscritos. Estabelecemos como critério de seleção 40 professores que trabalhariam com turmas do 3º ano do Ensino Fundamental (EF) naquele ano, visto que entre outros dados, “mais de 50% dos alunos do 3º ano têm nível insuficiente em leitura e matemática” (BRASIL, 2017, p. 1).

Para facilitar a comunicação inicial entre a equipe do curso e os inscritos criamos um grupo no Facebook e um grupo de e-mails do Google. Abrimos uma página de



internet com o link <http://professoresdematematica.com.br/emails.html>, mas o que se mostrou mais eficiente foi a comunicação pelo e-mail [emailsunirio@gmail.com](mailto:emailsunirio@gmail.com).

### 3 Referencial teórico-metodológico

Não se pode entender que a prática pedagógica se realize sem que os professores percebam o processo cognitivo e social de constituição conceitual dos objetos matemáticos. Entre vários autores escolhemos Shulman (1986, 2005) como referencial para a defesa de categorias determinantes na formação para a docência. Com seus inúmeros seguidores, o autor destaca a importância da formação para a docência das disciplinas específicas, como é o caso das que contemplam os conteúdos matemáticos. Ademais, uma formação que leve ao conhecimento do conteúdo conceitual, curricular, didático e metodológico, com domínio dos materiais e programas que servem como ferramentas para o exercício docente de cada disciplina.

Em um de seus trabalhos de investigação sobre esse tema, Shulman se perguntava “cómo se puede adquirir realmente el extenso caudal de conocimientos sobre la enseñanza durante el breve período asignado a la formación de los profesores” (SHULMAN, 2005, p. 9). Para Shulman, apesar de ser único,

un aspecto esencial de mi concepto de enseñanza lo constituyen los objetivos de que los alumnos aprendan a comprender y a resolver problemas, que aprendan a pensar crítica y creativamente y que aprendan datos, principios y normas de procedimiento (IBIDEM, 2005, p. 10).

Além disso, o autor acrescenta que o professor precisa conhecer os alunos e suas características, bem como os contextos educativos que abarcam desde o funcionamento do grupo ou da turma, da gestão e financiamento dos distritos escolares até o caráter das comunidades e culturas, o conhecimento dos objetivos, finalidades, valores educacionais e seus fundamentos filosóficos e históricos.

Buscando incorporar tais necessidades, vamos nos ater à categoria do conhecimento didático por acordar com o pensamento de Shulman, para o qual



entre todas essas categorias, o conhecimento didático do conteúdo adquire interesse particular porque identifica os corpos de conhecimentos distintos para o ensino. Representa a mescla entre conteúdo e didática para que se chegue à compreensão de como determinados temas e problemas se organizam, se representam e se adaptam aos diversos interesses e capacidades dos alunos e assim se expõem para o processo de ensino. O conhecimento didático de um conteúdo é a categoria que, com maior probabilidade, permite distinguir entre a compreensão do especialista em uma área de saber e a compreensão do pedagogo. (SHULMAN, 2005, p. 11, tradução nossa).

Essa abordagem não elimina as demais categorias citadas por Shulman e retomadas por outros autores, já que o conhecimento necessário para que o professor consiga desenvolver a sua prática pedagógica envolve vários saberes

reflexivo, plural e complexo porque histórico, provisório, contextual, afetivo, cultural, formando uma teia mais ou menos coerente e imbricada de saberes científicos – oriundos das ciências da educação, dos saberes das disciplinas, dos currículos – e de saberes da experiência e da tradição pedagógica (FIORENTINI, NACARATO & PINTO, 1999, p. 55).

Com essa base teórica apresentamos nosso percurso metodológico.

## 4 Metodologia

Para viabilizar e alimentar discussões sobre o tema o projeto “Formação Matemática para Docentes dos Anos Iniciais” procurou desenvolver uma interação dialógica entre pesquisadores, licenciandos e docentes da Educação Básica. Pensamos, assim como Passos *et al* (2006), que práticas colaborativas contribuem para o desenvolvimento profissional docente e possibilita experimentar situações dentro da instituição de formação ou de trabalho que podem levar cada professor a refletir e adquirir novos saberes. Cada partícipe oferece seu entendimento sobre determinada



situação e coletivamente pode-se discutir e refletir sobre um evento e assim promove-se o desenvolvimento profissional.

A metodologia do curso (Quadro 2), apresentada aos participantes no primeiro encontro, foi baseada na resolução de problemas, onde a problematização seria o ponto de partida da atividade matemática a ser desenvolvida. Na parte da tarde introduzíamos o conteúdo curricular que deveria ser trabalhado pelos professores participantes com seus alunos nos 15 dias seguintes.

Na manhã do encontro seguinte os professores apresentariam as atividades desenvolvidas com seus alunos na quinzena, destacando aspectos do processo de ensino aprendizagem desenvolvido, dificuldades ou avanços seus e de seus alunos com referência a conhecimentos didáticos, metodológicos e conceituais envolvendo as categorias citadas por Shulman (2005).

**Quadro 2** - Síntese da metodologia seguida no curso.

Metodologia proposta para as manhãs
Metodologia de resolução de problemas onde o problema seria o ponto de partida da atividade matemática.
Relatos das experiências vivenciadas em sala de aula com seus alunos, sobre o conteúdo abordado na aula anterior.
Discussão e reflexão coletiva sobre dificuldades, avanços e esclarecimentos de pendências referentes à teoria estudada para ter a oportunidade de expressar sua compreensão a respeito de conteúdos, competências e habilidades.
Metodologia proposta para as tardes
Aprofundamento de conceitos matemáticos e conteúdos curriculares articulando teoria e prática com base nas tendências teóricas e didáticas atuais.

Fonte: Acervo EDMAT (2016).

Para a proposta de avaliação do curso tomamos por base a publicação da meta-análise feita em onze estudos brasileiros sobre o desenvolvimento profissional do professor que ensina matemática, a qual afirmava que



a reflexão sobre a prática pedagógica, especialmente sobre o próprio trabalho docente, ajuda o professor a problematizar, compreender e transformar sua prática e (re)significar suas crenças, concepções e saberes. Todavia, o potencial catalisador da reflexão pode ainda ser mais bem dimensionado se a reflexão passar a ser, também, uma prática coletiva e/ou investigativa e mediada pela escrita (PASSOS *et al*, 2006, p. 213).

Seguindo sugestões de Crockett (1998) sobre a jornada de um portfólio, optamos por portfólios como proposta de avaliação formativa, já que esses se constituem arquivos que evidenciam a escrita da reflexão sobre trabalhos realizados pelo professor e seus alunos, suas habilidades docentes, evolução conceitual e didática.

Na manhã de cada encontro o cursista deveria apresentar oralmente e por escrito um portfólio seguindo a estrutura destacada no Quadro 3, justificando o conteúdo teórico-metodológico trabalhado na tarde do encontro anterior que lhe trouxe mais contribuição. Deveria também explicar que conteúdo e que atividade selecionou trabalhar com seus alunos nesse período de 15 dias, indicando qual objetivo pretendeu alcançar e que habilidades pretendia desenvolver, bem como recursos didáticos e metodologias utilizadas para tal.



**Quadro 3** - Estrutura de cada trabalho/aula/encontro a ser incorporado no portfólio.

Estrutura de cada pequeno portfólio
1. <b>Identificação:</b> nome, escola, bairro/cid, turma, n. alunos por turma, ano.
2. <b>Destaque teórico-metodológico</b> referente ao conteúdo que lhe trouxe mais contribuição, justificando os porquês.
3. <b>Introdução</b> justificando o conteúdo que escolheu trabalhar com seus alunos. Inclua objetivos, habilidades, metodologias e recursos utilizados.
4. <b>Descrição de cada trabalho</b> justificando a escolha da atividade
5. <b>Data e apresentação:</b> Documentação com a atividade resolvida por pelo menos um de seus alunos justificando uma resolução que lhe impactou. Pode incluir audiovisual sem expor rostos.
6. <b>Seção de revisão</b> com reflexões da criança e demonstrações de habilidades e do conhecimento do aluno sobre o conteúdo desenvolvido
7. <b>Auto-avaliação</b> para análise de reflexões
8. <b>Seus comentários</b> + análise sobre se houve avanço p/você e p/criança.

Fonte: Acervo EDMAT (2016).

Ao final do curso cada professor deveria apresentar um portfólio único envolvendo os portfólios parciais referentes aos encontros realizados e, se possível, um relato conclusivo dessa experiência formativa e avaliativa (Quadro 4).

Todos que participaram em 80% das aulas e apresentaram o portfólio final receberam um certificado de conclusão emitido pela PROEXC.

**Quadro 4** - Avaliação formativa.

Reflexão sobre a Avaliação Assiduidade e entrega de trabalhos
<ul style="list-style-type: none"><li>• Certificado emitido pela Unirio</li><li>• Presença: 80% das aulas</li><li>• 20% de 14 períodos resulta em no máximo ausência em 3 períodos</li><li>• Entrega de 6 pequenos trabalhos - um para cada assunto tratado na aula anterior.</li><li>• Ao final: Organização do portfólio completo contendo os trabalhos com a sua trajetória pelo curso</li></ul>

Fonte: Acervo EDMAT (2016).





## 5 Análise do desenvolvimento do curso e principais resultados

Dos 40 professores, somente 32 compareceram ao primeiro encontro e a média de presença esteve em torno de 22 participantes por encontro (Quadro 5). Desses, 20 entregaram os trabalhos solicitados, cumpriram a carga horária necessária e fizeram jus ao certificado de conclusão do curso.

Quadro 5 - Presença e trabalhos entregues.

Cronograma e Conteúdo Curricular			
Aula no.	Data	Presenças	Trabalhos entregues
Aula 1M	19/03	31	14+1
Aula 1T	19/03	32	
Aula 2M	02/04	17	13+1
Aula 2T	02/04	21	
Aula 3M	16/04	27	14+1extra
Aula 3T	16/04	24	
Aula 4M	30/04	20	10 +1extra
Aula 4T	30/04	17	
Aula 5M	14/05	21	10 +1extra
Aula 5T	14/05	20	
Aula 6M	21/05	19	11
Aula 6T	21/05	18	
Aula 7M	04/06	20	20 avaliações entregues
Aula 7T	04/06	20	

371 inscritos  
Chamados 30/40  
Média de participação 22

Fonte: Acervo EDMAT (2016).

No sítio virtual eram disponibilizados os textos e links para serem lidos, estudados e analisados antes e posteriormente à aula/encontro marcado. Nas manhãs dos encontros, quando recebíamos o relatório quinzenal das experiências aplicadas nas salas de aula, devolvíamos os relatórios anteriores já analisados pelos pesquisadores nas reuniões semanais do EDMAT. Em seguida, acontecia uma roda de conversa com debate das dificuldades e acertos da experiência prática. No último dia, após a devolução dos portfólios parciais e avaliação coletiva, os professores finalizaram o portfólio, o qual resultou no trabalho de conclusão do curso. Na parte da tarde, apresentamos e comentamos com os presentes os resultados do curso.

Comunicar é determinante no processo de ensino e aprendizagem e um dos grandes ganhos observados nesse curso foi a evolução no processo de escrita dos



cursistas ao registrarem nos portfólios suas experiências vividas. A inserção da teoria estudada passou a fazer parte nos argumentos da prática relatada, instigados que foram durante o curso a compreender esse processo de investigação da própria prática.

Detalhe notado foi a busca dos professores por encontrar na sua escola situações e oportunidades para desenvolver o conhecimento matemático, como a professora que aproveitou a “hora do leite” para realizar contagem de canecas e criar situações-problema com adição e subtração. Assim, também percebemos a utilização de recursos diversos, como o próprio corpo humano, jogos, vídeos, encartes, recortes e colagem, tampinhas, literatura infantil e até fotografia. As discussões coletivas trouxeram compartilhamento dos resultados e de ideias que foram colocadas em prática por cada professor, como a conclusão de que “passar um vídeo” não foi suficiente para a criança compreender determinado conteúdo matemático sugerido, mas a qualidade da atividade e da mediação foram fundamentais.

Foi prazeroso ver que professores reproduziram em suas salas com seus alunos a experiência de elaboração de portfólios como forma de registrarem pontos principais do conteúdo estudado e do entendimento que tinham de cada palavra ou conceito abordado.

Destacaram o prazer de reinventar a matemática, de incentivar alunos a descreverem o “caminho do seu pensamento” e a debater ideias sobre significados de conceitos matemáticos e, assim, quebrar o engessamento de ensino que está presente desde o 3º ano do Ensino Fundamental.

## 6 Considerações finais

Destacamos aqui o valor formativo e compartilhado do acompanhamento evolutivo de cada docente no quesito teórico-metodológico apresentado nas etapas de elaboração dos portfólios.

Ao término do curso cada docente deveria apresentar um trabalho final que deveria ser um compilado de todos os cinco anteriores. Chamaremos de T1, T2, T3, T4 e T5 os cinco portfólios parciais. Nessa ordem, cada um deles corresponderia,



respectivamente, ao trabalho desenvolvido com seus alunos contemplando os conteúdos das aulas 1, 2, 3, 4 e 5. Enquanto no T1 alguns divagavam sobre o tema, perdendo o foco do conteúdo que deveria ser trabalhado com seus alunos, no T4 já reconheciam o valor da teoria e sabiam articulá-la à atividade selecionada. Finalmente, no T5, conseguiam articular o conteúdo trabalhado ao currículo e ao cotidiano escolar.

Em geral, nos trabalhos T1 e T2, a introdução era longa e generalizada. No T3 os professores já apresentavam justificativas para a escolha de determinada atividade. No T4 mostravam a problematização que iria ser trabalhada com a turma e os objetivos que pretendiam alcançar e no T5 lançavam até desafios a serem propostos para a turma.

Na descrição do T1 houve professores que não descreveram como realizou a atividade. Já no T4 esses mesmos professores descreviam que conteúdo tinham selecionado e que recurso tinham utilizado no desenvolvimento da prática pedagógica. No T5 todos incluíam as perguntas que faziam aos alunos e como acontecia a mediação para a aprendizagem.

A seção de revisão, solicitada no modelo do portfólio, somente foi incluída pelos professores no T4 e no T5 e foi determinante no seu automonitoramento quando entenderam que fazia parte do processo avaliativo relatar as reflexões das crianças e como elas estavam compreendendo determinado conteúdo. Destacamos aqui o valor dos grupos colaborativos citados por Passos *et al* (2006) onde pode-se vivenciar práticas coletivas de reflexão, colaboração e investigação como promotoras de desenvolvimento profissional.

Os primeiros portfólios apresentavam uma avaliação muito professoral, formal, sem foco na experiência vivida em sala de aula. Basicamente escreviam o que deveria ser feito e não o que foi feito. Observamos que no T4 os professores citavam as falas dos alunos, relacionavam essas falas com a teoria e apresentavam os resultados alcançados. Contudo, somente no T5 foram destacados os avanços conseguidos e as propostas de como avançar mais.

Refletíamos juntos sobre a necessidade de decidir antes, durante e ao final de cada atividade que objetivos precisavam ser modificados, o material utilizado, as



leituras escolhidas e quais evidências eram importantes observar para estimular a criatividade e a reflexão dos alunos. O reconhecimento do próprio professor em refazer sua compreensão conceitual, desfazer falsas concepções e ampliar seu leque didático mostrou que a matemática está sempre em construção e que, sendo um eterno aprendiz, o professor pode também aprender com seus alunos. Ao aprimorar sua comunicação oral e textual e ao discutir com seus pares suas dificuldades e suas descobertas esse docente reconheceu ampliar, com base nas realidades vigentes, a sua formação profissional.

Concluimos que as evidências aqui apresentadas mostraram a contribuição desse relato, trazendo aos leitores desse texto o incentivo à busca e à oferta de formação continuada para a docência matemática, onde surjam comunidades de reflexão política, conceitual e didática, bem como de avaliação formativa baseada na confecção de portfólios.

## Referências

BRASIL. Arquivo Agência Brasil. **Mais de 50% dos alunos do 3º ano têm nível insuficiente em leitura e matemática.** Blog. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/mais-de-50-dos-alunos-do-3o-ano-tem-nivel-insuficiente-em-leitura-e>. Acesso em: 11 dez 2019.

CROCKETT, T. **The portfolio journey:** a criative guide to keeping student managed portfolios in the classroom. Englewood Colorado: Teacher Ideas. A Division of Libraries Unlimited, 1998.

FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M.; PINTO, R. A. Saberes da experiência docente em Matemática e educação continuada. **Quadrante**. v. 8, p. 33-59, 1999.

PASSOS, C. L. B. et al. Desenvolvimento profissional do professor que ensina Matemática: Uma meta-análise de estudos brasileiros. **Quadrante**, v. XV, n. 1 e 2, p. 193-219, 2006.

SHULMAN, L. S. Those who understand: knowledge growth in teaching. **Educational Researcher**, Washington, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.



# RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online  
ISSN: 0104-7035 impresso



\_\_\_\_\_. Conocimiento Y Enseñanza: Fundamentos de la Nueva Reforma.  
Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform. Stanford University.  
Profesorado - **Revista de currículum y formación del profesorado**, v. 9, n. 2, p.1-30,  
2005.



## O desatar da imaginação sociológica com a juventude alfenense

*The untying of the sociological imagination with Alfenas' youth*

Marcelo Conceição<sup>1</sup>  
Lucas Costa Nagahiro<sup>2</sup>  
Mateus Aires dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

Neste trabalho são relatadas parte das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão "A imaginação sociológica e o sul de Minas", da Universidade Federal de Alfenas, com estudantes do ensino médio do município de Alfenas. Partindo do conceito de imaginação sociológica, elaborado por Wright Mills, o projeto tem buscado estimular estudantes da rede pública estadual de ensino a relacionarem as transformações sociais que ocorrem em contextos mais amplos, com as mudanças imediatas em suas vidas cotidianas. Dentre as atividades desenvolvidas, desde 2017, destacaram-se: levantamento feito com os estudantes sobre seus interesses e seu perfil, e discussões sobre o mercado de trabalho e o Exame Nacional do Ensino Médio. As ações nas escolas promoveram debates sobre as perspectivas de futuro, o acesso à educação superior pública e a realidade social. Os questionamentos e inquietações dos estudantes indicaram ter ocorrido o início de um desatar da imaginação sociológica da juventude alfenense.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Mercado de Trabalho. Enem.

### Abstract

This paper reports part of the activities developed by the extension project "The sociological imagination and the south of Minas", at the Federal University of Alfenas, with high school students from Alfenas. Based on the concept of sociological imagination, elaborated by Wright Mills, the project has sought to stimulate students from the state public school system to relate social transformations that occur in broader contexts with immediate changes in their daily lives. Among the activities studied, since 2017, the following stand out: a survey carried out with students and their profile, and studies on the labor market and the National High School Exam. The actions in schools promoted extensive debates about future perspectives, access to

<sup>1</sup> Docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (Unifal - MG) - marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br;

<sup>2</sup> Discentes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (Unifal - MG) - lucas.nagahiro@sou.unifal-mg.edu.br, mateus.aires@sou.unifal-mg.edu.br.



public higher education and the social reality. The students' questions and concerns indicated that the beginning of an unleashing of the sociological imagination of the youth of Alfenense had occurred.

**Keywords:** High School. Labor Market. Enem.

## 1 Introdução

Desenvolvido pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1975), o conceito de imaginação sociológica representa a capacidade de os indivíduos identificarem as mudanças e as relações estabelecidas entre a sociedade e sua vida particular. No entanto, esta qualidade geralmente é esquecida em suas vidas cotidianas, o que altera a maneira como os efeitos provocados pelas transformações sociais são percebidos.

Com base neste conceito, o projeto de extensão “A imaginação sociológica e o sul de Minas”, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), iniciou suas atividades em fevereiro de 2017. Desde então buscou ampliar e compartilhar o conhecimento por meio de análises acerca de aspectos sociais do município de Alfenas e da região sul do estado de Minas Gerais, de forma comparada ao país e ao estado. Tal direcionamento têm fornecido um conjunto de informações acessíveis aos indivíduos, o que os incentiva a mobilizarem o pensar sociologicamente, de acordo com suas necessidades práticas. No entanto, para que estes indivíduos possam reconhecer quais são as possibilidades, é fundamental que eles se reconheçam como parte de grupos de pessoas que compartilham das mesmas circunstâncias que ele. O desatar a imaginação sociológica com a juventude alfenense é parte da proposta do projeto, desenvolvido em parceria com escolas estaduais e com o jornal online *Alfenas Hoje*.

Nesse trabalho serão apresentadas algumas das atividades desenvolvidas em duas escolas estaduais do município, nos anos de 2018 e 2019<sup>3</sup>, voltadas a estimular

---

<sup>3</sup> Devido a pandemia, em 2020 o projeto não atuou e, em 2021, se concentrou em produzir e publicar matérias no jornal parceiro.



nos estudantes do 2º e 3º anos do ensino médio, aspectos de percepção sobre a vida em grupo e suas posições dentro da estrutura social.

## 2 Temas de interesse e o mercado de trabalho

O primeiro passo foi conhecer melhor os estudantes das escolas estaduais. Para isso foi realizado um levantamento de dados primários<sup>4</sup>. Por meio de questionários, foram coletadas informações sobre a vida pessoal de 80 estudantes, tais como: data de nascimento, escolaridade dos pais, preocupações futuras, profissões, discriminação racial, entre outros assuntos. Isso permitiu trabalhar melhor o conceito de imaginação sociológica e fazer o exercício inicial do se reconhecer em grupos. Um dos principais dados analisados se reportou aos temas de interesse dos estudantes.

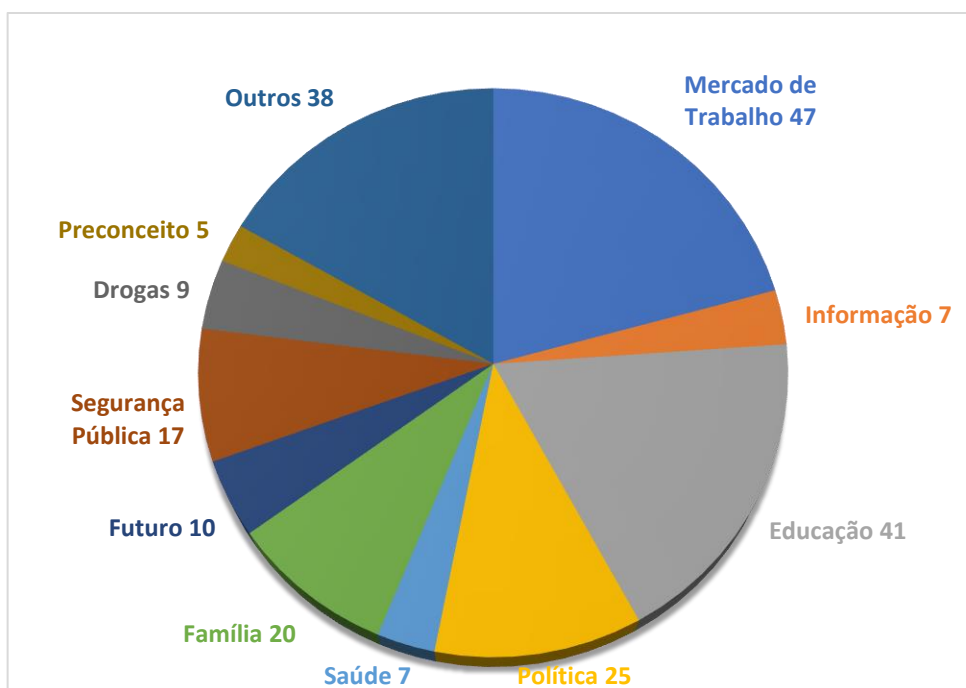
---

<sup>4</sup> O levantamento foi utilizado como suporte para auxiliar no direcionamento das ações do projeto. Não está disponível para consultas.





**Imagem 1** - Temas de interesse dos estudantes de 2º e 3º anos do ensino médio



Fonte: Elaboração dos autores.

Diversos temas foram citados, mas o mercado de trabalho foi o principal tema de interesse dos estudantes, com 47 citações. Aspectos como “desemprego”, “trabalho” e “escolha da profissão” foram as principais respostas que constituíram esta categoria. É fácil entender o motivo de ser o tema que aparece com maior peso entre esses jovens, já que estudantes que estão nos anos finais do ensino médio, cada vez mais são pressionados a buscar uma profissão para o futuro. A questão que fica em aberto é: “Qual a possibilidade de inserção desses jovens no mercado de trabalho, considerando a formação oferecida pelo ensino público?”.

O conceito de imaginação sociológica é um instrumento crucial para fomentar tais discussões. A ideia é mostrar como a dinâmica social interfere diretamente e conduz nossas decisões, nossos pensamentos e nossas ações. O exercício foi provocá-los a pensar: “A escolha da minha profissão está relacionada a um prestígio social e econômico, ou diz respeito às minhas competências e habilidades para lidar com a profissão?”.



Dessa forma, o grupo de trabalho do projeto levantou e analisou um conjunto de dados secundários, sobre o mercado de trabalho formal, disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2015).

**Imagem 2** - Número de empregos formais por grandes setores (2015)

Setor	Brasil	%	Minas Gerais	%	Microrregião de Alfenas	%	Alfenas	%
Extrativa Mineral	240.488	0,50	60.108	1,25	107	0,23	33	0,17
Indústria de Transformação	7.566.900	15,74	768.036	15,93	7.802	16,93	2.081	10,43
Serviços Industriais de Utilidade Pública	447.385	0,93	42.243	0,88	227	0,49	53	0,27
Construção Civil	2.422.664	5,04	271.665	5,63	1.179	2,56	548	2,75
Comércio	9.532.622	19,83	995.064	20,64	10.660	23,13	5.099	25,55
Serviços	17.151.312	35,69	1.596.109	33,11	13.095	28,42	8.202	41,10
Administração Pública	9.198.875	19,14	828.346	17,18	6.503	14,11	1.951	9,78
Agropecuária	1.500.561	3,12	259.545	5,38	6.505	14,12	1.989	9,97
Total	48.060.807	100,00	4.821.116	100,00	46.078	100,00	19.956	100,00

Fonte: RAIS, 2015<sup>5</sup>

Os dados coletados mostraram os números de empregados vinculados ao mercado de trabalho formal, distribuídos em oito grandes setores e por níveis administrativo: Brasil; estado de Minas Gerais; microrregião de município de Alfenas, composta por 12 municípios: Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania; e o município de Alfenas.

Havia mais de 48 milhões de empregos formais no Brasil, em 2015, e o setor de Comércio e Serviços eram os que mais empregavam, com mais 55% dos empregos formais.

As análises e os estudos dos dados da RAIS revelaram algumas características do mercado de trabalho formal alfenense. Foi possível constatar um grande peso do município de Alfenas na microrregião da qual faz parte, em que representava mais de 66% das contratações formais na área de Comércio e Serviços, que superavam a média

<sup>5</sup> No momento da elaboração da atividade, era a edição mais recente disponível para análises de dados regionais.



nacional e estadual, para esses dois setores. A tabela revelou que esses dois setores representavam 13.301 vagas ocupadas, de 19.956 carteiras assinadas.

Outro levantamento realizado foi referente às profissões ou ocupações que mais empregavam em Alfenas, no ano de 2015, como pode ser observado na Imagem 3.

**Imagem 3** - Número de empregos formais por profissões em Alfenas (2015)

Ocupação/profissão	N	%
Vendedores e demonstradores	2275	11,40
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares...	1808	9,06
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação...	1294	6,48
Condutores de veículos e operadores...	953	4,78
Professores do ensino superior	842	4,22
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	697	3,49
Técnicos da ciência da saúde humana	693	3,47
Trabalhadores agrícolas	674	3,38
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	543	2,72

Fonte: RAIS, 2015.

Os “Vendedores e demonstradores” apareceram na primeira posição com 2.275 empregados correspondendo a 11,40% do total de vagas ocupadas em Alfenas, seguido pelos “Escriturários em geral, agentes, assistentes auxiliares...” que ocupavam a segunda posição com 1.808 profissionais e 9,06% do total. A análise deste conjunto de dados possibilitou a construção de um panorama, no qual pudéssemos levantar indagações a respeito da dinâmica interna do mercado em Alfenas.

Pensando na necessidade de desenvolver um conhecimento sociológico, a equipe realizou uma apresentação para os estudantes do ensino médio. O objetivo foi promover um debate para incitá-los a pensar em: “*Como a sociologia pode nos ajudar a interpretar aquelas informações?*”. A discussão possibilitou o compartilhamento de um conjunto de dificuldades que lhes eram comuns. A principal se referia à inserção no mercado de trabalho, principalmente em profissões como “Vendedores e demonstradores”. Segundo relataram, os pré-requisitos exigidos pelas vagas



disponíveis muitas vezes não correspondiam às suas realidades. O tempo de experiência mínimo na área e a exigência de indicações estavam entre os principais obstáculos que se apresentavam a eles na hora de procurar um emprego.

Conforme destaca Mills (1975, p. 9), quando se fica desempregado pode haver um sentimento de tristeza, ao passo que ao se empregar pode ocorrer um entusiasmo. Para a compreensão dos aspectos que envolvem tais situações opostas, é necessário entender como funciona a vida em sociedade, ter consciência da ligação entre a vida individual e a orientação da história. Nesse sentido, ao apresentar a estrutura do mercado de trabalho no município, de forma comparada aos dados nacionais e regionais, a atividade possibilitou aos estudantes exercitarem sua imaginação sociológica, ao relacionar como há semelhanças e diferenças entre os mercados de trabalho local, regional e nacional.

No que se refere às ocupações e profissões que compõem o mercado de trabalho municipal, é importante frisar que os dados apresentados indicaram que a escolha da profissão, se for baseada em critério de maiores possibilidades de ingresso, nem sempre se sustenta, pois na maioria das vezes é direcionada às profissões tradicionais (médico, advogado, por exemplo) ou a algumas em emergência no momento da definição. Havia mais empregados em ocupações que não necessariamente envolvem a formação em nível superior, o que de certa forma pode ser um estímulo aos jovens que necessitam de um emprego, logo após o término do ensino médio.

Os estudantes possuíam plena consciência do papel fundamental exercido pela educação, no momento de ingressar em cargos satisfatórios no mercado de trabalho. Por isso, as discussões em torno das possibilidades de ingresso em uma universidade pública, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi outra importante atividade.

### **3 As possibilidades de ingresso no ensino superior propiciadas pela realização do Enem**



Com o objetivo de incentivar os estudantes a participarem do Enem, já que é uma das principais portas de entrada ao ensino superior gratuito, foi realizada uma atividade em dois momentos.

Num primeiro momento, ocorreu a apresentação de algumas das principais políticas públicas que utilizam a nota do Enem como critério avaliativo de ingresso ao ensino superior ou técnico, principalmente o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Houve a explicação de que a nota do Enem dura até dois anos, e que os alunos que estão no 3º ano do ensino médio têm direito à isenção da taxa de matrícula. Um dos pontos importantes dessa atividade foi apresentar a política de cotas, tomando por base a Lei nº 12.711/2012, como uma forma de acesso ao ensino superior. Neste momento, foram expostas todas as modalidades de cotas: egressos do ensino médio público, jovens de famílias de baixa renda e relacionadas às ações afirmativas, que visam corrigir desigualdades raciais.

Na sequência, debateu-se sobre um assunto muito importante e que parece um pouco nebuloso aos estudantes: as listas de esperas. Buscou-se demonstrar como essas listas funcionam, e que é necessário passar por várias etapas. Tudo depende da chamada regular no Sisu. Se o participante não foi convocado pela primeira chamada, ele pode declarar interesse pela lista de espera no próprio site do Sisu. Feito isso, é necessário que os candidatos acompanhem a lista no site da instituição escolhida. Por exemplo: um participante escolhe o curso de Letras em uma universidade, como primeira opção; não é convocado na chamada regular; e solicita uma vaga na lista de espera. A partir desse momento, esse candidato deverá acompanhar a lista no sítio da própria instituição escolhida, bem como as datas das próximas chamadas e ficar atento aos horários e aos documentos necessários para efetuar a matrícula.

A finalidade foi mostrar que as chances de acessar o ensino superior são altas, mesmo que os estudantes não passem logo pela primeira chamada. Isso acontece porque nem todos os cursos preenchem a totalidade das vagas disponíveis, por meio da chamada regular do Sisu. Mesmo depois, muitos dos candidatos que manifestaram interesse na primeira etapa da lista de espera, de cada curso, não comparecem às instituições para efetuar a matrícula. Dessa forma, as intuições continuam a convocar



até preencherem o número de vagas. Tal informação é de suma importância, no que diz respeito à democratização do acesso de estudantes pobres e de escolas públicas ao ensino superior de qualidade.

Na segunda parte da atividade, os estudantes foram aos laboratórios de informática das escolas, instruídos a realizar a inscrição para o Enem. O objetivo foi sanar dúvidas referentes aos campos a serem preenchidos. Apesar de algumas dificuldades técnicas, todos os estudantes interessados efetivaram suas inscrições.

A atividade obteve êxito em projetar, para os estudantes da rede pública estadual, possíveis formas de ingresso nas principais universidades e, principalmente, chamar a atenção para o sistema de cotas, como um incentivo de acesso à educação superior pública. De outra parte, esclareceu sobre o processo das listas de espera, que muitas vezes causam um enorme desconforto e confusão, pois os jovens frustrados por não terem sido selecionados pelo Sisu, não conhecem a continuidade do processo para o preenchimento das vagas dos cursos. Chamou-se atenção para o fato de que as listas de espera possuem uma enorme fluidez, e oferecem grandes chances para aqueles que não conseguiram uma boa colocação na primeira chamada.

Ao final da atividade, aproximadamente 70% dos estudantes estavam inscritos no exame. Entusiasmados com tantas possibilidades, as informações pareceram bem compreendidas e estimulantes, e podem gerar frutos positivos no futuro.

Mills (1975, p. 11) destaca que não é somente a informação que é necessária, mas “uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos”. Isso é a imaginação sociológica. Ao capacitar os indivíduos para compreender o cenário histórico, de acordo com Mills (1975, p. 11-12), a imaginação permite levar em conta as experiências diárias e possibilita sua localização, em relação ao período por ele vivenciado. Nesse sentido, compreender os mecanismos pelos quais ocorre o acesso ao ensino superior público e gratuito, auxilia o despertar de diversas relações a serem refletidas sobre a estrutura social, a vida individual e, nesse caso, as possibilidades de transformações em relação às perspectivas de formação profissional. Conhecer o processo auxilia na busca por



estratégias para realizar o ingresso, de acordo com as intenções e condições vividas por cada indivíduo, dentro do todo social.

## 4 Conclusão

Não é possível abranger os diversos elementos que envolvem o despertar da imaginação sociológica, na construção apresentada por Mills (1975). Porém, o desatar de uma maneira de olhar para a vida, centrada nos aspectos individuais, muitas vezes desconexos do todo social, pode ser amenizado à medida que se toma conhecimento da complexa estrutura social e das marcas que ela imprime no nível micro e individual de nossas vidas.

A importância do papel da imaginação sociológica diz respeito, de acordo com Mills (1975, p. 14), à percepção dos indivíduos acerca do que está acontecendo no mundo, que permita a compreensão do seu lugar e de sua posição, dentro das circunstâncias gerais, num cruzamento entre a história e a biografia na sociedade. Nesse sentido, as informações apresentadas e discutidas propiciaram aos estudantes a possibilidade de se verem no todo, e de compreender que não estão ou são únicos a estarem em determinadas situações, como é o caso das questões sobre emprego e ensino superior. Também houve incentivo para pensarem em possibilidades, muitas das vezes não apresentadas, como é o caso do ingresso pelas listas de espera, após a primeira etapa do Sisu.

Dentre as diversas explicações e debates, fica perceptível que há um longo caminho a ser trilhado, no que diz respeito às relações que devem, necessariamente, ser estabelecidas entre os aspectos da vida cotidiana, como o mercado de trabalho e o ingresso no ensino superior, e às questões políticas gerais. Esse primeiro passo de desatar o pensamento sociológico parece ter sido cumprido, mas como os estudantes não são os mesmos, a cada ciclo de anos, é preciso continuar.

## Referências



BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 10 mai. 2022.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: ZAHAR editora, 1975.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2015. Disponível em <[https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_anuario\\_rais/anuario.htm](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2017.





## Evento virtual interdisciplinar em universidade pública no Brasil: reflexões e saberes na temática HIV/AIDS

*Interdisciplinary virtual event at a public university in Brazil: reflections and knowledge on HIV/AIDS*

Tiago de Melo Silva<sup>1</sup>  
Eduarda Guimarães<sup>2</sup>  
Yara da Silva Teodoro Rangel<sup>2</sup>  
Valentina Verginea da Costa Lopes<sup>2</sup>  
Livia da Silva Oliveira<sup>2</sup>  
Geani de Oliveira Marins<sup>3</sup>  
Ana Paula Medeiros Menna Barreto<sup>4</sup>  
Lismeia Raimundo Soares<sup>4</sup>  
Silvia Thees Castro<sup>5</sup>

### Resumo

Relata-se nesse texto a vivência de um evento virtual organizado pela integração de projetos do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, realizado em dezembro/2021, objetivando comemorar o “Dia da luta contra a AIDS”. Devido ao contexto pandêmico, o mesmo foi mediado por tecnologias digitais, planejado por estudantes e docentes dos Grupos de Extensão (APHETO e NUTDOC), contou com palestrantes de diversas áreas de atuação e instituições. No total foram 107 (100%) inscrições; 38 (35,5%) participaram da atividade na parte da manhã, com debates em mesa redonda e 39 (36,4%) na ação referente ao período da tarde, sob modalidade em roda de conversa. O formulário de avaliação foi respondido por 23 (21,4%) dos participantes, os quais registraram que o mesmo favoreceu a troca de saberes interdisciplinares na temática

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense e extensionista do projeto APHETO (UENF) - tiagomelo087@gmail.com;

<sup>2</sup> Discentes do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro e extensionistas do projeto APHETO (UFRJ - Centro Multidisciplinar Macaé - RJ) - duditags85@gmail.com; yaratrangel@gmail.com; valenvcosta2@gmail.com; silvialivia2703@gmail.com;

<sup>3</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ESPN / Fiocruz) - geanioliveira@outlook.com;

<sup>4</sup> Docentes de Nutrição Clínica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - Centro Multidisciplinar Macaé - RJ) - apmennabarreto@gmail.com; lismeia@gmail.com;

<sup>5</sup> Médica do Ambulatório do Programa Municipal SAE/IST/Aids de Macaé - RJ - stheescastro@gmail.com.



HIV/AIDS e afirmaram que participariam de edições futuras. Notou-se que tais eventos são formas dialógicas de ampliar conhecimentos ligados ao contexto do HIV.

**Palavras-chave:** Extensão. Pandemia. HIV. AIDS.

## Abstract

This text reports the experience of a virtual event organized by the integration of projects from the UFRJ-Macaé Multidisciplinary Center, held in December/2021, aiming to celebrate the "Day of the fight against AIDS". Due to the pandemic context, it was mediated by digital technologies, planned by students and teachers of the Extension Groups (APHETO and NUTDOC), with speakers from different areas of activity and institutions. In total there were 107 (100%) enrollments; 38 (35.5%) participated in the activity in the morning, with roundtable debates and 39 (36.4%) in the action referring to the afternoon, in a conversation round mode. The evaluation form was answered by 23 (21.4%) of the participants, who registered that it favored the exchange of interdisciplinary knowledge on the HIV/AIDS theme and stated that they would participate in future editions. It was noted that such events are dialogical ways of expanding knowledge linked in the context of HIV.

**Keywords:** Extension. Pandemic. HIV. AIDS.

## 1 Introdução

Em decorrência da pandemia global pela infecção do novo coronavírus, houve necessidade de estratégias de *lockdown*, a fim de conter a infecção de mais indivíduos e reduzir a sobrecarga social da Covid-19 e a mortalidade da população. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma pandemia. O status da doença mudou pela alta taxa de transmissão do vírus e o seu alastramento geográfico intercontinental. Na data do decreto, o vírus já se encontrava em 114 países com mais de 118 mil casos confirmados e 4.291 mortes (AGUIAR, 2021).

No Brasil, após março de 2020, as universidades e os projetos de pesquisa e extensão usaram a tecnologia para continuar produzindo conhecimento acadêmico. Assim, buscou-se a ideia de organizar eventos em formato online, uma forma de manter o ensino e pesquisa, como base principal a tecnologia da informação, promovendo o conhecimento e a troca de conhecimentos (DE MORAES, 2021).



Dialogar sobre a temática HIV/Aids dentro da universidade possibilita a troca de saberes que contribuem para a promoção de saúde, além de colaborar para a prevenção do contágio do vírus. Também é possível realizar o trabalho ao combate do estigma e preconceito de pessoas que vivem com esta comorbidade. Isto possibilita dentro do ambiente acadêmico estimular os espaços de humanização por meio de diálogos para entender e trabalhar melhor sobre esta temática (SANTOS, 2015).

Foi neste contexto que se organizou o evento que ocorreu em formato remoto, sobre "Reflexões e Saberes no dia mundial da luta contra AIDS", no Centro Multidisciplinar UFRJ-Campus Macaé-RJ, em dezembro de 2021. Este foi organizado por bolsistas PROFAEX e docentes do projeto de extensão "APHETO - Conhecendo e promovendo o cuidado nutricional autopercepção da imagem corporal e qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS por meio da interdisciplinaridade e interprofissionalidade do Município de Macaé-RJ" em parceria com o "NUTDOC- Ações de prevenção e controle das Doenças Crônicas não transmissíveis e o cuidado nutricional a pacientes adultos e idosos hospitalizados", no serviço do município de Macaé-RJ, ambos cadastrados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFRJ.

O evento intitulado "II Seminário Multidisciplinar da UFRJ: reflexões e saberes sobre HIV/AIDS na pandemia", ocorreu no dia 3 de dezembro de 2021. Na parte da manhã houve uma mesa redonda multidisciplinar sobre reflexões e saberes do HIV/Aids na pandemia que contou com a participação de enfermeiras, infectologistas e psicólogos com profundo conhecimento do tema; e uma roda de conversa extensionista no período da tarde que contou com a participação de discentes do curso de nutrição da UFRJ-Campus Macaé e de um assistente administrativo com atuação no Programa IST/AIDS.

Foi aplicado um questionário virtual, construído pelos organizadores do evento, respondido de forma totalmente anônima, para avaliar a ação da extensão, por meio de pesquisa de opinião dos participantes das atividades remotas. Utilizou-se a ferramenta *Google Forms*, que foi enviada por e-mail. Dos n=107 (100%) inscritos, voluntariamente retornaram n=23 (21,4%), dos participantes. Na atividade da parte da manhã, participaram n=38 (35,5%), com debates em mesa redonda e n=39 (36,4 %) na



ação referente ao período da tarde, sob modalidade em roda de conversa. Tais dados encontram-se a seguir na **Tabela 1**, cujo intuito foi a caracterização dos participantes do evento interdisciplinar; já a **Tabela 2** descreve a satisfação dos participantes quanto ao evento de extensão interdisciplinar online e a **Figura 1** contém a classificação da abordagem dos palestrantes sobre o tema HIV/ AIDS na Pandemia em Macaé-RJ, 2021.

Devido às incertezas provocadas pela pandemia de Covid-19, esse seminário foi realizado no formato totalmente online, gratuito e contou com palestras de profissionais capacitados para abordar a temática com total segurança e conhecimento. Com essa programação diversificada, procurou-se chegar num público que se interessaria pelo tema, sendo desta forma a abertura da inscrição para qualquer pessoa.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Pandemia na Universidade Brasileira e a Tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão

Existem diversas intervenções em saúde pública que visam ao controle de um surto de uma doença infecciosa, como quarentena e contenção comunitária. No Brasil, a partir de março de 2020, uma vez que não foi mais possível identificar todos os infectados pelo novo coronavírus e nem os seus contatos a tempo de retardar a propagação da doença, o próximo passo foi o isolamento social, principalmente quando não existia vacina e/ou tratamento adequado à população. O fechamento das escolas, cancelamento de eventos públicos, até o bloqueio completo de atividades de uma cidade foram medidas de supressão para reduzir o número de reprodução (R) - média de casos secundários gerados por um infectado - a níveis abaixo de 1, ou até mesmo eliminar a transmissão entre humanos (SCHUCHMANN, 2020)

O ensino remoto emergencial foi uma alternativa que buscou disponibilizar conteúdos educacionais possíveis de serem acessados de qualquer lugar geográfico por um aparelho conectado à internet. A questão foi que a mudança na modalidade de ensino, especialmente de modo abrupto, não foi tão simples como parece nas



universidades públicas brasileiras. Impactou estudantes e professores que, juntos, precisaram empreender esforços para encontrar as melhores estratégias que atendessem às novas necessidades impostas pelo distanciamento social para continuar desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (PINHO et al. 2021).

A proposta adotada pela UFRJ na tríade ensino, pesquisa e extensão se observa por meio da interação entre projetos, além da dialógica entre a sociedade e a comunidade acadêmica, onde pretende-se favorecer uma reflexão da ação promotora de mudanças nas questões de grande complexidade do contexto social contemporâneo. Tal reflexão pode ocorrer por meio de um processo interdisciplinar, científico, cultural, tecnológico e político educacional (ZIKAN et al. 2021).

No campo da saúde, os diferentes interlocutores fazem parte da proposta de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na perspectiva multidisciplinar. Neste relato integra-se a assistência às pessoas vivendo com HIV (PVHIV) e, a partir destas experiências, todos os participantes envolvidos, principalmente o discente, os quais lidam com situações que convocam a conduta e responsabilidade profissional e o desenvolvimento da sua autonomia. Construindo assim, uma formação compromissada, sensível e ética para orientar a população infectada pelo vírus (SOARES, et al. 2021).

## 2.2 Tecnologias digitais da informação nas universidades brasileiras

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em eventos possibilitaram ampliar o público, por não estar restrito a um espaço físico específico; reduziu custos de realização de eventos e facilitaram o acesso a palestrantes renomados na área (GIACOMELLI et al. 2020). Ainda, segundo de Silva *et al*:

Os eventos científicos são oportunidades para aquisição de novos conhecimentos, pois amplificam a divulgação da ciência e permitem aos seus participantes o acesso a informações atualizadas nas áreas de estudos, trocas de experiências que se estabelecem entre pesquisadores e alunos e traçam diretrizes e metas para futuras possibilidades numa determinada área do saber (SILVA et al. 2021, p. 112;116).



Sobre a importância de eventos, Lacerda et al. (2008, p. 130) nos afirma que “sua finalidade é reunir profissionais ou estudantes de uma determinada especialidade para trocas e transmissão de informações de interesse comum aos participantes”.

É reconhecido que o combate ao preconceito, ao estigma e à discriminação, ao longo da história da AIDS, em nosso país e no mundo, pode ser desenvolvido por meio de ações e atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão dentro de uma perspectiva multidisciplinar e integrada (MILTÃO, 2019).

### 2.3 O olhar do “outro” sobre o Evento: discussões e apontamentos

As estratégias aqui descritas decorrem das observações e reflexões dos autores diante da experiência vivenciada no evento na modalidade remota, a qual foi adaptada na pandemia. Os participantes foram designados como “outro” e caracterizados segundo participação no ambiente matutino e vespertino (Tabela 1).

**Tabela 1** - Caracterização dos participantes do evento interdisciplinar online no dia mundial da luta contra AIDS, Macaé-RJ, 2021.

Variáveis	N (%)
<b>Total</b>	23 (100)
<b>Gênero</b>	
Masculino	2 (9)
Feminino	21 (91)
<b>Faixa etária (anos)</b>	
≤ 18	1(4)
19-30	20 (87)
31-39	0
40-60	2 (9)
<b>Estado civil</b>	
Solteiro	21 (91)
Casado	1 (4)



Divorciado	0
Namorando	1 (4)
<hr/>	
<b>Grau de instrução</b>	
Discente da UFRJ	21 (91)
Discente externo	1 (4)
Docente	0
Profissional da Saúde	1 (4)

Fonte: Os autores (2021).

Ao caracterizar os participantes do evento, percebe-se maior presença do público feminino, tanto na participação quanto na proposição das atividades do evento, pode ser explicada pela alta prevalência do gênero feminino na graduação do Curso de Nutrição UFRJ-Macaé, sendo também a grande maioria dos proponentes e respondentes do evento.

Apesar dos aspectos ligados à organização do evento terem sido avaliados como positivos, é importante notar que a organização precisava realmente ter sido mais ampla. Considerando que o evento foi realizado de forma online este poderia ter alcançado um público bem maior e isso acabou refletindo também nas respostas ligadas à duração do evento.

Avaliando as respostas obtidas, podemos entender a importância da temática ligada ao HIV/AIDS e como esta deve ser compreendida e fazer parte do cotidiano profissional. Neste sentido, conforme afirma Palácio et al. (2012):

Nota-se que a interface ensino-pesquisa-extensão revela que as necessidades, dúvidas e vivências das pessoas que vivem com HIV sejam compreendidas e acolhidas pelos profissionais, (docentes-discentes), em especial sobre as condições do tratamento e do cuidado no processo saúde-doença (PALÁCIO et al. 2012, p.363).

Quando trabalhamos a construção do conhecimento em relação a certa temática, é necessário que aprendamos em qual contexto esta se encontra de forma a ocorrer o compartilhamento não só das informações, mas, também, do conhecimento que pode



fortalecer a luta pelos direitos de acesso ao saber, transformando-se em aspectos políticos de luta por serviços de saúde de melhor qualidade (SANTOS et al. 2015).

**Tabela 2** - Classificação da satisfação dos participantes quanto ao evento de extensão interdisciplinar online no dia mundial da luta contra AIDS, Macaé-RJ, 2021.

Variáveis	n (%)
<b>Total</b>	23 (100)
<b>Relevância do evento</b>	
Muito necessário	20 (87)
Necessário	3 (13)
Pouco necessário	0
<b>Contribuição do evento para formação</b>	
Essencial	16 (70)
Importante	7 (30)
Pouco relevante	0
Irrelevante	0
<b>Organização do evento</b>	
Excelente	17 (74)
Boa	6 (26)
Péssima	0
<b>Duração do evento em relação ao conteúdo</b>	
Adequada	9 (39)
Aceitável	6 (26)
Suficiente	8 (35)
<b>Organização sequencial das palestras</b>	
Excelente	10 (43)
Bom	13 (57)
<b>Plataforma e recursos utilizados</b>	
Excelentes	13 (57)
Bons	10 (43)
<b>Aplicação dos conhecimentos no contexto profissional</b>	
Com certeza	17 (74)





Muito provável	6 (26)
Pouco provável	0
<hr/>	
<b>Probabilidade de participação em edição futura</b>	
Extremamente provável	10 (43)
Muito provável	13 (57)
Moderadamente provável	0
Pouco provável	0
Nada provável	0

Fonte: Os autores (2021).

Não se pretende aqui generalizar esses achados, o interesse é construir novos conhecimentos com base nestas experiências, sobretudo para superar os desafios impostos por esta nova realidade pandêmica.

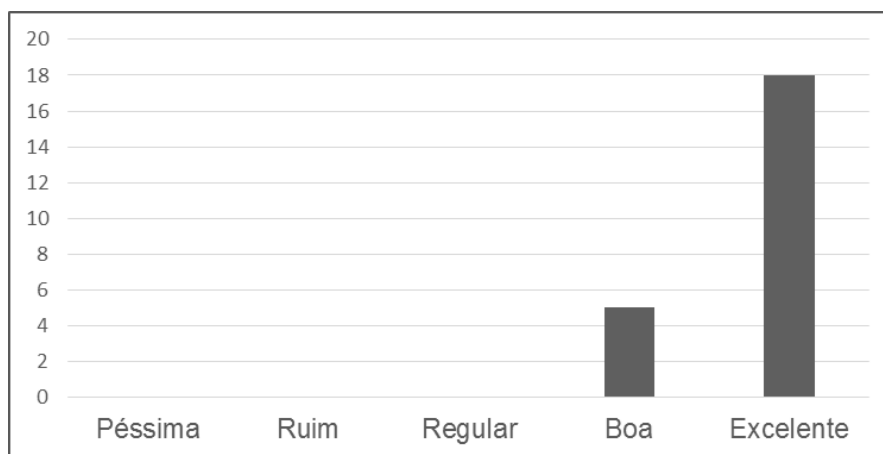
No evento, a mesa redonda foi composta por infectologista, nutricionista, psicólogo e enfermeiro, em que cada profissional abordou sua experiência na linha de frente com a população que vive com HIV na pandemia. No período da tarde a roda de conversa foi sobre atendimento multidisciplinar online de paciente com HIV/AIDS.

Nota-se na Figura 1 que n=18 (78,3 %) e n=5 (21,7%) dos participantes do evento avaliaram a abordagem dos palestrantes sobre o tema HIV/AIDS na pandemia como “Excelente” e “Boa”, respectivamente. Essa percepção dos respondentes vai de acordo com o que afirma Soares (2021, p.215):

As ações desempenhadas no projeto têm possibilitado o processo ensino-aprendizagem de maneira responsável, no sentido de promover a construção do conhecimento, a compreensão humana e, por conseguinte, o aperfeiçoamento da relação docente-discente (SOARES, 2021, p.215).



**Figura 1** - Classificação da abordagem dos palestrantes sobre o tema “HIV/AIDS na Pandemia” Macaé-RJ, 2021.



Fonte: Os autores (2021).

Trazer essas discussões no que se refere às questões ligadas ao HIV/AIDS para o contexto social pode provocar profundas mudanças e priorizar os aspectos políticos que envolvem os “determinantes sociais da saúde”, já que estes se relacionam aos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde, favorecendo o combate às iniquidades sociais presentes na sociedade e que afetam as pessoas que vivem com HIV.

### 3 Conclusão

Conclui-se que o evento virtual interdisciplinar forneceu informações atualizadas e permeou a troca de saberes entre o público externo e acadêmico, em relação ao tema HIV/AIDS, no período pandêmico, por meio da ação realizada por projetos da UFRJ-Campus Macaé.

O uso do ambiente virtual como apoio a uma atividade de evento possibilitou o planejamento compartilhado entre dois projetos de uma universidade pública brasileira, além de possibilitar o gerenciamento da participação dos estudantes como estratégias potencializadoras do ensino online, oportunizando a autonomia dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.



## Referências

AGUIAR, B. G. et al. Execução de projetos de extensão em período de pandemia: autoavaliação e estratégias. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 01, p. 176-191, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:

<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2022.

DE MORAES, C. H. et al. Educomunicação em Tempos de Crise: Adaptação de Projetos no Apoio ao Ensino Remoto. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 1, p. 17-30, 2021.

FERREIRA, B.; NEVES, A. L. M. das. Aids e Covid-19: entre olhares e experiências. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 203-215, mar. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <<https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/LEGISLACAO/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

GIACOMELLI, E. et al. EVENTOS REMOTOS E PANDEMIA DE COVID-19: LEVANTAMENTO DE OPINIÃO SOBRE O APRENDIZADO VIRTUAL. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 12, n. 2, 2020.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis/SC, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set. /dez., 2015.

LACERDA, A. L. et al. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 130-144, 2008.

MILTÃO, R. M. S. A. Limites e Possibilidades da Atuação do Serviço Social no Serviço de Assistência Especializada/SAE a Pessoas que Vivem com HIV/Aids. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: Abepss, 2019. p.1-12. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1583/1545>>. Acesso em: 07 abr. 2022.



PALÁCIO M. B, et al. O cuidado em HIV/AIDS e a atenção primária em saúde: possibilidades de integração da assistência. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v.43, n.3, p.360-367, 2012.

PEREIRA, T. M. V.; GIR, E.; SANTOS, A. S. T. dos. Pessoas vivendo com HIV e mudanças na rotina diária decorrentes da pandemia da COVID-19. **Escola Anna Nery**, v. 25, 25 ago. 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ean/a/mFhTc8YyTGZfwpWvJssHt3f>>. Acesso em: 9 abr. 2022.

PINHO, P.S. et al. Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

SANTOS, R. A. et al. Percepções do graduando de enfermagem sobre a importância do acompanhante do paciente internado. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 5, n. 1, p. 1425-1438, jan./abr. 2015.

SCHUCHMANN, A. Z. et al. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3556-3576, 2020.

SILVA, M. C. L. et al. SIMPÓSIO NACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA ONLINE SOBRE OPORTUNIDADES APÓS A GRADUAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA COVID-19. **Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina**, n. 14, 2021.

SOARES, L. R. et al. A interface ensino-pesquisa-extensão na construção discente: relato de experiência de um projeto universitário. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**. v. 5, n.10, 2021.

SOARES, L. R. et al. Aspectos Clínicos Epidemiológicos, Autopercepção da Imagem Corporal e Nutricionais de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS Atendidos por um Serviço de Assistência Especializada. In: VIANA, M. R. (Org.). **Experiências, Sabores e Afetos[livro eletrônico]**. 1 ed. Macaé: Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade, 2021. p. 200-225.

ZIKAN, F. E. et al. Arte e extensão no campo da saúde -elos em educação. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 44-63, jul.-dez., 2021. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/11299/10722>>. Acesso em: 07 abr.2022.



## Rodas de conversas virtuais no cuidado em saúde: um relato de experiência no contexto do pós Covid-19 em território de favela

*Virtual conversation circles in health care: an experience with post-Covid patients in favela territory*

Alessandra Choqueta de Toledo Arruda<sup>1</sup>

Carla Máximo Prado<sup>2</sup>

Fernando Eduardo Zikan<sup>3</sup>

Verônica Garcia Tavares<sup>4</sup>

Beatriz Rodrigues Italo de Paula Prata<sup>4</sup>

Laura Alvim Corrêa<sup>4</sup>

Renan Vicente da Silva<sup>5</sup>

Isabella da Silva Melo<sup>5</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo trazer relatos de experiência, reflexões e narrativas sobre as rodas de conversas realizadas virtualmente no projeto de extensão universitária *Inspiração*. Este projeto tem como foco o atendimento por telerreabilitação de pacientes com síndrome pós-Covid e vem sendo desenvolvido junto aos moradores do conjunto de favelas da Maré. As rodas de conversa têm sido realizadas de forma virtual, encurtando distâncias, reduzindo custos, tempo de deslocamento e trazido um local de fala, escuta, acolhimento e partilha, que demonstram a importância de um espaço de cuidado e promoção em saúde em tempos de pandemia. Essa troca de experiências e construção de laços afetivos entre pacientes e terapeutas foi fundamental para o estabelecimento dos fluxos de trabalho do projeto, além de contribuir para o desenvolvimento de profissionais e estudantes mais sensíveis às demandas do próximo, o que pode interferir positivamente no resultado do tratamento proposto.

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Fisioterapia e coordenadora do projeto de extensão *Inspiração* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - [alechoqueta@hucff.ufrj.br](mailto:alechoqueta@hucff.ufrj.br);

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e membro do projeto de extensão *Inspiração* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - [carla.prado@unifesp.br](mailto:carla.prado@unifesp.br);

<sup>3</sup> Docente da Faculdade de Fisioterapia e membro do projeto de extensão *Inspiração* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - [fernandozikan@hucff.ufrj.br](mailto:fernandozikan@hucff.ufrj.br);

<sup>4</sup> Fisioterapeutas do projeto de extensão *Inspiração* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - [veronicagarciafisio@gmail.com](mailto:veronicagarciafisio@gmail.com); [beatrizprata.22@gmail.com](mailto:beatrizprata.22@gmail.com); [lauralvim@yahoo.com.br](mailto:lauralvim@yahoo.com.br);

<sup>5</sup> Discentes da Faculdade de Fisioterapia e membros do projeto de extensão *Inspiração* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - [renanvicente37@ufrj.br](mailto:renanvicente37@ufrj.br); [melosbella@hotmail.com](mailto:melosbella@hotmail.com).



**Palavras-chave:** Rodas de conversa. Telerreabilitação. Fisioterapia. Saúde. Comunidade.

## Abstract

This article aims to narrate experience reports, thoughts and stories, about the conversation circles carried out virtually by the InspirAção project. This project focuses on telerehabilitation care for patients with post-Covid syndrome and has been developed with the population of Maré's favela. The conversation circles have been held virtually, reducing distances, costs, travel time and has been a place of speaking, listening, welcoming and sharing that demonstrate the relevance to have a place to care and promote health during the pandemic. This exchange of experiences and construction of affective bonds between patients and therapists was fundamental for the establishment of workflow, in addition to contributing to the development of professionals and students who are being more sensible to the demands of others, which can positively impact in the treatment results.

**Keywords:** Conversation circles. Telerrehabilitation. Physiotherapy. Health. Community.

## 1 Introdução

A pandemia da Covid-19 afetou profundamente os sistemas de saúde ao redor do mundo. No Brasil registraram-se até abril de 2022 mais de 30 milhões de pessoas infectadas pelo coronavírus SARS-CoV-2 e mais de 660 mil óbitos (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022). A maioria dos pacientes diagnosticados com Covid-19, doença infecciosa causada pelo coronavírus, se recuperou totalmente. No entanto, cerca de 10 a 30% dessa população permanece com efeitos de longo prazo em vários sistemas, incluindo pulmonar, cardiovascular e sistema nervoso, bem como efeitos psicológicos, muitas vezes até meses após a infecção (LOGUE J.K et al., 2021). Essa manutenção de sintomas tem sido denominada "Síndrome Pós-Covid" e após inúmeros estudos e poucos consensos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs em outubro de 2021 doze domínios para a definição dessa condição:

Indivíduos com histórico de infecção pelo SARS-CoV-2 provável ou confirmada; que acontece geralmente 3 meses após o início da COVID-



19 com sintomas que duram pelo menos 2 meses e não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns incluem fadiga, falta de ar, disfunção cognitiva, dentre outros e geralmente têm impacto na vida cotidiana. Os sintomas podem ser de início recente, após a recuperação inicial de um episódio agudo de COVID-19 ou persistir desde o início da doença. Os sintomas também podem flutuar ou recidivar no tempo. Uma definição separada pode ser aplicável para crianças. (WHO, 2021).

Dessa forma, uma nova pandemia vem ocorrendo em paralelo e afetando o sistema de saúde dos países, que começam a vislumbrar a necessidade de programas de reabilitação para a população com sequelas após a Covid-19. Ao mesmo tempo em que houve um aumento da demanda por reabilitação devido à Síndrome Pós-Covid, inúmeros serviços como clínicas e ambulatórios de fisioterapia precisaram suspender ou diminuir o número de atendimentos durante a pandemia para que a transmissão do vírus fosse reduzida.

Nesse cenário, a utilização de tecnologias de informação e comunicação, não apenas para levar a reabilitação a esses pacientes, mas principalmente para transferir informações educacionais em saúde, promover a escuta ativa dos pacientes que continuam apresentando sintomas após a Covid-19 e de seus familiares, em um formato acessível para a redução de distâncias e barreiras tornou-se primordial, especialmente para populações em maior vulnerabilidade social. Acompanhando essa demanda, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional publicou a Resolução N° 516/20 (COFFITO, 2020) com a liberação de teleconsultas como meio de manutenção dos atendimentos e nesse cenário nasceu o projeto “InspirAção”, que propõe a construção de um cuidado em saúde virtual por meio da telerreabilitação no pós-Covid, voltada aos moradores do conjunto de favelas da Maré.

É importante ressaltar que as pessoas em vulnerabilidade social e moradores de favelas, em sua maioria, não foram alcançadas pelas medidas de enfrentamento difundidas pelas autoridades sanitárias, uma vez que essas pessoas atuam em serviços essenciais, como serviços domésticos, supermercados, transporte ou ainda trabalham



de maneira informal, logo, grande parte dessa população foi impactada pelos efeitos econômicos e sanitários que a pandemia desencadeou.

Vale ressaltar que foi a mobilização das organizações da sociedade civil e lideranças existentes nesses territórios que se motivaram para o enfrentamento dessa crise sanitária e conseguiram reduzir os danos. (FLEURY, S. e MENEZES, P. 2020).

Assim, essa ação de extensão volta-se para a população de moradores das favelas da Maré, infectada pelo SARS-CoV-2, e que desenvolveu sequelas Pós-Covid, e se propõe a promover um espaço de escuta e partilha frente à angústia dessas pessoas que tiveram uma redução em sua qualidade de vida. Dentre as movimentações mais específicas dessa ação, as rodas de conversas são os espaços que permitem um fluir coletivo das demandas individuais para as coletividades.

## **2 Projeto InspirAção: Telerreabilitação pós Covid-19 em território de favela**

O Projeto de Extensão InspirAção foi criado em 2021 pelo Laboratório de Investigação em Avaliação e Reabilitação Pulmonar (LIRP/ UFRJ) com o intuito de promover saúde por meio de um modelo de telerreabilitação para pessoas diagnosticadas com a Síndrome Pós-covid. O território escolhido para atuação foi o conjunto de 16 favelas da Maré, na zona norte do município do Rio de Janeiro, que apresenta uma população com mais de 140 mil habitantes. Este projeto conta com a parceria de duas organizações da sociedade civil (Redes da Maré e SAS Brasil) e com a atenção primária à saúde (APS-SUS) com as quais foi possível criar uma aproximação e maior conhecimento sobre as demandas territoriais. Ainda, no final do ano de 2021 o projeto foi contemplado com o auxílio financeiro do edital internacional Covid-19.2 da Agence Universitaire de la Francophonie.

Tendo em vista o papel-chave da APS-SUS, de coordenadora do cuidado e ordenadora do acesso para os demais pontos de atenção no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é de suma importância uma ação da Universidade pública e gratuita, enquanto sua responsabilidade social-coletiva na busca de movimentações inovadoras e tecnológicas em saúde que auxiliem nas discussões nesse novo cenário em saúde





incluindo as pessoas usuárias desse sistema. O objetivo é promover uma maior integração da atenção primária e secundária em saúde, por meio da organização e do encaminhamento das pessoas usuárias ao atendimento ambulatorial, para acolher as suas demandas específicas no processo de reabilitação.

O projeto foi elaborado em meio à pandemia em que os encontros virtuais eram a opção escolhida por proporcionar a manutenção das medidas de contenção da transmissão do vírus. Os encontros foram semanais, por uma plataforma remota, para o planejamento das parcerias, fluxos de trabalho, atuação e divisão das tarefas entre os membros do grupo que inclui docentes, profissionais de saúde e discentes de graduação.

## 2.1 Proposta inicial e adaptações de fluxo

A construção do fluxo de trabalho do projeto Inspiração como um todo foi definida de forma coletiva. Contamos com um fluxo de 5 etapas (Figura 1), sendo uma delas as Rodas de Conversas, como descrito a seguir:

1) *Captação dos pacientes*: fase na qual estabelecemos uma comunicação com pacientes diagnosticados pelos médicos da APS ou da SAS Brasil com sequelas Pós-covid e história de infecção pelo SARS-CoV-2. E verificamos o interesse por parte destes em participar do projeto;

2) *Teste de vídeo e Acolhimento*: Após acordada a participação, acolhemos o paciente e identificamos possíveis problemas técnicos como conexão com a internet, equipamento de acesso, dificuldades no uso da tecnologia entre outros, que poderiam atrasar ou impossibilitar o atendimento em futuras teleconsultas; nesse contato coletamos informações do paciente e verificamos o melhor horário para uma avaliação presencial;



3) *Avaliação presencial pelo fisioterapeuta e demais profissionais da saúde para o estabelecimento da indicação do acompanhamento pela telerreabilitação*: etapa que está sendo realizada no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF).

4) *Agendamento*: fase na qual foi estabelecida a data da teleconsulta/telerreabilitação de acordo com os horários do profissional e do paciente. Esse processo tem a duração de oito semanas com dois encontros semanais.

5) *Rodas de Conversa*: nesta etapa entramos em contato com os pacientes, fornecemos as datas e os horários dos encontros semanais e os convidamos para participarem das rodas de conversa, cujo objetivo foi promover uma educação popular em saúde, que foca na horizontalidade dos saberes, sendo presente na área da saúde por meio da promoção em saúde como nos define Vasconcelos e cols. (2007).

**Figura 1.** Fluxograma das atividades desenvolvidas pelos extensionistas do Projeto Inspiração.



Fonte: Elaboração própria (2021)

Iniciamos no final de 2021 com a participação dos pacientes nas rodas de conversa mediadas por uma plataforma remota para que pudéssemos entender um pouco mais sobre as demandas e anseios desses pacientes. Na prática de educação e saúde, as rodas de conversa são instrumentos que possibilitam o estabelecimento da comunicação das experiências individuais de cada participante pautada nos conhecimentos, diálogos e escutas coletivas. Esse processo dialógico potencializa o cuidado em saúde, proporcionando uma troca intensa das vivências e experiências das



peças participantes. As rodas aconteceram semanalmente enquanto um espaço de compartilhamento e fortalecimento dos laços afetivos e acompanhamento desse paciente.

## 2.2 As movimentações das rodas de conversa: potencialidade e limites

As rodas de conversa vieram com o desafio imposto pelo distanciamento físico, de forma que os encontros foram realizados em formato remoto. Dentro dos espaços coletivos das rodas de conversa promovemos uma metodologia participativa que garantisse espaço de fala/escuta por todos os membros da roda e que estivesse em constante alinhamento com as demandas promovidas pelas pessoas inseridas.

Dessa forma, iniciamos cada roda com apenas dois pacientes e dois mediadores, em um processo contínuo de aproximação e construção de laços afetivos. Sendo esse um dos existires orgânicos das movimentações coletivas, iniciamos nosso primeiro giro por meio de uma apresentação das pessoas e do projeto. Dessa forma, uma pergunta disparadora guiou nossos diálogos: “Quem éramos?”, uma maneira de deslocarmos nossas singularidades para fluir nas coletividades.

Apesar dos anseios referentes às potencialidades e limitações que esse espaço virtual poderia nos trazer, como a dificuldade na utilização da tecnologia, a falta do contato físico e do olhar nos olhos, logo a possibilidade de interação social através do formato virtual naquele momento pandêmico, com redução de distâncias, de custos relativos ao deslocamento e da otimização do tempo superaram os desafios e mostrou suas potencialidades para o estabelecimento de intervenções coletivas.

A partir de Janeiro de 2022 as rodas passaram a ser semanais com a inclusão de novos participantes. A virtualidade nos permitiu adentrar à casa dos pacientes e inclusive conhecer a sua família. A inserção no contexto familiar nos possibilita ir além das pessoas usuárias em si e nos aproximar das realidades vivenciadas por elas a partir do seu território mais acolhedor. Além disso, também começamos a introduzir nos encontros outras possibilidades de envolvimento por meio da potência das escritas poéticas. Desse modo, lemos e sentimos coletivamente alguns poemas que



despertaram para diálogos necessários na nossa tessitura dos laços afetivos, dentro do cuidado em saúde.

Os encontros promoveram uma autonomia das pessoas e facilitaram a construção de relações paciente-profissional enquanto uma ressignificação do processo de cuidado em saúde. Um dos pontos centrais foi a promoção de uma escuta sensível em relação às demandas das pessoas usuárias por meio de uma construção conjunta das temáticas abordadas dentro do contexto da virtualidade.

A importância da escuta e da discussão sobre as questões relativas à pandemia foram fundamentais na troca e construção do conhecimento dos participantes. A questão global da desinformação em relação à Covid-19 levou a consequências que impactaram de forma deletéria a saúde mental da população, visto que essas informações não foram divulgadas de acordo com as diretrizes e evidências científicas atuais e foram acessadas pelo público, principalmente, através da internet e das redes sociais (DUBEY S. et al., 2020). Ao mesmo tempo, as redes sociais permitiram que os cientistas descobrissem e investigassem os sintomas que persistem por meses após o final da fase aguda da Covid-19. Inúmeros grupos foram formados no Facebook para que pacientes com sintomas remanescentes, como fadiga, perda de memória, insônia, manchas na pele, dentre outros, se apoiassem e impulsionassem a discussão entre profissionais da saúde e pesquisadores (exemplo de grupos de apoio: Body Politic, Long COVID Support Group, Long Haul COVID Fighters) (DAVIS et al, 2021). Por outro lado, os pacientes buscaram conselhos nesses grupos e muitos utilizaram medicações ou tratamentos sem base de evidências científicas, mostrando que essas plataformas também podem ser uma fonte potencial de informações conflitantes e desinformações (BROWN et al 2022).

Os pacientes que foram diagnosticados com a Covid-19 têm muita necessidade de falar sobre como se sentiram e quais sintomas ainda persistem mesmo após meses da infecção pelo SARS-CoV-2. E também tem bastante interesse em ouvir como outros pacientes na mesma situação estão se sentindo. Em cada encontro e reencontro promovemos nossas movimentações em sintonia com uma temática central, as quais são promovidas conforme as demandas expressas pelas pessoas nas rodas de



conversa, assim intitulamos esses momentos, de: “Nosso primeiro estar juntos na virtualidade do cuidado em saúde”; “A pandemia em nossas vidas: quais mudanças ecoaram?”; “Os nomes que nos anunciam no mundo: uma possibilidade de construção dos laços afetivos”; e “As redes solidárias: precisamos de outras pessoas na nossa vida?”. Dentro desse contexto, nesses breves momentos coletivos, conseguimos abordar dimensões tão profundas e significativas que ecoaram numa possibilidade de ressignificação do ser e estar no mundo, de uma perspectiva individual para coletividade, nos percebendo sujeitos sociais que necessitamos de redes de cuidado e afeto para promoção da saúde.

Durante essas movimentações é importante vivenciar e compreender os processos grupais, envolvendo as pessoas para uma melhor confluência coletiva, a fim de alcançarmos os objetivos e acolhimentos realizados ao longo dos encontros. As rodas também são dependentes da sensibilidade e experiência do mediador/coordenador, e toda questão que desabrocha com intensidade deve ser acolhida por este participante. Essa pessoa é o continente do grupo na roda de conversa, estando atenta e aberta para acolher as experiências e vivências compartilhadas. É também necessário possuir uma potente capacidade de síntese, na extração de um denominador comum dos encontros.

Nesse espaço ficou claro que a quantidade de pessoas na sala virtual e o tempo das rodas poderia impactar no acolhimento da individualidade dos participantes e no engajamento de todos. Assim, a presença de no máximo sete ou oito pacientes e dois ou três profissionais/mediadores durante 60 a 90 minutos foi a escolha realizada pelo projeto para alcançar os objetivos dessa atividade.

### 3 Considerações finais

As rodas de conversas virtuais realizadas pelo projeto se mostraram espaços singulares e potentes na promoção do cuidado em saúde de pacientes com síndrome pós-Covid, conjuntamente com uma maior interação e comunicação do profissional-



paciente, através da escuta sensível das questões que atravessam as vidas presentes nessas movimentações.

Ficou evidente a necessidade desses espaços, de troca de experiências entre essa população e a universidade, sendo esta uma responsabilidade coletiva-social da Universidade pública e gratuita para com os povos brasileiros, nos quais habitam os verdadeiros saberes e vivências, de que necessitamos aprender coletivamente.

Apesar do ambiente virtual nos ter sido imposto pela pandemia e nos trazer a sensação, num primeiro momento, de distanciamento físico, conseguimos observar uma aproximação e acolhimento afetivo entre os participantes. A dinâmica das rodas estabelecida em nosso projeto promoveu uma maior troca de experiências entre as pessoas participantes e uma maior interação e expressão das questões e inquietações despertadas no girar da roda.

A perspectiva do projeto é continuar com essas movimentações de forma ainda mais potente. Dentro do planejamento futuro está a promoção de encontros presenciais nos espaços acadêmicos da UFRJ, além de outros locais artísticos-culturais, a fim de fortalecer nossas vivências coletivas em articulação dos direitos dessas pessoas, e num futuro possível, construirmos políticas públicas em saúde que promovam uma qualidade e dignidade de vida.

## Referências

BROWN K., YAHYOUCHE A., HAROON S., CAMARADOU J., TURNER G.,  
**Long COVID and self-management.** The Lancet. v.399, ed.10322, p.355, jan 2022.

COFFITO. RESOLUÇÃO Nº 516, DE 20 DE MARÇO DE 2020 - Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15825>  
Acesso em: 10 de abr de 2022.

CORONAVÍRUS BRASIL. **COVID-19: Painel de Controle**, 2022, Painel Geral.  
Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 10 de abr de 2022.



DAVIS H. E., ASSAF G. S., MCCORKELL L., WEI H., LOW R. J. Low, RE'EM Y., REDFIELD S., AUSTIN J. P., AKRAMI A. **Characterizing long COVID in an international cohort: 7 months of symptoms and their impact.** E Clinical Medicine. v.38, ago 2021.

DUBEY, S., BISWAS, P., GHOSH, R., CHATTERJEE, S., DUBEY, M. J., CHATTERJEE, S., LAHIRI, D., & LAVIE, C. J. **Psychosocial impact of COVID-19.** Diabetes & metabolic syndrome. v.14, ed.5, p.779-788, mai 2020.

FLEURY, S. e MENEZES, P. **Pandemia nas favelas: entre carências e potências.** Saúde em Debate. v. 44, n. spe4, pp. 267-280, dez 2020.

LOGUE J.K, FRANKO N.M, MCCULLOCH D.J, et al. **Sequelae in Adults at 6 Months After COVID-19 Infection.** JAMA Netw Open. v. 4, ed. 2, fev 2021.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2007.

World Health Organization. **A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus,** out 2021. <[https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post\\_COVID-19\\_condition-Clinical\\_case\\_definition-2021.1](https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post_COVID-19_condition-Clinical_case_definition-2021.1)> Acesso em: 10 de abr de 2022.



## Brasil em foco: articulando ensino, pesquisa e extensão num mesmo evento

*Brazil in focus: articulating teaching, research and extension in the same event*

Thiago Antônio de Oliveira Sá<sup>1</sup>

### Resumo

“Brasil em Foco-2021” foi um ciclo de debates para a comunidade geral que articulou ensino, pesquisa e extensão. Ao final de cada unidade da disciplina de Sociologia IV, cujo tema é o Pensamento Social Brasileiro, um pesquisador especialista realizou uma conferência sobre o assunto, via Google Meet®. Esta ação de extensão foi importante para o ensino pela colaboração na formação dos estudantes e pela interdisciplinaridade, dado que o evento combinou disciplinas, cursos, áreas e instituições diferentes. A ação também contribuiu com a pesquisa pois os convidados expuseram e discutiram suas investigações recentes. Como iniciativa de extensão, atingiu-se o objetivo traçado: “falar para fora” da universidade, socializar conhecimento científico, mas sem academicismos. Esta foi sua modesta contribuição para a reconstrução de uma comunidade política no Brasil hoje. Articulando ensino, pesquisa e extensão, foram oferecidos debates técnicos, com linguagem acessível, gratuitos e abertos a toda a comunidade.

**Palavras-chave:** Pensamento Social Brasileiro. Sociologia brasileira. Ciência Política brasileira. História do Brasil.

### Abstract

“Brazil in Focus-2021” was a set of online debates that articulated teaching, research and extension. By the end of each unit of the Sociology IV signature, whose theme is Brazilian Social Thought, a specialist researcher held a conference on the subject, through Google Meet®. This extension action was important for teaching through collaboration in student training and interdisciplinarity, once the event put different disciplines, courses, areas and institutions together. This action also contributed to the research as it was an opportunity for the guests to present their recent investigations. As an extension initiative, the established objective was achieved: “speaking out” of the university, socializing scientific knowledge, but without academicism. That’s his modest contribution to rebuilding a political community in Brazil today: by means of

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) - oliveirasa@yahoo.com.br.





articulating teaching, research and extension, we tried to offer technical debates, but accessible, free and open to the whole community.

**Keywords:** Brazilian Social Thought. Brazilian Sociology. Brazilian Political Science. History of Brazil.

## 1 O projeto de extensão

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas-MG (Unifal-MG) oferta a disciplina de Sociologia IV em sua grade curricular, cujo conteúdo é o Pensamento Social Brasileiro. Esta disciplina contém quatro unidades: Intérpretes do Brasil; Capitalismo; Desenvolvimento e Dependência; Mobilidade e Desigualdades Contemporâneas e Retrocessos Democráticos.

Na primeira unidade desta disciplina, estudam-se os “intérpretes do Brasil”, da geração de 1930. Temas clássicos da definição da identidade nacional são explorados: o patrimonialismo como mecanismo determinante da ocupação de postos políticos e o personalismo nas relações intrainstitucionais (HOLANDA, 2008), a constituição culturalmente híbrida e racialmente mestiça do povo brasileiro, que acomoda heranças sociais diversas e até antagônicas (FREYRE, 2006) e o sentido da colonização, cujas implicações históricas se sentem no atraso industrial e na especialização agroexportadora (PRADO JÚNIOR, 2000).

Na segunda unidade, examinam-se as particularidades da modernização brasileira. Um processo peculiar e contraditório, caracterizado por uma revolução burguesa inconclusa, que conjuga formações sociais arcaicas e modernas, rurais e urbanas, coloniais e industriais (FERNANDES, 1981, 2005, 2008). Seu resultado é uma sociedade subdesenvolvida, de superexploração do trabalho e de capitalismo dependente, isto é, cuja dinâmica é determinada pelas demandas do mercado externo por produtos primários (MARINI, 2013).

A terceira unidade é dedicada às desigualdades sociais no país. As leituras focam os processos recentes de mobilidade de trabalhadores da base da pirâmide



social, que ascenderam a novos patamares de consumo e de acesso a direitos sociais e a serviços (BARTELT, 2013; SOUZA, 2012). Nesta etapa da disciplina, examinam-se tanto as causas quanto as consequências desta ascensão da “classe C”. Analisam-se o papel das políticas sociais de redistribuição de renda, das ações afirmativas, do *boom* das *commodities* e da elevação do salário-mínimo, mas também examinam-se a emergência de novas direitas, a radicalização do debate público e a espetacularização midiática da política) (SOLANO; ROCHA, 2019).

Finalmente, na quarta unidade abordam-se os retrocessos democráticos recentes no Brasil e a ascensão do bolsonarismo, como movimento político e social. Destacam-se os temas do *lavajatismo* como força política e exemplo da guerra jurídica (“lawfare”) da mídia como estimuladora da antipolítica, da “bolsonarização” da sociedade e da formação de uma comunidade moral bolsonarista (ABRANCHES et al, 2019).

Em 2021, o Brasil atravessava (e ainda atravessa) uma complexa conjuntura política. E, conforme se observa acima, a disciplina de Sociologia IV contém temáticas pertinentes ao contexto atual, e dispõe de uma bibliografia vasta e robusta, clássica e contemporânea, útil na análise crítica deste momento. Seria oportuno socializar esse conhecimento com a sociedade em geral.

Entretanto, é uma produção restrita e inacessível, circulante apenas no meio acadêmico e que não encontra tradução para um público mais amplo. Sentiu-se, então, a necessidade de transpor esse conteúdo científico para uma linguagem mais acessível e de socializá-lo ampla e gratuitamente. Deste modo, o projeto de extensão “Brasil em Foco - 2021” foi uma alternativa para se divulgar exames e diagnósticos técnicos do Brasil hoje, que ultrapassassem a mera argumentação opinativa e especulativa.

Ao final de cada unidade da disciplina de Sociologia IV, um especialista foi convidado a apresentar suas pesquisas relativas ao tema daquela unidade. Docentes das áreas de História, Sociologia e Ciência Política apresentaram seus trabalhos recentes, discutindo tendências, examinando fenômenos e apontando perspectivas sobre o Brasil hoje.



O evento "Brasil em Foco - 2021" consistiu, para os matriculados naquela disciplina, numa atividade de ensino, de encontro com um especialista num tema da área. Para a comunidade em geral, foi ofertado como um ciclo de debates temáticos, cujo tema comum foi o contexto socioeconômico e político brasileiro atual. Nesta edição, cinco especialistas discutiram, respectivamente, i) as implicações atuais dos processos de formação da sociedade brasileira, ii) a dependência e o subdesenvolvimento na modernização nacional, iii) as relações entre os processos de mobilidade social e a emergência das novas direitas e iv) os desafios ao regime democrático no país hoje.

Este evento teve dois objetivos gerais. Primeiramente, promover, debater e socializar análises históricas, sociológicas e politológicas do Brasil contemporâneo de maneira acessível, mas sem abdicar da cientificidade. Em segundo lugar, articular ensino, pesquisa e extensão, envolvendo uma disciplina do curso de Ciências Sociais, especialistas desta área, com suas investigações em temas afins aos abordados naquela disciplina e a comunidade em geral, acadêmica ou não.

## 2 Atividades desenvolvidas

A divulgação do evento foi basicamente eletrônica, pelos canais e redes sociais da Unifal-MG e pelos grupos de *WhatsApp* dos estudantes do curso. Não havia *website* ou *blog* próprio. Elaborou-se uma arte, a partir da qual desenvolveu-se um *banner* geral de divulgação e quatro *banners* específicos - um para cada conferência - que circulavam nestes canais de divulgação alguns dias antes de cada conferência, conforme demonstram as figuras a seguir:



Figura 1 - Banner geral de divulgação do evento "Brasil em Foco - 2021"

Fonte: Elaboração própria (2021)

As inscrições para o evento foram gratuitas e compreenderam o período entre 01/06/2021 e 13/08/2021. As conferências foram realizadas entre 18/06/2021 e 13/08/2021, acompanhando a evolução do conteúdo da Sociologia IV e totalizando a carga horária de oito horas.

Figura 2- Banners de divulgação das conferências de "Brasil em Foco - 2021"

Fonte: Elaboração própria (2021)

Os participantes da comunidade geral podiam inscrever-se apenas nas conferências que lhes interessassem e não precisavam estar matriculados na disciplina ou serem estudantes (da Unifal-MG ou de qualquer outra instituição). Os estudantes



matriculados em Sociologia IV, todavia, não tinham esta flexibilidade, pois o ciclo de debates constava para eles como atividade obrigatória daquela disciplina, e a participação foi pré-requisito para aprovação na unidade curricular.

O acesso às conferências de “Brasil em Foco - 2021” pelos inscritos foi simples: consistiu em clicar no *link* que acompanhava os banners de divulgação para que acessassem a sala virtual do Google Meet®, aplicativo de webconferências. Para assegurar a certificação da participação no evento, disponibilizou-se, no chat, o *link* para lista de presença.

O evento atingiu, diretamente, entre 160 e 180 pessoas. Contudo, como as conferências foram gravadas e disponibilizadas no Youtube®, é possível que, hoje, mais pessoas já as tenham assistido.

O evento se estendeu por todo o semestre porque as conferências temáticas encerravam cada uma das quatro unidades da disciplina de Sociologia IV. Desta forma, foi didaticamente interessante, pois permitiu que cada convidado, ao apresentar sua produção recente, desempenhasse a função de complementar e de atualizar os conhecimentos estudados daquela unidade da disciplina para a qual fora convidado. Para os estudantes da Sociologia IV foi fundamental, pois puderam vislumbrar como cada um dos quatro tópicos disciplinares vem sendo abordado hoje.

O quadro abaixo ilustra a articulação de ensino, pesquisa e extensão pretendida com o evento Brasil em “Foco - 2021”, associado à disciplina Sociologia IV:



**Quadro 1:** A articulação ensino, pesquisa e extensão no evento "Brasil em Foco - 2021"

Data	Sociologia IV		Brasil em Foco	
	Tema	Bibliografia	Conferência	Pesquisador
18/06/2021	Intérpretes do Brasil	FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 2008. PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. SP: Brasiliense, 2000.	"A geração de 30 e o Brasil de hoje", resultante de tese de doutorado.	Prof. Dr. Walter Figueiredo Lowande (História/Unifal-MG)
09/07/2021	Capitalismo, Desenvolvimento e Dependência	FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005. FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. RJ: Zahar, 1981. FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. SP: Global, 2008. MARINI, Ruy. M. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis. Ed. Insular, 2013.	"A modernização brasileira: dependência e subdesenvolvimento", resultante de livro publicado.	Prof. Dr. Adriano Pereira Santos (Ciências Sociais/Unifal-MG)
23/07/2021	Mobilidade e Desigualdades Contemporâneas	BARTELT, Dawid Danilo (org.) A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros : nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.	"Mobilidade social nos anos 2000 e novos direitos", resultante de artigos recentemente publicados	Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves (Ciências Sociais/UFMG)
13/08/2021	Retrocessos Democráticos	ABRANCHES, Sérgio et al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. Novas direita nas ruas e nas redes. A crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.	"Democracia em risco no Brasil?", decorrente de disciplina ministrada sobre o tema	Prof. Dr. Gleyton Trindade e Prof. Dr. Thiago Silame (Ciências Sociais/Unifal-MG)

Fonte: Elaboração própria (2021)

Houve, em média, 40 participantes por conferência. Um público satisfatório, dadas as condições desfavoráveis em que elas foram realizadas: dificuldade geral de adaptação aos eventos remotos, então recém-adotados devido à pandemia de Covid-19, desigualdades de acesso à internet e a dispositivos adequados, manejo inadequado da plataforma Google Meet®, etc. Além disso, cabe destacar que as quatro conferências ocorreram às sextas-feiras, das 19h às 21h, um dia e um horário desfavoráveis, sobretudo para estudantes do noturno.

Mesmo sob estas condições, compareceu um público significativo que, se por um lado se compôs de participantes repetidos, assíduos no projeto, por outro lado contou com interessados do Rio do Grande do Norte, São Paulo, Bahia e várias cidades de Minas Gerais, indicando o interesse por eventos neste formato e com esta proposta: científicos, mas não acadêmicos; peritos, porém com linguagem acessível. Não consistiu num congresso, simpósio ou um espaço só para iniciados, mas num momento de divulgação científica, algo que progrediu muito nas redes sociais ao longo da pandemia de Covid-19.



## 3 Resultados

“Brasil em Foco – 2021” promoveu encontros, suscitou o debate, proporcionou troca de ideias, articulou várias áreas, despertou questionamentos e interpretações sobre o Brasil contemporâneo.

O objetivo agora será replicar-se este projeto anualmente. Com a retomada das atividades acadêmicas presenciais, as perspectivas de sucesso são maiores. Obviamente, não se nega o alcance que um evento online pode ter, internacional, inclusive. Assim, para as próximas edições, a perspectiva é que o evento se torne híbrido: presencial para quem estiver em Alfenas-MG, online para quem estiver em qualquer outro lugar.

Este evento foi um esforço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Como ação de ensino-extensão, destaca-se o desenvolvimento profissional: para estudantes de Sociologia IV, o ganho na formação foi imediato – era a oportunidade de estarem em contato com pesquisadores da área. Articulou-se formação teórica e metodológica; teoria e prática.

O segundo destaque foi a interdisciplinaridade que o evento promoveu. O Brasil, como tema, não é monopólio de área alguma. Assim, um projeto que tenha o Brasil como foco precisa ser interdisciplinar. Este evento combinou disciplinas, cursos e até instituições diferentes. Além da Sociologia IV, estão indiretamente envolvidas as disciplinas de História do Brasil e Ciência Política IV. Os convidados são docentes dos cursos de História e de Ciências Sociais da Unifal-MG e da UFMG.

Esta ação de extensão também foi válida para a pesquisa. Pesquisadores convidados expuseram seus trabalhos recentes, mostrando que o conteúdo disciplinar não é estático, ultrapassado; pelo contrário, está sempre se atualizando, se renovando e se acumulando à luz de novos achados. O evento, de certa forma, cumpriu a função de um simpósio ou de um congresso, mas aberto para um público mais amplo.

Como iniciativa de extensão, atingiu-se o objetivo traçado desde o início: "falar para fora" da universidade, numa interação dialógica com a comunidade extra-acadêmica. O compromisso social básico deste evento foi socializar o conhecimento



científico com a sociedade, mas sem academicismos que escapem à compreensão comum. Neste ciclo de debates, orientou-se aos convidados que o foco estaria nos sentimentos, expectativas e percepções do brasileiro médio. Num contexto de polarização política, de desinformação sistemática, de discursos de ódio e de ataque às instituições democráticas e republicanas, urgem análises científicas, sóbrias e embasadas sobre o Brasil de hoje. Esta ação surgiu para viabilizar esta troca entre universidade e comunidade.

Quando a política é criminalizada e a antipolítica parece, aos olhos da maioria da população, a solução mais adequada; quando o ódio, o armamentismo, a moralização estatal da vida privada e a perseguição a minorias se torna pauta política; quando a guerra cultural anima o engajamento dos indivíduos; quando a polêmica por ela mesma vira estratégia de governo; quando docentes, artistas, cientistas e peritos em geral são eleitos inimigos da nação; quando o negacionismo científico se torna estilo de vida e quando ameaças autoritárias se colocam diante do regime democrático (e muitas vezes com aval popular), a universidade pública precisa se comprometer. É seu papel social desenvolver e fortalecer uma consciência política que norteie sua atuação social no presente e para o futuro. Ações de extensão, mesmo singelas, como esta, estão comprometidas com o resgate da política, com a valorização das instituições republicanas e com a defesa irrestrita do regime democrático.

Esta foi a modesta contribuição de uma ação de extensão universitária para a reconstrução de uma comunidade política no Brasil de hoje. Articulando ensino, pesquisa e extensão, procurou-se organizar e oferecer debates técnicos, porém acessíveis, gratuitos e abertos a toda a comunidade. Promover a reflexão embasada, condicionada aos dados objetivos, incentivando a participação política e social crítica e consciente.

## Referências





ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARTELT, Dawid Danilo (org.) **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** RJ: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** SP: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 2008.

MARINI, Ruy. M. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis. Ed. Insular, 2013.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** SP: Brasiliense, 2000.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **Novas direita nas ruas e nas redes. A crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



## A Facilitação de Aprendizagem como ferramenta de acessibilidade no contexto do ensino superior: ações desenvolvidas e resultados

*The facilitating teaching and learning as an accessibility tool in the context of higher education: developments and results.*

Mylena Pacheco Santolin de Oliveira<sup>1</sup>  
Luiza Teles Mascarenhas<sup>2</sup>

### Resumo

A Facilitação de Aprendizagem é uma prática que visa a eliminação parcial ou total de barreiras de acessibilidade que são enfrentadas pelos discentes com deficiência no ensino superior e que prejudicam sua aprendizagem e o pleno desenvolvimento de suas capacidades e habilidades na universidade. No presente trabalho, pretende-se relatar as estratégias utilizadas por uma facilitadora de aprendizagem, discente voluntária do projeto de extensão "Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem", visando a acessibilidade de uma discente com deficiência visual da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ademais, pretende-se destacar os principais resultados obtidos através das ações desenvolvidas entre a discente e a facilitadora de aprendizagem durante o ano letivo de 2021. Trata-se de um relato de experiência em que as atividades foram realizadas remotamente. São, portanto, ações que visam à disseminação de práticas inclusivas e acessíveis no ensino superior.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Facilitação de Aprendizagem. Ensino Superior. Extensão.

### Abstract

Learning Facilitation is a practice that aims to reduce or eliminate accessibility barriers that students face with disabilities in higher education. Such barriers hinder their learning and the complete development of their abilities and skills in the university environment. In the present work, we intend to report the strategies used by a learning facilitator, a volunteer student of the extension project "Education, Disability and Facilitation of Learning", aiming at the accessibility of a student with visual impairment at the Federal University from Rio de Janeiro. In addition, it has the

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - mylena.pacheco.sant@ufrj.br;

<sup>2</sup> Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - luizateles.psi@gmail.com.



intention to highlight the main results obtained through the actions developed between the student and the learning facilitator, during the 2021 school year. It is an experience report in which the activities were carried out remotely. They are, therefore, actions aimed at the dissemination of inclusive and accessible practices in higher education.

**Keywords:** Accessibility. Inclusion. Learning Facilitation. Higher Education. Extension.

## 1 Introdução

O modelo social de deficiência, difundido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006, determina que “a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim na sociedade que pode, por meio das barreiras que são impostas às pessoas, agravar uma determinada limitação funcional.” (ARAÚJO, 2017). Dessa forma, de acordo com a mesma Convenção:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006).

O modelo social, citado anteriormente, se contrapõe ao modelo médico de deficiência, o qual percebe a pessoa com deficiência como portadora de uma patologia ou lesão que prejudica sua qualidade de vida. Portanto, “É um modelo de deficiência que busca um ‘padrão de normalidade’, de funcionamento físico, intelectual e sensorial. [...] indica que a pessoa com deficiência será dependente enquanto se busca a cura”. (AUGUSTIN, 2012, p. 2-3).

Acerca dos obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de inclusão (LBI), de 2015 - baseada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, define, em seu Art. 3º, que as barreiras de acessibilidade são:



Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]. (BRASIL, 2015).

Para enfrentar tais barreiras, as universidades necessitam criar e desenvolver recursos que promovam o seu enfrentamento, como será evidenciado a seguir.

A importância do desenvolvimento de ações que promovam a redução ou eliminação das barreiras de acessibilidade nas universidades está diretamente relacionada à mudança de perfil do seu público, em especial no corpo discente.

O ano de 2016 foi marcado por uma importante conquista com a promulgação da Lei 13.409/2016, que alterou a legislação acerca das cotas no ensino superior federal, acrescentando, finalmente, as pessoas com deficiência<sup>3</sup>. Já no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a instituição passou a receber estudantes com deficiência por meio de ações afirmativas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a partir do segundo semestre de 2017.

Tal política de cotas tem promovido, nos últimos anos, uma importante transformação do público das universidades - com destaque ao corpo discente, que atualmente apresenta muito mais diversidade com relação a gênero, raça, classe, dentre outros marcadores, apresentando, com isso, diferentes tipos de necessidades, como aquelas relacionadas à acessibilidade. Portanto, o desenvolvimento de ações, como a que será apresentada a seguir, é de fundamental importância.

Dessa forma, a partir do exposto, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de uma discente voluntária do projeto de extensão Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem, no qual atua como facilitadora de aprendizagem, bem como apresentar as estratégias utilizadas para a acessibilidade de uma discente com deficiência visual da UFRJ.

---

<sup>3</sup> Os estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas, já eram anteriormente contemplados, através da Lei 12.711, de 2012.



## 2 Desenvolvimento

### 2.1 A Facilitação de Aprendizagem

A UFRJ criou, a partir de 2019, uma ação denominada “Facilitação de Aprendizagem”, cujo principal objetivo é a redução ou eliminação de barreiras que são enfrentadas pelos estudantes com deficiência durante sua trajetória acadêmica na universidade. Tais barreiras prejudicam, e até mesmo impedem, o seu processo de aprendizagem e o pleno desenvolvimento de suas habilidades e capacidades.

Tal ação tem como uma de suas inspirações a definição de “facilitador” trazida pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Doença (CIF) – criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001. Neste documento, os facilitadores são definidos como:

Facilitadores são fatores ambientais que, por meio da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem a incapacidade de uma pessoa. Esses incluem aspectos como um ambiente físico acessível, disponibilidade de tecnologia de assistência apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas políticos que visam aumentar o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida [...]. (OMS, 2008).

Dessa forma, o papel do facilitador de aprendizagem se refere ao planejamento e realização de ações e estratégias que visem ao enfrentamento das barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ambiente universitário. Sendo assim, os estudantes que atuam como facilitadores de aprendizagem são agentes promotores de práticas acessíveis e, portanto, inclusivas.

Além disso, é importante pontuar que todas as ações desenvolvidas pelo facilitador de aprendizagem são individuais e adaptáveis para cada estudante, além de serem realizadas em conjunto e pleno diálogo com o estudante com deficiência, característica que promove a produção de sua autonomia.



Em vista disso, é possível afirmar que as ações desenvolvidas através da prática da Facilitação de Aprendizagem, no contexto do ensino superior, promovem a acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência no ambiente universitário, além de disseminar o pensamento e a prática da inclusão por toda a comunidade acadêmica.

Atualmente há, na UFRJ, dois caminhos possíveis para se atuar como facilitador de aprendizagem. O primeiro é por meio do edital de seleção promovido pela Diretoria de Acessibilidade da UFRJ, vinculada diretamente ao gabinete da reitoria. Através disso, são selecionados para atuarem como facilitadores de aprendizagem estudantes de diversos cursos de graduação e pós-graduação, com direito a bolsa-auxílio.

O segundo meio, foco deste artigo, ocorre por meio da participação de estudantes de graduação como extensionistas no projeto de extensão “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, que será detalhado a seguir.

## 2.2 O projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”

O projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, oferecido pela UFRJ, visa a conceder aos estudantes universitários conhecimentos práticos e teóricos acerca da facilitação de aprendizagem, além contribuir para a permanência dos estudantes com deficiência na universidade e de disseminar a prática da acessibilidade e o pensamento incluso por todo o ambiente universitário.

A facilitação de aprendizagem pode ser realizada por um discente, com ou sem deficiência, junto a outro discente com deficiência. Dessa forma, durante a realização das atividades, os estudantes facilitadores são acompanhados pela equipe técnica e docente do projeto, que cumpre o papel de orientar e conceder conhecimentos práticos e teóricos aos discentes, objetivando a prática mais adequada da facilitação de aprendizagem.

Atualmente, o projeto possui um total de 26 estudantes extensionistas, dos quais dez atuam como facilitadores. Ademais, a extensão conta com as parcerias



externas dos cursos de Psicologia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Direito, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A seguir, o logotipo utilizado pelo projeto de extensão:

**Figura 1** – Logotipo do projeto de extensão Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem.



Fonte: <https://projtofacilita.wordpress.com/about/> (2020)

### 2.3 Estratégias desenvolvidas

As estratégias e atividades desenvolvidas na prática da Facilitação de Aprendizagem, selecionadas para este artigo, foram realizadas entre uma discente, extensionista do projeto “Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem”, e uma discente com deficiência visual, ambas da UFRJ. Todas as ações foram executadas com o apoio e orientação da equipe técnica e docente do projeto de extensão<sup>4</sup>. Além disso, é importante destacar que as estratégias desenvolvidas entre a discente e a facilitadora de aprendizagem foram realizadas através de constante diálogo, parceria e troca de saberes e experiências entre ambas.

---

<sup>4</sup> A equipe técnica do projeto é composta por dois técnicos em assuntos educacionais da UFRJ e dois docentes, sendo uma do curso de Psicologia da UFF e um da UFRRJ.



Devido à pandemia de Covid-19, todas as atividades, desenvolvidas durante o ano letivo de 2021, foram realizadas remotamente, através da comunicação por mensagens de texto, áudio e chamadas de voz pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, e por meio de videochamadas, através das plataformas Google Meet e Zoom. Com isso, as principais atividades realizadas entre a facilitadora de aprendizagem e a discente com deficiência visual serão especificadas a seguir.

### *2.3.1 Descrição de conteúdos visuais e audiovisuais*

A atividade consiste em descrever os conteúdos visuais através do detalhamento de elementos visuais estáticos presentes nos conteúdos que apresentavam algum tipo de recurso visual e que possam ter sido utilizados tanto em aula como em materiais disponibilizados pelas disciplinas e em avaliações.

Também foi realizada a descrição de longas e curtas metragens, que não forneciam como opção a tecnologia assistiva da audiodescrição<sup>5</sup>, para a realização de atividades avaliativas da discente. Dessa forma, foram descritos contextos, cenários, características físicas, expressões faciais, entre outros elementos importantes para a compreensão da discente acerca do contexto e espaço retratados.

### *2.3.2 Acompanhamento em aula durante o período de ensino remoto*

Durante o acompanhamento da discente em suas aulas remotas, foi realizada a descrição de materiais de apoio visuais, como imagens presentes em slides e vídeos utilizados pelos docentes. A atividade ocorria por meio de chamada de voz, através do aplicativo WhatsApp, durante o momento da aula. Através disso, foram descritos os conteúdos visuais e audiovisuais utilizados pelos docentes.

---

<sup>5</sup> A audiodescrição é um recurso de acessibilidade no qual uma pessoa é responsável por traduzir imagens em palavras. Dessa forma, as pessoas cegas ou com baixa visão conseguem se apropriar dos conteúdos, sejam eles conteúdos estáticos ou audiovisuais.





### 2.3.3 *Leitura de textos*

A leitura de textos foi realizada por meio de chamadas de voz, pelo aplicativo WhatsApp, onde a facilitadora de aprendizagem lia o conteúdo do texto, em voz alta, com velocidade e altura apropriadas para plena compreensão.

A realização de leitura de textos para pessoas com deficiência visual é uma prática relevante devido ao fato de que nem todos os textos os quais os estudantes cegos ou de baixa visão precisam ter acesso são necessariamente acessíveis. Um exemplo é o PDF em formato de imagem, que não é acessível às pessoas com deficiência visual.

Uma forma simples de verificar se o arquivo em PDF está acessível aos leitores de tela é tentar realizar a seleção de alguma parte do texto. Quando isso não é possível, temos a indicação de que o arquivo não poderá ser lido por leitores de tela, sendo, portanto, um material não acessível.

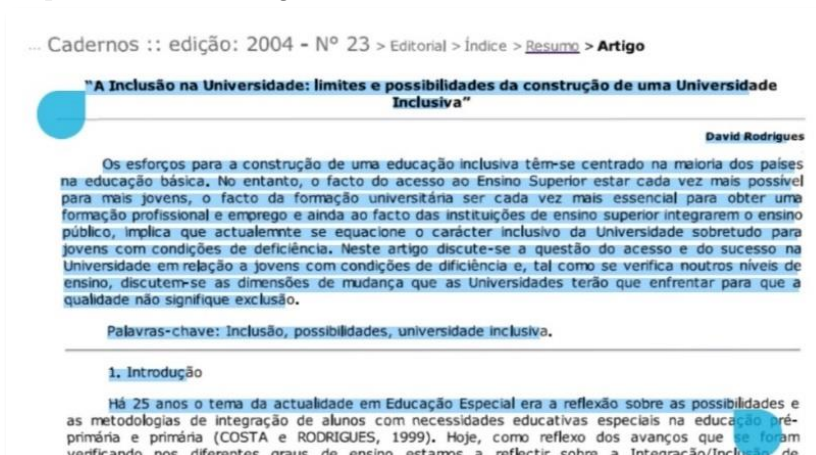
Caso seja possível a seleção de qualquer parte do texto em PDF, como demonstra a figura 2, temos a indicação de que o arquivo pode estar acessível para usuários com deficiência visual<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para conferir a acessibilidade ou não acessibilidade de um material, é necessária a realização de teste por meio de um programa ou aplicativo que seja um leitor de tela. Trataremos sobre essa tecnologia assistiva mais à frente.



Figura 2 – Captura de tela de artigo científico em formato PDF acessível, com o texto grifado.



Fonte: As autoras (2022).

Por outro lado, é importante destacar que a própria universidade, enquanto espaço adaptado – e não verdadeiramente acessível, impõe barreiras de acessibilidade aos estudantes com deficiência.

A partir da experiência obtida através da facilitação de aprendizagem, foi possível notar a não predominância de realização de práticas e estratégias acessíveis e inclusivas por parte de alguns docentes da instituição. Dessa forma, os alunos com deficiência, sem acesso a textos acessíveis, correm o risco de ter suas trajetórias acadêmicas afetadas, visto que a ausência de acessibilidade não é uma situação pontual, e sim uma realidade possível de ocorrer ao longo de toda sua graduação.

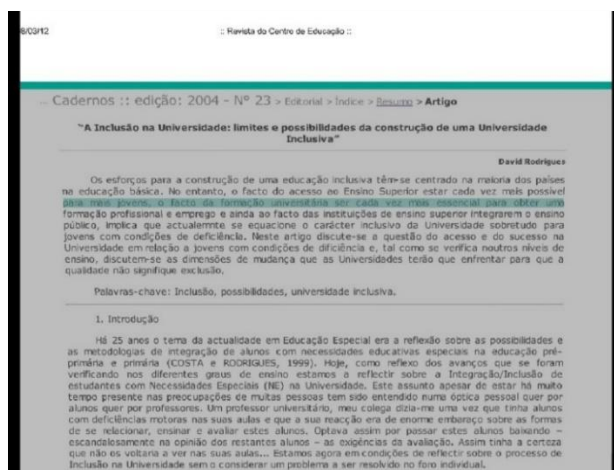
### 2.3.4 Adaptação de textos

A adaptação de textos foi realizada através do aplicativo *Text Fairy*, que tem a função de converter textos em forma de imagem, não acessíveis aos leitores de tela – softwares que capturam todas as informações na forma de texto e as transforma em fala, através de sintetizadores de voz – em textos acessíveis de serem lidos pelos leitores, através da identificação das palavras presentes na imagem. Dessa forma, a facilitadora realizava *prints* (capturas de tela) das páginas dos textos – que estavam em PDF em formato de imagem, através de seu celular, e os convertia, através do



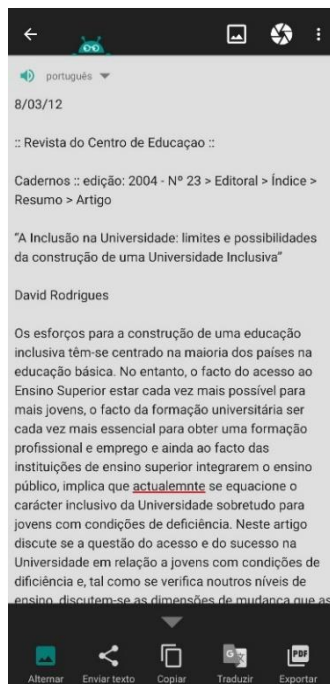
aplicativo, em formato de texto acessível, possibilitando a leitura autônoma da discente, como demonstram as figuras 3 e 4.

**Figura 3** – Captura de tela do aplicativo *Text Fairy* realizando a identificação do texto em formato imagem e convertendo-o em formato acessível.



Fonte: As autoras (2022).

**Figura 4** – Captura de tela do aplicativo *Text Fairy* ilustrando a conversão final para formato de texto acessível.



Fonte: As autoras (2022).



## 2.3.5 Formatação de trabalhos acadêmicos nas normas da ABNT

Nessa atividade, a discente com deficiência visual enviava o seu trabalho escrito finalizado, em formato *Word*, para a facilitadora, através do *Gmail*. Dessa forma, a facilitadora de aprendizagem realizava a formatação do documento, seguindo todas as normas determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou as solicitações de formatação de cada docente.

## 3 Resultados

Ao final do período de acompanhamento da discente, foi possível notar que as ações desenvolvidas trouxeram diversas mudanças e impactos positivos ao seu desenvolvimento acadêmico. Dessa forma, é possível afirmar que a Facilitação de Aprendizagem gerou à discente: ampliação do acesso aos conteúdos visuais e textos das disciplinas; maior participação e interação com discentes e docentes durante as aulas remotas; possibilidade de realização de atividades acadêmicas que envolviam a utilização de conteúdos audiovisuais; melhor atendimento de demandas específicas de acessibilidade através da comunicação realizada entre o/a docente, a discente e a facilitadora; melhor desenvoltura acerca das especificidades do ensino remoto, como o acesso mais facilitado aos links de aulas remotas e a melhor utilização do AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, no que diz respeito à interação entre docente e discente, ao acesso à plataforma e postagem de conteúdos.

## 4 Conclusão

Através das práticas realizadas por meio da Facilitação de Aprendizagem, no contexto da UFRJ, foi possível dar continuidade ao processo de construção e implementação de práticas que objetivam a acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência no ambiente universitário. Assim, adentrar as questões de acessibilidade e



inclusão de pessoas com deficiência permite que outras realidades, presentes tanto no ambiente acadêmico como na própria sociedade, sejam visibilizadas.

Para a facilitadora de aprendizagem, a participação no projeto de extensão e o contato com a temática da inclusão, assim como todas as atividades desenvolvidas ao longo do período analisado, impactaram profunda e positivamente sua formação acadêmica. Após a experiência, a facilitadora se encontra mais engajada a pensar questões relacionadas à inclusão, à acessibilidade e ao acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior e na universidade pública.

É importante ressaltar ainda que, apesar de todos os esforços voltados para a disseminação e implementação de um pensamento coletivo inclusivo, em todos os espaços e atividades acadêmicas universitárias, ainda não é possível afirmar que nos encontramos no cenário ideal. Contudo, é possível afirmar que, através da promoção de ações que visem ao estímulo de práticas inclusivas, como a Facilitação de Aprendizagem, juntamente com a mobilização de todo o corpo social da universidade, será possível atingir uma realidade em que práticas acessíveis serão parte integrante da universidade, e não somente um tipo de adaptação.

## Referências

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Direito das pessoas com deficiência. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**, São Paulo, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/51/edicao-1/direito-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

AUGUSTIN, Ingrid. Modelos de deficiência e suas implicações na educação Inclusiva. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1427/655>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei Federal 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. de 2015. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>.  
Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 ago. de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Trad. do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP, 2008. Disponível em: <[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840\\_por.pdf?sequence=111](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PROJETO EDUCAÇÃO, DEFICIÊNCIA E FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM. Projeto Facilita, 2020. Quem somos. Disponível em: <<https://projetoFacilita.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 11 de mai. de 2022.



## A influência da extensão universitária na criação de habilidades e competências durante a graduação

*The influence of university extension on the creation of skills and competences during graduation*

Luisa Colares Ribeiro<sup>1</sup>  
Thalia Jardim Dourado<sup>1</sup>  
Andressa Teoli Nunciaroni<sup>2</sup>  
Cristiane Rodrigues da Rocha<sup>2</sup>  
Vinicius Pinheiro Israel<sup>3</sup>  
Édira Castello Branco de Andrade Gonçalves<sup>4</sup>

### Resumo

A extensão consiste em uma das áreas mais dinâmicas dentro da universidade, que coloca em prática a missão social do ensino na participação da construção da cidadania impactando diretamente na formação acadêmica de jovens universitários, sendo assim uma fonte enriquecedora de saberes populares e difusão de conhecimento e vivências. Este artigo tem como objetivo relatar a experiência e seus impactos na formação acadêmica ao atuar no projeto de extensão interinstitucional Esporte Sem Parar, realizado no Rio de Janeiro. A atuação nesse projeto rendeu aos bolsistas extensionistas diversos benefícios acadêmicos e pessoais como a aquisição de habilidades de organização, comunicação, responsabilidade e autonomia através do desenvolvimento de artigos científicos, cartilha, postagens de conteúdos em redes sociais, além da organização de eventos online. Assim como, beneficiou a comunidade através do acesso à prática de atividade física e de informações referentes à saúde promovendo dessa forma o autocuidado. Portanto, a atuação na extensão agrega na formação dos alunos e amplia a sua visão fora dos muros da universidade.

**Palavras-chave:** Relações Comunidade-Instituição. Saúde. Educação. Formação Profissional.

<sup>1</sup> Discentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - luisacolares@edu.unirio.br; thalia.dourado@edu.unirio.br;

<sup>2</sup> Docentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - andressa.nunciaroni@unirio.br; cristiane.r.rocha@unirio.br;

<sup>3</sup> Docente do curso de Matemática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - vinicius.israel@uniriotec.br;

<sup>4</sup> Docente do curso de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - ediracba.analisedealimentos@unirio.br



## Abstract

The extension consists of one of the most dynamic areas within the university, which puts into practice the social mission of teaching in the participation in the construction of citizenship, directly impacting the academic training of young university students, being an enriching source of popular knowledge and dissemination of knowledge and experiences. This article aims to report the experience and its impacts on academic training when working in the inter-institutional extension project *Esporte Sem Parar*, carried out in Rio de Janeiro. The performance in this project has yielded several academic and personal benefits to the extension scholarship holders, such as the acquisition of organizational, communication, responsibility and autonomy skills through the development of scientific articles, booklets, content posts on social networks, in addition to the organization of online events. It also benefited the community through access to physical activity and health-related information, thus promoting self-care. Therefore, the performance in extension adds to the training of students and expands their vision outside the walls of the university.

**Keywords:** Community-Institution Relations. Health. Education. Professional qualification.

## 1 Introdução

As universidades obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020). Dessa forma, a formação profissional dos universitários vai muito além das disciplinas da grade curricular, ela busca formar cidadãos envolvidos tanto em pesquisa como em projetos de extensão.

A extensão universitária objetiva práticas junto à comunidade, de forma a construir uma relação entre a instituição e a sociedade. Essa prática é uma maneira eficiente de trocar conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016; RAUBER, 2017). Sendo considerada a área mais dinâmica dentro de uma faculdade, ela vai além da formação profissional colocando em prática a missão social da educação na construção da cidadania (SILVA et al, 2019).





Propostas neste sentido, impactam diretamente na formação acadêmica de jovens universitários, pois promovem esse contato direto com a realidade da comunidade, sendo fonte enriquecedora de saberes populares e difusão de conhecimento e vivências (ANDRADE; MOROSINI; LOPES, 2019; SILVA, 2020). A valorização da criação de vínculos com os participantes agrega habilidades específicas como empatia, sensibilidade, escuta ativa, comunicação clara e efetiva, que são extremamente importantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional, uma vez que se lida cotidianamente com a população na universidade e após a formação (ALMEIDA; BARBOSA, 2019; CAVALCANTE et al, 2019).

Projetos sociais são definidos como ações e atividades organizadas, com objetivos, resultados, recursos e tempo programados para ocorrerem e têm o intuito de promover espaços de proteção social e vivências diferentes e inclusivas (ARMANI, 2006; MEIRELES et al, 2020; ROCHA et al, 2021). Eles advêm de uma necessidade de redução da desigualdade no acesso a necessidades humanas básicas a exemplo da saúde, educação, emprego e habitação.

Os projetos sociais ligados ao esporte passaram a ocupar maior espaço dentro da universidade em virtude de seu reconhecimento como instrumento educacional, sendo capaz de promover socialização, saúde, dentre outros valores (OLIVEIRA et al, 2016; KRAVCHYCHYN et al, 2019).

Nos espaços comunitários, projetos de extensão universitária e projetos sociais coexistem a partir das necessidades da população. Com isso, a integração entre as diferentes ações propostas em um mesmo território pode ocorrer por meio da união entre a extensão e os projetos sociais, o que possibilita a articulação próxima e contínua entre a universidade, a gestão do projeto e a população, além da troca de saberes e vivências (DEUS, 2018).

Dessa forma, devido a todos os benefícios da integração entre um projeto de extensão e um projeto social, o Projeto Interinstitucional Esporte sem Parar apresenta como objetivo a democratização do acesso à prática de atividade física e lazer através de 40 núcleos localizados no estado do Rio de Janeiro ofertando essa atividade à



população acima de seis anos de idade. Esses núcleos encontravam-se na região Fluminense, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul.

Este projeto foi desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Organização Não Governamental Contato conforme o convênio nº 896335/2019 e contava com uma equipe de 40 professores graduados em Educação Física, 40 articuladores sociais, 40 monitores, cinco supervisores, um assistente social, um coordenador operacional, três pesquisadores supervisores, um coordenador técnico, dois coordenadores do projeto e cinco alunos extensionistas.

Iniciativas como essa buscam transformar de forma positiva a comunidade e/ou o indivíduo, oferecendo suporte e assistência adequada em diferentes perspectivas. Esses espaços proporcionam sociabilização, oportunidade de lazer e entretenimento, atividades físicas, combate à criminalidade, oferta de espaços de educação e geração de emprego para o entorno, gerando impacto diretamente na qualidade de vida dos indivíduos que fazem parte do projeto (SOUZA; SANTOS, 2017).

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de atuação no projeto de extensão interinstitucional Esporte Sem Parar, realizado no Rio de Janeiro e identificar a influência dessa participação na formação acadêmica na percepção discente.

## 2 Desenvolvimento

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência. Este estudo ocorreu através da experiência de estudantes vinculados aos cursos de graduação em Enfermagem e Nutrição de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro em um projeto de extensão esportivo de cunho social.

A equipe do Projeto Interinstitucional Esporte Sem Parar na UNIRIO objetivou desenvolver a pesquisa, o ensino e a extensão. Dessa forma, a equipe produziu artigos técnicos e científicos, cartilhas, postagens de conteúdos em redes sociais, além da realização de eventos online com temáticas do interesse da população beneficiária,



ainda foram realizadas reuniões de planejamento mensais para que as atividades pudessem ser debatidas e viabilizadas.

Inicialmente, objetivou-se levar ações de educação em saúde para serem discutidas com a população dos núcleos esportivos do projeto, entretanto devido às imposições de medidas sanitárias para a contenção da Covid-19, a equipe da UNIRIO converteu essas ações em capacitações online através do canal do projeto no Youtube®<sup>3</sup>.

As capacitações online foram espaços riquíssimos de trocas de conhecimento e de aproximação dos profissionais do núcleo do projeto e da universidade. Os temas desses encontros foram selecionados através de propostas dos próprios profissionais coletadas através de questionário disponibilizado para este fim. A partir disso, as capacitações ofertadas foram sobre a união dos núcleos do esporte sem parar no combate à Covid-19: Orientações de cuidados de prevenção e vacinação; Nutrição esportiva: mitos e verdades; Atividade física e saúde mental: benefícios e desafios atuais; Como manter a motivação para atividade física, um bate-papo com três atletas olímpicas do triathlon.

Além disso, eventos assim proporcionaram aos bolsistas a experiência da organização de eventos desde a criação da arte, da divulgação nas redes sociais, até no auxílio nas plataformas de transmissão com a retirada de dúvidas dos participantes no chat e na formulação dos certificados que posteriormente foram enviados por e-mail para os ouvintes. Trazendo assim enormes benefícios para a formação profissional do universitário criando características de organização, comunicação e responsabilidade.

O projeto contou com um total de 4107 indivíduos cadastrados, porém devido aos diferentes perfis de idade, sexo e comorbidades, exigiu-se uma análise situacional desse grupo para implementar estratégias capazes de alcançar os objetivos propostos pelo projeto. Assim, foi necessária a atuação dos discentes extensionistas na elaboração de planilhas contendo os dados das fichas cadastrais dos participantes buscando-se o planejamento de atividades voltadas a cada público em específico, proporcionou desse modo uma melhor administração do projeto e das atividades.



Entretanto, essa organização das fichas cadastrais encontrou-se prejudicada devido ao recebimento de fichas incompletas durante o cadastro, o que limitou a avaliação por completo dos participantes do projeto.

Por ser um projeto esportivo, houve favorecimento na integração social para diferentes faixas etárias, atendendo a demanda de locais em vulnerabilidade e democratizando o acesso às práticas esportivas (SOUZA; SANTOS, 2017). No que abrange a questão da saúde, destaca-se o papel da enfermagem e da nutrição no papel de educação em saúde para a população, promovendo atividades educativas baseadas em conhecimento científico e construção de vínculo entre todos os envolvidos (COSTA et al., 2020).

Levando em conta o conceito ampliado de saúde estabelecido pela Lei nº 8.080 de 1990 em que saúde é expressa através de determinantes e condicionantes tais como: educação, trabalho, alimentação, atividade física, dentre outros, fez-se necessária atuação global para atingir os níveis de saúde da população.

Assim, um dos fatores abordados foi a educação nutricional. Inicialmente, a partir dos dados coletados pela planilha, acima mencionada, verificou-se grande dispersão do índice de massa corporal (IMC) dos participantes, encontrando situações desde magreza extrema até obesidade grave. Dessa forma, com o objetivo de melhorar a saúde nutricional da população foram produzidas duas cartilhas com uma linguagem de fácil acesso para a população leiga voltadas à temática de hidratação e nutrição esportiva. Estas foram disponibilizadas de forma gratuita nas plataformas digitais como o YouTube®, Instagram® e EduCapes.

Na faixa etária adulto e idoso, trabalhou-se o cuidado cardiovascular através da priorização do autocuidado, seja através de exercícios físicos ou atividades guiadas pelo profissional de educação física, além de estimular seu sentimento de pertencimento a um grupo, seguindo a teoria do autocuidado proposta por Dorothea Orem, que consiste em realizar ações para manutenção da própria saúde e bem-estar (OREM, 1991). É importante destacar que a prática de exercícios físicos é um método não farmacológico de extrema importância para prevenção de agravos e de doenças, atuando nos fatores de risco para doenças cardiovasculares e em seus efeitos



(HORTENCIO et al., 2018). O estímulo à prática de atividade física torna-se, portanto, um fator de proteção permitindo uma maior qualidade de vida.

A confecção das cartilhas “Apoio ao Autocuidado em Saúde em Projetos Sociais: um guia para os profissionais” e “Nutrição e Esporte - volumes 1 e 2”, assim como o desenvolvimento de artigos científicos relacionados ao projeto proporcionou aos alunos extensionistas uma rica experiência na produção científica, com um maior desenvolvimento crítico, uma melhor escrita, um conhecimento de normas técnicas além de estimular uma maior autonomia e interesse para submissões em revistas científicas. Com isso, essa situação se acrescenta no currículo dos discentes para futuras oportunidades de especializações em programas de residências e mestrado.

Nas redes sociais foi possível uma troca entre a população e a equipe do projeto, pois era um espaço para retiradas de dúvidas, publicação de informações referentes às atividades dos projetos, assim como postagens de temas relacionados à saúde que eram sugeridos ao longo do tempo pela própria comunidade e pelos trabalhadores vinculados ao projeto. Esse espaço de trocas possibilitou mais proximidade do extensionista com a população alvo, assim como maior divulgação de informações para a promoção de saúde. Além disso, o manuseio das mídias digitais e criação de conteúdos visuais possibilitou a aquisição de habilidades pelos discentes em ferramentas de design gráfico como o Canva.

Através dessa diversidade de meios e interações, experiências como extensionistas impactaram o desenvolvimento de diversas habilidades e competências, como aperfeiçoamento técnico científico, concretização de vínculos e relacionamento interpessoal, além da atuação como um ser político, com a difusão de informações científicas consistentes.

### 3 Conclusão

Dessa forma, pode-se concluir que foram notórios a importância e os benefícios de projetos de extensão de cunho social e sua agregação para a comunidade participante através da procura nas redes sociais e opiniões compartilhadas durante



as capacitações. A partir da extensão, a universidade cumpre seu papel social e público com a sociedade sendo um local de formação e de construção da cidadania, gerando também autonomia enquanto ser social e político.

Além disso, percebe-se a relevância dessa participação para a formação dos estudantes universitários, pois proporciona uma experiência rica na graduação ampliando a visão extramuros da universidade e possibilitando transformações tanto da sociedade quanto da própria instituição de nível superior, influenciando a continuidade de participação em outros projetos de extensão.

## Referências

ALMEIDA, S. M. V.; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação.

**Revista Brasileira de Educação Médica**, v.12, n.1, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

ANDRADE, R. M.; MOROSINI, M.; LOPES, D. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 106. 2019.

Disponível em:

<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4229/3681>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos: Guia prático para a elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006.

CAVALCANTE, F. M. L.; SOUSA, F. W. M.; OLIVEIRA, I. K. M.; AMARAL, H. R. M.; ROSA, B. S. C.; GOMES, J. S.; ARAGÃO, J. M. N.; VASCONCELOS, M. I. O.

Atividades de extensão universitária: um olhar para promoção da saúde do adolescente. **Extensão na educação superior e profissional**, v. 5, n.3, 2019.

Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2426>. Acesso em: 19 mai. 2022.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Rev. Educação & Realidade**. v.45. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COSTA, D. A. DA et al. Enfermagem e a Educação em Saúde. **Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "Cândido Santiago"**, v. 6, n. 3, p.



e6000012–e6000012, 20 out. 2020. Disponível em:

<https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/234>. Acesso em: 19 mai. 2022.

DEUS, S. F. B. A extensão universitária e o futuro da universidade. **Espaço Pedagógico**. v. 25, n. 3, Passo Fundo, p. 624-633, 2018. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8567>. Acesso em: 20 mar. 2022.

KRAVCHYCHYN, C.; SOUZA, J.; STAREPRAVO, F. A.; RINALDI, I. P. B.; OLIVEIRA, A. A. B. Projeto e Programas Sociais Esportivos no Brasil: Antecedentes Históricos e Reflexividade Social. **Rev. Alesde**: Curitiba, v. 10, n. 1, p. 53-68, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59415/38844>. Acesso em: 18 mar. 2022.

HORTENCIO, M. N. S.; SILVA, J. K. S.; ZONTA, M. A.; MELO, C. P. A.; FRANÇA, C. N. Efeitos de exercícios físicos sobre fatores de risco cardiovascular em idosos hipertensos. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1-9, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6631>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MEIRELES, V.; SALDANHA, D. M. F.; MENESCAL, D. M. P.; OLIVEIRA, R. K. A.; GONZALEZ, R. H. Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: impactos, implicações e barreiras. **Physical Education and Sport Journal**. v. 18. n. 1. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7956734>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. A. B. ; BISCONSINI, C. R.; TEIXEIRA, F. C.; KRAVCHECHYN, C.; RINALDI, I. P. B.; REPPOLD, A. R. Formação Continuada em Projetos e Programas Sociais Esportivos: Um Estudo de Caso. **Rev. Movimento**. v.22. n.3. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/57304>. Acesso em: 18 mar. 2022. OREM, Dorothea. **Nursing Concepts of Practice**. [s.l.] St. Louis : Mosby Year Book, 1991.

RAUBER, S. B. Extensão Universitária e Formação Profissional: Indissociáveis no Processo de Aprendizagem da Universidade Católica de Brasília. **Educere**. 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/792\\_883.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/792_883.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A Contribuição da Extensão Universitária na Formação Acadêmica: Desafios e Perspectivas. **Revista Conexão UEPG**. v.13. n.1. 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5141/514154370005/html/>. Acesso em: 20 mar. 2022.



ROCHA, A. C. S.; RIZZI, R. S.; ARAÚJO, F.; SOUZA, F. L.; ALMEIDA, L. F. M. Proposta de um modelo híbrido de gestão de projetos sociais realizados por organizações não governamentais. **Brazilian Journals of Business**. v. 3. n. 1. 2021.

Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/download/26016/20633>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v. 7. n.1. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, W. P. Extensão Universitária. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 10 nov. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/extensoesociedade/article/view/22491>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, A. L. B.; SOUSA, S. C.; CHAVES, A. C. F.; SOUSA, S. G. C.; ROCHA, D. R. Importância da Extensão Universitária na Formação Profissional: Projeto Canudos. **Rev. enferm.** UFP. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242189>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SOUZA, Geiza; SANTOS, Sandra. Avaliação em um dos projetos social esportivo de um município baiano. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública). Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/915>. Acesso em: 20 mar. 2022.



